

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO

ADRIANO LUCCHESI PIRES BASTOS

**EXPLORAÇÃO TURÍSTICA E SUSTENTABILIDADE  
AS RESERVAS DE SAFÁRI NA ÁFRICA DO SUL**

Dissertação apresentada ao Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências da Comunicação (linha de pesquisa Turismo e Lazer), sob a orientação da Professora Doutora Beatriz Helena Gelas Lage.

São Paulo

2005

BANCA EXAMINADORA E FOLHA DE APROVAÇÃO

ORIENTADORA: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Beatriz Helena Gelas Lage

\_\_\_\_\_

Profa. Dra. Doris M. Ruschmann

\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Luis Gonzaga G. Trigo

Dissertação defendida e aprovada em 15 de setembro de 2005.

Para a Onda, com muito amor.

## AGRADECIMENTOS

Pelo incentivo, apoio e viabilização de todo um projeto acadêmico, agradeço com muito carinho a minha orientadora, Professora Beatriz.

Pelas contribuições precisas e valiosas, agradeço as Professoras Doris e Ana.

Pela perseverança, agradeço o Professor Américo.

Pelo exemplo, pela força e pelo companheirismo, agradeço os Irmãos André, Carlos, Ricardo e Robert.

Pela formação, educação e suporte, agradeço a minha família, em especial a minha querida mãe Lilian.

Pela enorme paciência, agradeço a minha namorada Graziela.

Pelo objetivo alcançado, agradeço o Rogério e sua equipe.

Pelos anos de parceria e amizade, agradeço a Rosana e o Nelson da South African Airways e os diplomatas e funcionários do Consulado da África do Sul em São Paulo, em especial a sra. Marina.

Pelo auxílio na pesquisa, agradeço aos funcionários do Tshukudu Game Lodge, do rest-camp de Pretoriuskop no Kruger National Park e das bibliotecas das Universidades de Cape Town e Pretoria.

Pelos anos de paixão e aprendizado, agradeço a nação que aprendi a considerar meu lar.

“Você não pode comprar algo que já é seu.”  
(campanha institucional do SANP, 2000)

## **RESUMO**

Parte da região nordeste da África do Sul, conhecida internacionalmente como “Kruger Área”, combina grandes áreas de preservação natural com excelente infra-estrutura receptiva, originando uma das mais famosas e bem-sucedidas áreas de safári do planeta.

Atraindo turistas dos mais diversos países, culturas e religiões, a região do Kruger possui características específicas que permitiram, ao longo dos anos, o desenvolvimento do seu potencial turístico.

Esta dissertação procura investigar tais características, analisando a oferta e demanda por produtos turísticos da região, e evidenciando a inter-relação entre as reservas privadas de safári e o Kruger National Park, um dos maiores e mais antigos parques nacionais do mundo.

Tal análise objetiva esclarecer e analisar os motivos que levaram a região a alcançar tal posição de destaque no cenário turístico internacional, sempre sob a ótica simultânea da exploração turística e do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: sustentabilidade, desenvolvimento, reserva privada, parque nacional, meio-ambiente

## **ABSTRACT**

Partially known as “Kruger Area”, South Africa’s northeast region combines great areas of environment preservation and excellent receptive infra-structure. This is one of the most famous and successful safari areas in the planet.

Attracting tourists from several different countries, cultures and religions, “Kruger Area” has very specific features that has made possible, throughout the years, the development of its tourist potential.

This dissertation investigates such peculiar features, analyzing demand and supply for tourist products in the region as well as the connection between private game reserves and Kruger National Park, one of the biggest and oldest national parks in the world.

Such analysis aims to elucidate the reasons that have led this region to achieve a premier position in the international tourist scene, through the simultaneous vision of tourism exploitation and sustainable development.

Key-words: sustainability, development, private reserve, national park, environment

## SUMÁRIO

RESUMO	VI
LISTA DE FIGURAS E TABELAS	X
INTRODUÇÃO	1
1 – TURISMO E SUSTENTABILIDADE	
1.1. Patrimônio Natural e Revolução Industrial	4
1.2. Unidades de Conservação e Atividade Turística	7
1.3. A Globalização e o Conceito de Sustentabilidade	17
2 – CONSERVACIONISMO E EXPLORAÇÃO TURÍSTICA NA ÁFRICA DO SUL	
2.1. As Origens do Conservacionismo na África	22
2.2. DEAT e a Atuação Governamental Pós-Apartheid	27
2.3. Ideologia e Conceito do SANP	29
2.4. Estrutura Organizacional Interna	32
2.5. Ecologia Social	41
3 – KRUGER NATIONAL PARK: ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DA OFERTA TURÍSTICA	
3.1. Atrativos Turísticos	49
3.2. Superestrutura	51
3.3. Infra-estrutura	63
4 – RESERVAS PRIVADAS (REGIÃO DO KRUGER): ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DA OFERTA TURÍSTICA	
4.1. Atrativos Turísticos	69
4.2. Superestrutura	71
4.3. Infra-estrutura	85

5 – KRUGER NATIONAL PARK E RESERVAS PRIVADAS: PESQUISA ANALÍTICA DA DEMANDA	
5.1. Apresentação e Metodologia	89
5.2. Resultados – Kruger National Park (Pretoriuskop)	94
5.3. Resultados – Tshukudu Game Lodge	99
5.4. Análise Comparativa	105
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS - DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO PARA O SÉCULO XXI	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124
APÊNDICE	127
ANEXOS	147
GLOSSÁRIO	166

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Logo do SANP

Figura 2: Parques Nacionais da África do Sul

Figura 3: *Bungalow* duplo no rest-camp de Pretoriuskop, Kruger National Park

Figura 4: *Family cottage* no rest-camp de Pretoriuskop, Kruger National Park

Figura 5: Piscina do rest-camp de Pretoriuskop, Kruger National Park

Figura 6: suíte de luxo na reserva privada de Mala Mala

Figura 7: safári fotográfico na reserva privada de Mala Mala

Figura 8: *Boma* (jantar típico) na reserva privada de Sabi Sabi

Figura 9 - Procedência geográfica (Pretoriuskop)

Figura 10 – Renda familiar mensal média (Pretoriuskop)

Figura 11 – Nível de escolaridade do chefe da família/grupo (Pretoriuskop)

Figura 12 - Companhia na viagem (Pretoriuskop)

Figura 13 - Organização da viagem (Pretoriuskop)

Figura 14 - Motivação principal nesta viagem (Pretoriuskop)

Figura 15 - Fator decisivo para escolha do parque (Pretoriuskop)

Figura 16 - Noites de viagem (Pretoriuskop)

Figura 17 - Noites de safári na viagem (Pretoriuskop)

Figura 18 - Noites neste parque (Pretoriuskop)

Figura 19 - Primeira experiência em safári ? (Pretoriuskop)

Figura 20 - Primeira experiência em safári na África do Sul ? (Pretoriuskop)

Figura 21 - Sua estadia em um parque nacional ou em uma reserva privada ? (Pretoriuskop)

Figura 22 - Repetiria a experiência de safári ? (Pretoriuskop)

Figura 23 - Repetiria a experiência no mesmo parque / reserva ? (Pretoriuskop)

Figura 24 - Procedência geográfica (Tshukudu)

Figura 25 – Renda familiar mensal média (Tshukudu)

Figura 26 – Nível de escolaridade do chefe da família/grupo (Tshukudu)

Figura 27 - Companhia na viagem (Tshukudu)

Figura 28 - Organização da viagem (Tshukudu)

Figura 29 - Motivação principal nesta viagem (Tshukudu)

Figura 30 - Fator decisivo para escolha da reserva (Tshukudu)

Figura 31 - Noites de viagem (Tshukudu)

Figura 32 - Noites de safári na viagem (Tshukudu)

Figura 33 - Noites nesta reserva (Tshukudu)

Figura 34 - Primeira experiência em safári ? (Tshukudu)

Figura 35 - Primeira experiência em safári na África do Sul ? (Tshukudu)

Figura 36 - Sua estadia em um parque nacional ou em uma reserva privada ? (Tshukudu)

Figura 37 - Repetiria a experiência de safári ? (Tshukudu)

Figura 38 - Repetiria a experiência na mesma reserva ? (Tshukudu)

Figura 39 - Procedência geográfica (comparativo)

Figura 40 – Renda familiar mensal média (comparativo)

Figura 41 – Nível de escolaridade do chefe da família/grupo (comparativo)

Figura 42 - Companhia na viagem (comparativo)

Figura 43 - Organização da viagem (comparativo)

Figura 44 - Motivação principal nesta viagem (comparativo)

Figura 45 - Fator decisivo para escolha do parque / reserva (comparativo)

Figura 46 - Noites de viagem (comparativo)

Figura 47 - Noites de safári na viagem (comparativo)

Figura 48 - Noites neste parque ou reserva (comparativo)

Figura 49 - Primeira experiência em safári ? (comparativo)

Figura 50 - Primeira experiência em safári na África do Sul ? (comparativo)

Figura 51 - Sua estadia em um parque nacional ou em uma reserva privada ? (comparativo)

Figura 52 - Repetiria a experiência de safári ? (comparativo)

Figura 53 - Repetiria a experiência no mesmo parque ou reserva ? (comparativo)

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Parques Nacionais Sul-africanos

Tabela 2: Rest-camp Berg-en-dal & Malelane

Tabela 3: Rest-camp Crocodile Bridge

Tabela 4: Rest-camp Letaba

Tabela 5: Rest-camp Lower Sabie

Tabela 6: Rest-camp Mopani

Tabela 7: Rest-camp Olifants

Tabela 8: Rest-camp Orpen, Maroela & Tamboti

Tabela 9: Rest-camp Pretoriuskop

Tabela 10: Rest-camp Punda Maria

Tabela 11: Rest-camp Satara

Tabela 12: Rest-camp Shingwedzi

Tabela 13: Rest-camp Skukuza

Tabela 14: Bushveld camp Bateleur

Tabela 15: Bushveld camp Biyamiti

Tabela 16: Bushveld camp Shimuvini

Tabela 17: Bushveld camp Sirheni

Tabela 18: Bushveld camp Talamati

Tabela 19: Bush Lodge Boulders

Tabela 20: Bush Lodge Roodewal

Tabela 21: Valores da Taxa de Conservação Diária – Kruger National Park

Tabela 22: Atividades Recreativas e Educacionais – Kruger National Park

Tabela 23: Akeru Safari Lodge

Tabela 24: Bongani Mountain Lodge

Tabela 25: Chitwa Chitwa Game Reserve

Tabela 26: Djuma Game Reserve

Tabela 27: Edeni Game Reserve

Tabela 28: Elephant Plains Game Lodge

Tabela 29: Exeter Game Lodge

Tabela 30: Ezulwini Game Lodge

Tabela 31: Gomo Gomo Game Lodge

Tabela 32: Gwalagwala Game Lodge

Tabela 33: Hannah Lodge  
Tabela 34: Hongonyi Private Game Lodge & Wildlife Reserve  
Tabela 35: Iketla Lodge  
Tabela 36: Ingwe Game Lodge  
Tabela 37: Inyati Game Lodge  
Tabela 38: Kapama Game Reserve  
Tabela 39: Kings Camp  
Tabela 40: Kuname River Lodge  
Tabela 41: Kwa Madwala Game Reserve  
Tabela 42: Leopard Hill Private Game Reserve  
Tabela 43: Lesheba Wilderness  
Tabela 44: Londolozi Game Reserve  
Tabela 45: Lukimbi Safari Lodge  
Tabela 46: Makalali Game Reserve  
Tabela 47: Mala Mala Game Reserve  
Tabela 48: Mhlabetsi Safari Camp  
Tabela 49: Motswari Game Lodge  
Tabela 50: N'gala Private Game Reserve  
Tabela 51: Phuza Moya Private Game Reserve  
Tabela 52: Royal Malewane Private Game Reserve  
Tabela 53: Savanna Private Game Reserve  
Tabela 54: Sabi Sabi Private Game Reserve  
Tabela 55: Sediba Private Game Reserve  
Tabela 56: Singita Game Reserve  
Tabela 57: Tanda Tula Safari Camp  
Tabela 58: Tangala Safari Camp  
Tabela 59: Thornybush Game Reserve  
Tabela 60: Tshukudu Game Lodge  
Tabela 61: Ulusaba Game Reserve  
Tabela 62: Zuma Zuma Game Lodge

## INTRODUÇÃO

Observando-se a atividade turística do ponto de vista sócio-econômico, notamos que existe uma correlação intrínseca entre grandes acontecimentos históricos e as tendências de exploração turística. A Revolução Industrial possibilitou o surgimento e a expansão do turismo de massa, ao mesmo tempo em que o planeta começou a presenciar uma descontrolada utilização de seus recursos naturais. O período pós-guerra, em especial a partir da década de 60, fragmentou o chamado turismo de massa em inúmeros segmentos do mercado e a comunidade internacional começou a adotar medidas para controlar a destruição e utilização equivocada do meio-ambiente.

Por um lado, a fragmentação e especialização do mercado turístico criou segmentos como eco-turismo, turismo de natureza, turismo de aventura e muitos outros, que podem passar uma falsa impressão de respeito ao meio-ambiente e inofensividade. Por outro lado, a reação das esferas governamentais, acadêmicas e técnicas à destruição do meio-ambiente, consagrou conceitos de desenvolvimento sustentável, com diversas aplicações a diversos ramos de atuação econômica, entre eles o turismo.

O século XXI principia com dois grandes agentes antagônicos agindo sobre a atividade econômica do turismo. De um lado, temos o fator globalização, e do outro o fator terrorismo redesenhando o movimento turístico no planeta. Na mesma realidade em que as inovações tecnológicas, em especial a internet, encurtaram as distâncias e diminuíram as barreiras culturais (Fleury, 2001), o terrorismo e instabilidades políticas e sociais diversas voltaram a segregar o turista e dividir o planeta em áreas seguras e áreas instáveis, limitando os deslocamentos.

Desde a Revolução Industrial, turismo e meio-ambiente tornaram-se elementos indissolúveis. Todos os acontecimentos históricos do período mostraram que não existirá um equilíbrio estático entre ambos, mas sim uma acomodação de acordo com cada contexto e situação. Por isso, entendemos que o ferramental acadêmico sobre o tema turismo sustentável é de inquestionável importância na discussão teórica e generalista, mas a particularização de cada caso é imprescindível quando o objetivo são resultados práticos, no sentido de coexistência entre exploração turística e preservação do meio ambiente.

Tanto a temática da exploração turística quanto da sustentabilidade são extensas, e o objetivo dessa dissertação é analisar, através de um foco bastante específico, de que forma a interação entre a atividade do turismo com a natureza pode produzir um paradigma de desenvolvimento turístico sustentável. Para isso, utilizaremos definições teóricas como ferramenta de trabalho, sem buscar o estado-da-arte em tais discussões. Não lançaremos discussões sobre as definições dos termos-chave desta dissertação, além do necessário para o adequado embasamento dos temas que serão abordados.

O tema central desta dissertação é a análise da inter-relação entre parques nacionais e reservas privadas em um cluster turístico específico. As características da demanda e da oferta dos produtos turísticos da região, e a forma como eles interagem entre si e com o mundo exterior, determinam um modelo particular de desenvolvimento turístico sustentável. O foco da discussão é a região nordeste da África do Sul, popularmente conhecida como “Kruger Area”. Esta extensa região do país, que ocupa cerca de 10% de seu território, desdobra-se pelas províncias de Mpumalanga e Limpopo, e concentra um dos maiores, mais antigos e mais conhecidos parques nacionais do planeta, o Kruger National Park, de propriedade governamental, e inúmeras reservas privadas de safári, de propriedade privada. Sem a pretensão de julgar ou classificar este modelo, esta dissertação propõe-se a analisá-lo e inseri-lo no amplo universo de políticas de gestão turística.

O primeiro capítulo da dissertação estabelece uma correlação entre conceitos-chave de turismo e sustentabilidade com referências históricas e procura situar a questão do patrimônio natural e unidades de conservação no contexto da globalização mundial, trazendo a problemática para os dias atuais. Na seqüência, o foco passa à África do Sul, contextualizando o país na discussão e fornecendo elementos para a compreensão do tema específico na realidade particular da região estudada.

Os capítulos três e quatro analisam qualitativa e quantitativamente a oferta turística dos parques na região, separados pela forma de gestão (governamental e privada). Em seguida a análise passa para a demanda, a partir de dados estatísticos colhidos através de pesquisa e dados fornecidos pelos parques e governo sul-africano.

Finalmente, o capítulo seis aproxima o modelo teórico de parque governamental com o privado, e através da experiência prática e da síntese dos capítulos anteriores, busca estabelecer o paradigma de desenvolvimento turístico sustentável que a região oferece. Um modelo que deve conter elementos para aplicação universal no contexto de atividade econômica do turismo nos dias atuais.

A proposta deste trabalho não é apresentar um modelo original ou revolucionário, mas através dos conceitos universais de sustentabilidade e exploração turística, somados a um caso específico de um país com grande tradição conservacionista, traduzir de uma forma clara e palpável um modelo viável, aplicável e exequível de desenvolvimento turístico sustentável.

# 1 – TURISMO E SUSTENTABILIDADE

## 1.1. PATRIMÔNIO NATURAL E REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A questão da sustentabilidade, na esfera das atividades turísticas, caracteriza-se por apresentar inúmeros modelos teóricos que analisam em primeiro plano os impactos da atividade turística sobre fatores econômicos, ambientais e sócio-culturais. Nota-se, entretanto, que tais modelos teóricos possuem uma aplicabilidade universal extremamente restrita, em função da especificidade de cada caso e condições particulares das variáveis envolvidas em cada análise prática (Mathieson e Wall, 1982).

Antes de entrarmos na questão da sustentabilidade propriamente dita, conceito cuja origem formal pode ser atribuído à Reunião da ONU em Estocolmo, em 1972 (ECO-72), devemos observar algumas definições sobre atividade turística e ecologia, dentro de uma perspectiva histórica da atividade econômica do turismo.

Segundo McIntosh (1965), a primeira viagem turística que se tem registro foi realizada pela Rainha Hatshepsut, por volta de 1490a.C. A motivação desta e das primeiras viagens documentadas, de acordo com o autor, eram realizadas por motivos religiosos, comerciais ou terapêuticos.

Faria sentido, 3500 anos atrás, se deslocar grandes distâncias para fugir dos centros urbanos? Ou procurar por regiões onde fosse possível admirar e interagir com o ambiente natural? Mesmo considerando os impactos e transformações do Império Romano, período de notável deslocamento entre os povos, e pelas Grandes Navegações, quando o planeta Terra foi de fato mapeado e descoberto pela civilização ocidental, um acontecimento histórico marca uma ruptura simultânea tanto nos aspectos sociológicos do turismo como nos meios de produção vigentes: a Revolução Industrial. Ao mesmo tempo em que novas tecnologias e explosão populacional permitiram que se estabelecesse um novo patamar em termos de consumo de bens e serviços, todo este cenário abre a perspectiva de mudanças igualmente profundas na atividade econômica do turismo, inaugurando a primeira fase do turismo moderno, que perduraria até a segunda guerra mundial. A fase que representa um modelo de vida da sociedade industrial descrito por Krippendorf (1984) como trabalho-moradia-lazer-viagem. Neste modelo, segundo o autor, quatro forças principais atuam, através de uma complexa rede de interações:

- A sociedade e seus valores (sub-sistema cultural)
- A economia e sua estrutura (sub-sistema econômico)
- O meio ambiente e seus recursos (sub-sistema ecológico)
- O Estado e sua doutrina (sub-sistema político)

Fechando a análise na ótica do turismo, Thomas Cook, o primeiro agente e operador de viagens (Lage & Milone, 2000b) organizou, em 1841, uma viagem de trem para 570 passageiros entre Leicester e Loughborough (22 milhas de distância), que iriam visitar uma conferência sobre alcoolismo. As viagens passam a ser organizadas para mais passageiros, e o impacto direto é uma redução nos níveis de preços. Eis a origem histórica do turismo de massa, que viria a ser a mais forte manifestação econômica da atividade turística durante todo o século XX. Após a Segunda Guerra Mundial, o turismo evoluiu como consequência dos aspectos relacionados à produtividade empresarial, ao poder de compra das pessoas e ao bem-estar resultante da restauração da paz no mundo (Fourastié, 1979).

Pellegrini Filho (1993) afirma que a imagem do turismo como fator de poluição e destruição deve ser debitada ao turismo em massa. Segundo o autor, os abusos, como problema de escala, começaram com a Revolução Industrial, no século XVIII, e acentuaram-se nos séculos XIX e XX, devendo-se considerar o aumento populacional como fator complicador (Boullón, 1993).

Estudos desenvolvidos na França (Ministère de L'Environnement / Tourisme, 1992) apontam quatro fases no relacionamento turismo / meio-ambiente. A fase 1, pioneira (séc. XVIII), caracterizou-se pela descoberta da natureza (justamente quando ela começa a ser atacada em grande escala) e das comunidades receptoras. É a fase do relacionamento e do surgimento dos primeiros equipamentos turísticos. A fase 2 (séc. XIX e começo do XX) evidencia o turismo dirigido e elitista, sem preocupação ambiental, e um aumento consistente da demanda rumo ao turismo de massa e domesticação da natureza. A fase 3 apresenta o apogeu do turismo de massa, desde o final da Segunda Grande Guerra, mas principalmente nos anos 70 e 80. Caracteriza-se pela explosão da demanda turística e saturação dos núcleos receptores, devastando natureza e comunidades. No final dos anos 80 começa a fase 4, de renovação, em que o turismo de massa perde a intensidade e surgem novas formas e segmentos de turismo brando.

O turismo de massa, dentro de um contexto de capitalismo moderno e explosão populacional, gera a necessidade de novos mecanismos de controle à exploração turística. A Revolução Industrial, portanto, possui relação direta de causa-efeito com o conceito de sustentabilidade. Se por um lado pode-se admitir que as cidades romanas e algumas práticas antigas de agricultura já possuíam conhecimentos empíricos do conceito (Swarbrooke, 2000a), a aplicação moderna necessitou de um ponto histórico de inflexão. A industrialização no Reino Unido causou uma série de mudanças no cenário internacional, e em especial a urbanização e as inovações tecnológicas começam a formatar a antítese do paradigma de sustentabilidade. Podemos afirmar que o conceito de sustentabilidade é uma reação direta a um processo de degradação em diversas esferas que teve seu ponto inicial na Revolução Industrial. Para compreendermos melhor o raciocínio, vamos relembrar a modelagem de Eugene (1980).

Pierre Eugene (op.cit.) elabora a clássica modelagem dos núcleos receptores europeus. Inicialmente, a atividade turística revela e valoriza os atrativos e recursos naturais, baseados no núcleo receptor. Na fase seguinte, o aumento no fluxo turístico passa a caracterizar o turismo de massa, que altera as condições originais do núcleo, gerando degradação do meio ambiente natural e artificial (“o turismo destrói o turismo”). A terceira fase é a da reparação, surgindo a necessidade de regulamentos, legislações e obras de reposição e recuperação. E na quarta e última fase temos a reconciliação, onde pesquisas, projetos e estudos tentarão se antecipar às ameaças e desafios futuros, tentando evitar a repetição do ciclo nocivo.

A modelagem de Eugene – que analisa particularmente o núcleo receptor – possui uma grande aplicabilidade no conceito amplo de sustentabilidade. A análise de um núcleo receptor é a célula fundamental para a aplicação do conceito em escala global. Inferindo o modelo para uma escala global, notamos que a degradação ambiental, o surgimento de metrópoles, do grande proletariado e a ascensão do turismo de massa são os fatores que demandam uma reação em termos de filosofia, leis, regulamentos e ações concretas, que mais tarde viriam a formar a base do conceito de sustentabilidade.

Antes da industrialização, não se deslocava para visitar ou testemunhar uma região preservada - elas não eram exceções. No limite, o planeta Terra era a área preservada. As chaminés e locomotivas da Revolução Industrial transformaram as áreas preservadas em exceções numa escala global, o que só foi percebido paulatinamente. A fruição da paisagem não aconteceu sempre: surgiu no século XVIII (Pellegrini Filho, 1993).

Marc Boyer (1972) afirma ainda que é um traço cultural da atualidade. E extrapolando-se o modelo de Eugene, o conceito de sustentabilidade é a prática das fases de reparação e reconciliação no âmbito do patrimônio natural global.

## **1.2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ATIVIDADE TURÍSTICA**

O processo global de transformação no ambiente natural, iniciado em larga escala na Revolução Industrial, gera uma drástica diminuição de áreas com características naturais. Já a partir do séc. XIX, começam a surgir em diversos países, com formas e moldes muitas vezes difusos, iniciativas para a criação de unidades de conservação. Apesar da heterogeneidade dos modelos, a maioria objetiva a obtenção de um equilíbrio entre a conservação do patrimônio natural com o lazer, através da atividade turística.

Este equilíbrio entre conservação e atividade turística é o fundamento básico para o estudo do desenvolvimento turístico sustentável em unidades de conservação.

Em relação à expressão Unidades de Conservação, ela pode assumir diversas formas alternativas: áreas de proteção, reservas naturais, parques naturais, parques nacionais. Apesar de que existem diferenças formais entre elas, são termos comumente utilizados para designar a mesma coisa: áreas naturais protegidas por lei, podendo a propriedade ser tanto governamental como privada. Como no Brasil, inclusive em termos acadêmicos, o termo mais difundido é Unidade de Conservação, estaremos utilizando esta terminologia sempre que nos referirmos a áreas naturais protegidas por lei no sentido amplo. Quando estivermos tratando de um modelo específico, utilizaremos a nomenclatura adotada internacionalmente para aquele caso.

De acordo com dados da IUCN (The World Conservation Union), as primeiras iniciativas conservacionistas foram observadas há mais de 2500 anos, através da preservação de florestas chinesas. Por volta do ano 570, Maomé criou as Himas, reservas ambientais que visavam a harmonia entre espírito e natureza.

Formalmente, o primeiro parque nacional – Yellowstone – surgiu em 1872 nos Estados Unidos (Boullón, 1993). Entidades nacionais de preservação e conservação de áreas naturais surgiram em diversos países na virada do século XIX, a maioria delas visando a formação de um sistema de parques nacionais. Notadamente temos os seguintes exemplos:

- .Canadá – 1885
- .Nova Zelândia – 1894
- .Austrália – 1898
- .África do Sul – 1898
- .Argentina – 1903

No Brasil, a primeira iniciativa concreta nesse sentido foi a criação, em 1937, do Parque Nacional de Itatiaia.

Devemos observar que cada país possui critérios próprios de classificação de suas unidades de conservação, de acordo com sua legislação e critérios sócio-econômicos e ambientais. Esta classificação não será relevante neste trabalho, exceto quando possuir alguma correlação com os parques analisados.

A mais importante análise quando observamos unidades de conservação e atividade turística é o efeito e o impacto destas atividades. Swarbrooke (2000a, 2000b) classifica os efeitos do turismo em uma determinada localidade como econômicos, sócio-culturais e ambientais, traçando um paralelo direto com os pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável.

Mathieson e Wall (1982) observam que os critérios econômicos são mais facilmente avaliados que os ambientais e sócio-culturais. Esta afirmação é facilmente explicada uma vez que resultados econômicos podem ser mensurados através de índices de acordo com critérios objetivos ou mesmo monetários, enquanto análises sócio-culturais e ambientais possuem critérios mais subjetivos, e devido à sua natureza qualitativa, há uma grande disparidade de resultados ao verificarmos análises de diferentes autores.

Sobre os efeitos ambientais, Mathieson e Wall argumentam que mesmo sem a interferência do Homem, o meio-ambiente encontra-se em constante estado de transformação, e há milhares de anos a presença do ser-humano é um fato, bem como a sua influência na modificação do meio-ambiente como um processo natural. Neste ponto, voltamos a enfatizar que a Revolução Industrial foi um ponto de inflexão neste processo, pois até então a influência do Homem no meio ambiente pode ser considerada como parte normal do processo. A partir da Industrialização a situação fugiu ao controle e houve um distanciamento da visão do Homem como parte integrante do meio-ambiente natural.

Devido a estas dificuldades apontadas por Mathieson e Wall (1982), torna-se aconselhável examinar os impactos ambientais primários, diretamente relacionados com a causa, excluindo impactos secundários e terciários, que podem ser definidos como efeitos indiretos da exploração turística. Tulik afirma que “é necessário compreender de forma mais aprofundada a maneira pela qual o meio ambiente reage frente ao turismo e por suas formas alternativas, e por isso deve merecer a atenção dos especialistas”.

Ainda sobre os impactos no ambiente natural, diversos estudiosos como Lucas (1964), Cole (1981), Wearing e Neil (1999), Eagles e McCool (2002), Payne e Nielsen (2002) observam o impacto da exploração turística através da correlação com atividades específicas, notadamente esportes de aventura ou observação de animais selvagens. São estudos que evidenciam os benefícios do turismo supostamente sustentável, mas de uma forma extremamente focada na atividade em si. Devemos observar que estas atividades existem e classificar de alguma forma os seus impactos, ainda que isolada e subjetivamente, fornecem dados importantes para o gerenciamento de uma unidade de conservação. Entretanto, devemos criticar tais análises uma vez que cada atividade faz parte de um contexto amplo, onde existem correlações entre estas atividades e fracioná-las acarreta a perda do caráter holístico do problema, fundamental quando o âmago da questão são os critérios de sustentabilidade. Não podemos ainda deixar de mencionar a questão da subjetividade, uma vez que tais análises são feitas normalmente por acadêmicos e especialistas, que por maior a sua competência e conhecimento, podem eventualmente basear-se em uma escala de valores diametralmente oposta aos valores de uma nativo da região, que pode concentrar conhecimentos empíricos nem sempre iguais ao conhecimento científico.

Mathieson e Wall (1982) afirmam que a observação de animais selvagens é uma importante atividade turística, e Reid (1967) completa que a qualidade da experiência de se observar animais na natureza é superior aos zoológicos e aumenta a percepção e satisfação do turista.

Outros pesquisadores, como Ruschmann (1997) e Keyser (2002), analisam a capacidade de carga de pólos turísticos em áreas de preservação. A capacidade de carga fornece dados precisos e de grande valia, permitindo restringir certas atividades ou mesmo o número de visitantes. Entretanto, verifica-se na maioria dos casos a impossibilidade de inferir resultados para outras localidades que não sejam a do objeto de estudo, devido à especificidade das condições particulares de cada pólo. Além disso, o passar do tempo pode

causar sensíveis mudanças nestas condições, o que nos permite afirmar que estudos sobre a capacidade de carga são eficientes desde que respeitados limites espaciais e temporais definidos.

Boullón (1993) observa que a capacidade de carga é composta por três variáveis:

1. Capacidade de carga ecológica (número de visitantes simultâneos que pode absorver uma área natural, sem que se altere o equilíbrio do seu ecossistema);
2. Capacidade de carga material (capacidade de superfícies terrestres ou aquáticas de receber turistas, de acordo com suas características geográficas, geomorfológicas e hídricas);
3. Capacidade de carga psicológica (número de visitantes simultâneos que pode absorver uma área natural, para que todos tenham uma experiência satisfatória).

Diversos autores como Mathieson e Wall (1982), Lage e Milone (2000a e 2000b), Pérez de Las Heras, Keyser, Wearing e Neill (1999) e Swarbrooke (2000a, 2000b e 2000c) enumeram uma série de efeitos positivos e negativos da atividade turística sobre pólos receptivos:

#### 1. EFEITOS ECONÔMICOS POSITIVOS

- Geração de empregos
- Aumento no nível de renda da população
- Diversificação da atividade econômica regional
- Fixação da população no local de origem
- Desenvolvimento de infra-estrutura local
- Equilíbrio na balança de pagamentos

## 2. EFEITOS ECONÔMICOS NEGATIVOS

- Dependência e vulnerabilidade econômica
- Sazonalidade
- Migração de ocupações tradicionais
- Inflação
- Especulação imobiliária
- Propensão à importação
- Aumento de custos

## 3. EFEITOS SÓCIO-CULTURAIS POSITIVOS

- Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários
- Valorização do patrimônio natural e cultural
- Conscientização dos valores culturais e históricos
- Aumento da percepção inter-cultural
- Diminuição de preconceitos

## 4. EFEITOS SÓCIO-CULTURAIS NEGATIVOS

- Desaparecimento e mutação da cultura tradicional
- Dominação cultural
- Problemas sociais diversos: droga, alcoolismo, prostituição, jogo
- Excesso de turistas
- Efeito imitação / descaracterização da vida social local
- Segregação dos residentes locais
- Espetacularização das tradições e folclore local
- Degradação do patrimônio histórico e cultural

## 5. EFEITOS AMBIENTAIS POSITIVOS

- Conservação facilitada
- Diminuição no ritmo de degradação
- Conservação da biodiversidade
- Aumento da consciência da população local e dos turistas
- Aumento na fiscalização pelos moradores, turistas e órgãos afins
- Aumento na extensão das áreas de conservação

## 6. EFEITOS AMBIENTAIS NEGATIVOS

- Desmatamento
- Diminuição do valor estético
- Eliminação do habitat natural
- Surgimento de problemas ambientais diversos como incêndios, coleta de lixo, esgotos etc.
- Erosão do solo
- Alteração na qualidade da água
- Poluição sonora e visual
- Introdução de espécies alienígenas
- Contato “Homem-animais”
- Vandalismo

Devemos sempre enfatizar que muitos destes efeitos acontecem simultaneamente, e que na maioria dos casos, o desafio não é eliminar os impactos negativos, e sim minimizá-los.

Mathieson e Wall (1982) também enumeram uma série de impactos diretos e indiretos sobre a vida selvagem em unidades de conservação:

- Interferência direta nos processos de alimentação e procriação dos animais;
- Matança acidental de animais;
- Interferência nas relações predador-presa e na cadeia alimentar;
- Introdução de espécies intrusivas;
- Interrupção de movimentos migratórios naturais;
- Superpopulação e extinção de espécies na região analisada.

Neste ponto, cabe uma importante reflexão. É muito comum ecologistas ou ambientalistas se voltarem contra a atividade turística em determinado pólo receptivo, especialmente em áreas de preservação ambiental. Ainda que tenham razões concretas para isso, devemos questionar, em primeiro lugar, se existe a vocação ou a intenção dos habitantes de um determinado pólo receptivo em permanecer da forma mais inalterada possível. Podemos citar o exemplo de Cancun, no México. É inegável que o planejamento turístico do balneário foi feito visando o turismo de massa, e conseqüentemente, contrariando princípios fundamentais do desenvolvimento turístico sustentável. Mas ao mesmo tempo, a região de Cancun deixou de ser um pólo exportador de siderurgia ou de componentes automobilísticos, o que também traria seu ônus em termos de efeitos e impactos – possivelmente mais nefastos que a instalação do turismo de massa. Soo Ann (1973) observa que o turismo não produz fumaça, não envolve o transporte de grandes quantidades de matéria-prima e produtos industrializados, mas sim o transporte de pessoas, e não polui o meio-ambiente como a maioria das indústrias. A população da região de Cancun, que dependia essencialmente de atividades pesqueiras para tirar seu sustento, hoje possui enorme oferta de emprego na indústria turística local e se beneficia com o efeito multiplicador do turismo na economia regional. O desenvolvimento turístico não deve apenas ser visto como uma luta entre o bem e o mal, mas como um processo econômico que inevitavelmente trará impactos positivos e negativos simultaneamente.

Ruschmann (1997) caracteriza o turismo de massa pelo grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano. O turismo de massa acaba sendo considerado o grande responsável pelas

agressões dos espaços naturais, pois o excesso de turistas leva ao super-dimensionamento dos equipamentos relacionados à superestrutura dos meios turísticos, que ocupam grandes espaços, agredem paisagens e destroem ecossistemas. E claro, a cultura turística dos visitantes muitas vezes mostra pouca ou nenhuma preocupação com a preservação da natureza ou da cultura local.

A Ilha de Tonga, no Pacífico Sul, pode manter sua vocação de pólo receptivo em função de sua natureza imaculada, praias paradisíacas e população receptiva. Para isso, o governo deve manter a sua política de preservação da natureza e turismo sustentável. Na atualidade, poucos se voltariam contra esta política, pois se acredita no poder econômico do turismo. Mas pode ser que em 500 anos seja mais lucrativo para Tonga possuir um enorme parque industrial de envasamento de água mineral, conflitando com o turismo. Por mais absurdo e antagônico que isso possa parecer, foi exatamente o que aconteceu em diversos pólos industriais que poderiam ser pólos turísticos. Mas devemos lembrar que a visão de alguns autores de turismo é equivocada uma vez que não se trata de uma opção e sim de uma imposição de fatores econômicos. Por mais que devamos militar a favor do turismo dito sustentável, e por mais que se tenha consciência dos impactos da atividade turística em um núcleo receptor, é importante a consciência que no mundo moderno, em termos ambientais, a única alternativa para o impacto zero é o absoluto isolamento – e que mesmo assim em muitos casos não é a garantia de preservação. Em muitos casos, a indústria do turismo, mesmo sem observar as regras da sustentabilidade, pode ser menos maléfica que outras atividades econômicas. O desafio é massificar o conceito de sustentabilidade em todos os elementos da cadeia da indústria turística.

Com o crescente aumento na importância do meio ambiente na venda do produto turístico, aumenta a propaganda direcionada às formas alternativas de turismo, gerando os “desdobramentos criativos” (Tulik, 1992).

Estes “desdobramentos criativos” criaram uma incrível segmentação na atividade turística, que podemos até considerar segmentos de segmentos. Poon (1989) define como “novo turismo” aquele caracterizado pela flexibilidade das atividades, pela segmentação dos mercados e por experiências turísticas mais autênticas. O estudo desta segmentação é relevante em análises mercadológicas e estudos econômicos da atividade do turismo, mas pouco relevante quando consideramos diretrizes para o turismo sustentável. Apesar de que muitos estudiosos acabam por entender que o turismo sustentável deve por definição estar dentro de um contexto de turismo alternativo, combatemos veementemente esta filosofia.

Muitos autores conceituam turismo alternativo como aquele oposto ao turismo tradicional, podendo ser o turismo de massa. Mas sempre existirá as duas formas, tanto o turismo alternativo como o tradicional, e portanto a sustentabilidade deve estar presente e ser aplicada nas duas formas. Não resta dúvida que aplicar sustentabilidade no turismo de massa é uma tarefa complexa e que requer um esforço conjunto de diversos setores da sociedade. Mas acreditar que turismo sustentável deve estar restrito aos segmentos tradicionalmente vistos como brandos, como o eco-turismo, turismo de natureza, turismo de aventura, é ter uma visão restrita da abrangência do problema.

Peres de Las Heras define turismo na natureza como aquele que se realiza no ambiente natural. Devido ao crescente interesse – inclusive das massas – pelo ambiente natural, é sensato acreditar que não serão apenas os ecologistas e afins a visitar o ambiente natural. Daí a necessidade intrínseca em acoplar educação sustentável a todos os tipos de turismo, criando um efeito multiplicador em relação ao processo.

Ceballos-Lascuráin (1996) entende que eco-turismo é uma modalidade de turismo ambientalmente responsável que consiste em visitar áreas naturais, com objetivo de desfrutar, apreciar e estudar os atrativos naturais e manifestações culturais do presente e do passado, através de um processo que promova a conservação, tenha baixo impacto ambiental e cultural e propicie participação ativa e sócio-economicamente benéfica das populações locais. É uma atividade desenvolvida em área natural protegida com biomas de interesse turístico e sistema administrativo que condicione as visitas e instrua os turistas sobre as características do que é visto; é uma forma de exploração dos ecossistemas, sem colocar em risco as bases de seu funcionamento (Boullón, 1993).

Tais definições são perfeitas na essência, mas não ensinam como colocar em prática tais medidas para não colocar as bases em risco. Estas medidas são analisadas através de políticas de gerenciamento de unidades de conservação, que devem se basear em conceitos gerais, mas também respeitar a especificidade de cada núcleo receptor. Devemos observar que o ambiente natural pode tanto assumir a motivação principal da visitação (objeto) como funcionar como um cenário para outras atividades (instrumento). Esta diferenciação possui uma relação direta nas formas de gerenciamento de unidades de conservação.

Swinnerton (1999) observa os paradoxos que envolvem atividades turísticas em unidades de preservação. O paradoxo fundamental é que, apesar da ênfase das políticas e leis que regem os parques nacionais nos Estados Unidos estarem direcionadas para a proteção de sua integridade ecológica, a tendência de privatização (que leva a um aumento da autonomia

financeira dos parques) pode ir contra o objetivo fundamental de proteção dos recursos. O segundo paradoxo mostra a crescente busca por cooperação e parceria entre diversos grupos de interesse e agentes, sem os quais não se obtêm resultados, mas ao mesmo tempo surgem inúmeros conflitos de interesse entre comunidades, ambientalistas, governo e empresários do turismo. O terceiro paradoxo evidencia a necessidade e ausência de uma abordagem científica mais rigorosa no planejamento, controle e gerenciamento das unidades de conservação. E o quarto, e mais palpável, o duplo objetivo de conservar a natureza e receber visitantes, que de alguma forma, vão deixar seu impacto no ambiente natural.

Para se combater os paradoxos de Swinnerton, estudiosos e ambientalistas criam uma série de técnicas e mecanismos de limitação de uso, controle de intensidade, distribuição de recursos, cobranças de taxas e outras diversas formas de gerenciamento da visitação que serão abordadas nos próximos capítulos.

Harry e Spink (1990) definem planejamento turístico como o desenvolvimento de estratégias que permitam a uma organização comercial visualizar oportunidades de lucro em determinados segmentos de mercado. Ruschmann (1997) acrescenta que a bibliografia a respeito de planejamento no turismo é escassa, assistemática e fragmentada, devido ao fato que as técnicas e estruturas do planejamento, tanto no setor público como nas organizações privadas, possuem objetivos diferentes.

O fundamento dos objetivos diferentes baseia-se na premissa que as empresas privadas possuem como objetivo principal o lucro, ao contrário das empresas ou órgãos públicos. Esta visão mais tradicionalista tende a ser incorreta para o longo prazo. As empresas privadas que caminham no sentido da sustentabilidade podem ainda possuir o lucro como premissa básica, mas já possuem diversos outros critérios, notadamente sociais e ambientais, como medida de performance, até mesmo para atrair turistas. Analogamente, empresas públicas devem igualmente buscar indicadores de caráter econômico – entre eles o lucro – para poder legitimar sua existência e concretizar avanços em critérios sócio-ambientais.

Ruschmann (1997) observa que se empreendido tanto pelos órgãos governamentais como pelas empresas privadas, o desenvolvimento do turismo sustentável ampliará o ciclo de vida das destinações e dos equipamentos turísticos. Como contrapartida, o turismo sustentável incrementará os custos de seu desenvolvimento, que se reverterão no aumento do preço das viagens para os turistas. Teremos a constatação prática disso nos capítulos 3 e 4, contrapondo a oferta turística pública e privada na região do Kruger.

### **1.3. A GLOBALIZAÇÃO E O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE**

Formalmente, a Reunião de Estocolmo (ECO-72) marca a conscientização, em escala mundial, dos problemas globais decorrentes da degradação do meio-ambiente (Pellegrini Filho, 1993). Entretanto, diversos autores em épocas e temáticas diferentes, alertaram sobre as dificuldades futuras decorrentes da destruição do meio-ambiente e escassez de recursos naturais. O “Ensaio sobre a População” de Thomas Maltus (1798) verificava que o crescimento populacional crescia em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos em progressão aritmética, prevendo um ponto futuro de colapso.

Os temas centrais da Reunião de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente) estiveram relacionados diretamente à questão da pobreza, crescimento demográfico nos países em desenvolvimento e destruição do meio ambiente. Ainda que embrionariamente, começou-se a perceber que a temática passava conjunta e obrigatoriamente por questões sociais, econômicas e ambientais, e que de fato faziam todas parte de um mesmo cenário e de uma mesma realidade.

A clássica definição de desenvolvimento sustentável surgiu em 1987, formulada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Relatório Brundtland. A comissão aponta um processo de transformação, no qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. Daí surge a idéia de que “não herdamos a terra dos nossos antepassados, mas a emprestamos de nossos filhos”.

O relatório Brundland, cujo nome homenageia a ex-primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, marca pela primeira vez na história da humanidade, uma visão holística no sentido de não separar problemas de desenvolvimento, ecologia, pobreza, distribuição das riquezas e das sociedades civis (Ruschmann, 1997).

Em junho de 1992 foi realizada a “Cúpula da Terra ou Rio-92” no Rio de Janeiro, apelidos dados à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. À época, foi a maior conferência já realizada sobre o tema e ratificou a abrangência da temática para uma escala planetária, com forte mobilização popular e governamental em todo o mundo. No evento foram assinados diversos tratados que seriam futuramente transformados em importantes acordos e protocolos, como foi o caso da convenção sobre mudança de clima, que daria origem futuramente ao Protocolo de Kyoto, e a elaboração

preliminar da Agenda 21, uma nova visão política global voltada para o desenvolvimento sustentável.

Em agosto de 2002, teve início a Rio+10, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. Sediada em Johannesburg, na África do Sul, contou com 40 mil participantes e, se por um lado foi alvo de críticas por abordar muitos temas, mas de uma forma relativamente superficial, por outro conseguiu inserir a temática definitivamente no cotidiano dos cidadãos médias de todo o planeta. A Rio+10 procurou rever parâmetros estabelecidos na Rio-92, bem como analisar resultados e atualizar agendas futuras. Os principais temas abordados na cúpula estiveram relacionados à nova realidade de globalização mundial, tocando especificamente nos temas da redução da pobreza e redistribuição de renda, consumo de recursos não-renováveis e níveis de produção, fontes alternativas de energia, saúde e fontes de água potável.

Em 1969, portanto antes da Reunião de Estocolmo, Peters resumiu a visão do turismo como agente de desenvolvimento econômico da seguinte forma:

“O distanciamento econômico entre países ricos e pobres apenas cresceu nos últimos 10 anos. Mas criar novas indústrias e transformar a vida rural na Ásia, África e América Latina é uma tarefa complexa. A relevância do turismo neste contexto é que a renda do turismo internacional nestes países pode significar a entrada de divisas estrangeiras, essencial para o investimento. Mas apesar de um generalizado conhecimento dos benefícios potenciais da atividade turística, pouco tem sido colocado em prática para preparar meios de expansão do turismo na maior parte dos países em desenvolvimento.”

À época, a afirmação de Peters encaixava-se perfeitamente com a realidade. Ainda que o pessimismo continue imperando sobre a situação sócio-econômica geral dos países em desenvolvimento, 35 anos após tal afirmação, pode-se afirmar que o grau de isolamento dos países em desenvolvimento diminuiu sensivelmente, e especificamente em relação à atividade turística, alguns países como a própria África do Sul, Mauritius, Quênia, Argentina, Chile, Equador, Tailândia, Malásia e Nepal constituem casos de relativo ou grande sucesso na absorção do turista oriundo do mundo desenvolvido.

Em grande parte, este sucesso pode ser atribuído a uma confluência de diversos fatores, notadamente a presença de atrativos turísticos aliados a políticas internas de planejamento e desenvolvimento turístico. Entretanto, dois elementos estiveram atuando como uma mão invisível, acima de quaisquer políticas internas ou externas: por um lado a globalização, que de fato encurtou distâncias e rompeu barreiras culturais antes intransponíveis para a atividade turística. E paralelamente à globalização, o conceito de sustentabilidade, que partindo de esferas governamentais ou acadêmicas, também usou o fenômeno da globalização para romper barreiras e atingir os gestores turísticos dos países em desenvolvimento. Como em diversos outros setores da atividade produtiva, o conceito de sustentabilidade torna-se simultaneamente causa e efeito do fenômeno da globalização, e passa a ser parte indissolúvel da atividade turística moderna.

Dentre as inúmeras definições de turismo sustentável, destacamos a da OMT: “O desenvolvimento do turismo sustentável atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.” Assim sendo, o planejamento do turismo sustentável é a forma de evitar a ocorrência de danos irreversíveis nos meios turísticos, para minimizar os custos sociais que afetam os moradores das localidades e para otimizar os benefícios do desenvolvimento turístico.

Devemos mencionar a nossa preferência pelo termo desenvolvimento turístico sustentável a turismo sustentável. Apesar de que a rigor ambos são utilizados como sinônimos, o primeiro está inserido dentro de um conceito mais amplo, que extrapola os limites da atividade turística, mas busca a sua inter-relação como fenômeno sócio-econômico. A expressão turismo sustentável perde a sua característica holística enquanto conceito, dando a impressão que se trata de um mero manual de procedimentos.

Ruschmann (1997) observa que “para prevenir os impactos ambientais do turismo, a degradação dos recursos e a restrição do seu ciclo de vida, é preciso concentrar os esforços em um desenvolvimento sustentável não apenas do patrimônio natural, mas também dos produtos que se estruturam sobre todos os atrativos e equipamentos turísticos”.

Em 1991, os membros do AIEST (Association Internationale d'Experts Scientifique du Tourisme) apontaram quatro características específicas para o desenvolvimento sustentado do turismo (Seaton, 1991):

- Respeito ao meio ambiente natural (turismo não pode ser um fator de agressão ou risco);
- Harmonia entre a cultura e os espaços sociais da comunidade receptora (turismo não pode agredi-la ou transformá-la);
- Distribuição equitativa dos benefícios do turismo entre a comunidade receptora, os turistas e os empresários;
- Comportamento do turista mais respeitável e receptivo às questões de conservação ambiental, sensível às interações com as comunidades receptoras, menos consumista e orientado para o entendimento e compreensão dos povos e locais visitados.

Wheller (1991) entende que tais características são inatingíveis, pois o grande número de pessoas que viaja anualmente, ou várias vezes por ano, é absolutamente incontrolável e estas viagens já se incorporaram ao estilo de vida das famílias dos países desenvolvidos. Nesse contexto, a preservação ambiental coloca-se como uma situação desejável, desde que não atrapalhe os interesses dos turistas, dos empresários do turismo e do setor público. A grande maioria dos autores acredita que o setor público desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de formas mais sustentáveis de turismo.

Swarbrooke (2000c) define o setor público como os órgãos destinados a representar a comunidade, o interesse público como um todo, e que supostamente agem em nome da totalidade da população. Além de ter poder para representar toda a população, e não apenas grupos ou indivíduos com interesses específicos, é considerado imparcial e não limitado a objetivos financeiros de curto prazo, podendo adotar uma visão de retorno a longo prazo.

O setor público pode e deve desempenhar funções-chave no desenvolvimento do turismo sustentável, através dos seguintes meios:

- Legislação e regulamentação
- Financiamento e incentivos fiscais
- Planejamento do uso do solo
- Desenvolvimento e controle da construção
- Avaliação de impacto ambiental
- Fornecimento de infra-estrutura
- Estabelecimento de padrões oficiais de sustentabilidade para a indústria do turismo
- Designação de áreas específicas de proteção
- Controle governamental sobre a quantidade de turistas

O adequado desempenho destas funções pelo setor público obriga o setor privado a atuar de acordo com normas pré-estabelecidas e cria um ambiente de simbiose na exploração do potencial turístico de um país ou região de acordo com os critérios de sustentabilidade estabelecidos.

## **2 – CONSERVACIONISMO E EXPLORAÇÃO TURÍSTICA NA ÁFRICA DO SUL**

### **2.1. AS ORIGENS DO CONSERVACIONISMO NA ÁFRICA**

O ser-humano, desde a pré-história, vive em contato próximo e depende da natureza para sobreviver. Sem os vastos conhecimentos científicos que hoje dispomos, o Homem desenvolveu um conhecimento empírico sobre botânica, diferenciando plantas comestíveis das venenosas. Da mesma forma o reino animal passou a ser melhor compreendido e diversas utilidades surgiram para o benefício do Homem: alimentos, vestimentas e remédios.

O comportamento dos animais indica certos acontecimentos, e destes sinais surgiram simbologias que perduram até os dias de hoje. Certos pássaros sinalizam a chegada da chuva; a agitação dos rinocerontes a ocorrência de um terremoto; os elefantes se impacientam antes de grandes tempestades.

Há uma ligação profunda entre a natureza, as populações e suas culturas. Isto é válido para toda a humanidade e em todas as épocas, incluindo os dias atuais. E, no caso das sociedades africanas tradicionais, esta ligação assume um papel decisivo na vida cotidiana.

As sociedades africanas vêem a conexão de si próprios com a natureza e com o lugar onde moram como uma herança de gerações passadas. Seus mitos e lendas, sua história e língua, seus valores sociais e culturais fundem-se com as condições da natureza. A perda desta conexão traz um ônus à sociedade que é facilmente perceptível ao observarmos o modo de vida nas grandes cidades urbanas da atualidade.

Em escala mundial, parques nacionais e reservas surgiram há pouco mais de um século. Devemos frisar que o surgimento destas instituições, no final do século XIX, deve-se quase que integralmente à ideologia de determinados políticos, que indubitavelmente foram homens visionários e dotados de uma sensibilidade fora do comum. Entretanto, o conceito de preservação da natureza não estava claro para estes governantes e uma série de motivos contribuíram para o estabelecimento destas áreas de preservação. Nem sempre tais motivos eram nobres. A grande maioria destas áreas não eram vazios populacionais e continham comunidades estabelecidas, que como citamos, acreditavam que sua terra era um legado sagrado dos seus antepassados. O estabelecimento de áreas de preservação na África do Sul normalmente envolveu desapropriações, remoções sumárias, exclusões e deslocamentos populacionais de comunidades nativas.

Pode-se facilmente imaginar como este processo foi doloroso para as comunidades atingidas, mesmo porque originalmente a natureza não necessitava de cercas para ser protegida. O Homem moderno e a Revolução Industrial criaram esta necessidade, como observamos no capítulo 1.

Em termos ambientais e evolutivos, 100 anos é um período de tempo ínfimo. Mas em termos de desenvolvimento social os últimos 100 anos trouxeram uma formidável mudança nas diversas áreas que foram mapeadas como áreas de proteção de biodiversidade – as áreas selvagens que hoje compõem os parques nacionais sul-africanos.

Os primeiros anos do século XX apresentavam uma situação curiosa em que as áreas de preservação eram monitoradas para que as comunidades nativas não atrapalhassem a natureza e os caçadores de troféus animais. Apesar da utilização pouco nobre, estas áreas de fato possibilitaram a proteção de espécies vegetais e animais e, com o passar do tempo, atraíram biólogos e zoólogos que inauguraram uma fase de conhecimento e descobertas científicas, abrindo o caminho para uma abordagem racional, sistemática e educacional do gerenciamento da vida selvagem.

Esta primeira fase de avanços científicos foi denominada de intervencionista, pois o estabelecimento das áreas de preservação e as possibilidades de visita das mesmas estava longe de ser universal e democrática. E sempre devemos lembrar das comunidades que se viram privadas das suas terras, dos seus recursos, das suas ferramentas, das suas tradições e meios de sobrevivência. Na maioria dos casos, estas populações eram deslocadas para concentrações urbanas onde encontravam uma realidade completamente fora de seus parâmetros, tornando-se reféns da mais absoluta pobreza, da alta mortalidade infantil, ausência de acesso a saúde e educação, desemprego, crime e perda absoluta de identidade.

A história dos parques nacionais sul-africanos se confunde com a história do Kruger National Park, que podemos definir como a primeira iniciativa conservacionista da África do Sul.

A espécie humana freqüente a região conhecida como *Lowveld*, onde se localiza parte do Kruger, há nada menos que 500.000 anos. Machados e ferramentas pré-históricas foram recentemente descobertos na região, evidenciando a presença dos povos San, que segundo alguns pesquisadores entraram no continente africano pela região da atual Etiópia e Eritreia, provenientes do oriente médio.

Milhares de anos depois, por volta de 1800, a população branca de origem européia começou a ocupar a região, iniciando uma fase de grande desrespeito à natureza e às populações nativas. Estes europeus não tinham qualquer instinto preservacionista e se ocupavam de explorar e devastar tudo o que podiam na região com finalidades econômicas. Muitos caçadores de marfim e mercadores de escravos chegaram à região nesta época, fugindo do domínio inglês na atual província do Cabo.

Em 1870 a situação piorava dramaticamente com a descoberta de ouro na região, atraindo hordas de aventureiros que se ocupavam da caça indiscriminada tanto para obter alimento como por pura diversão. Com a anexação da República do *Transvaal* pelos britânicos, em 1877, o cenário ficou ainda mais crítico, pois as tradições britânicas viam a caça como um esporte de “gentlemen”, amplamente difundida entre as classes dominantes.

Diante deste cenário, a população bôer começou a se opor à caça indiscriminada, contando com o apoio da população negra, que considerava a caça naqueles termos um sacrilégio às suas crenças. Em 1881 o *Transvaal* recuperou a sua independência e a elite política local começou a reconhecer que a vida selvagem estava em perigo, e as primeiras idéias conservacionistas começaram a ganhar força.

O ano de 1890 marcou o declínio da corrida do ouro e novas atividades econômicas deveriam substituir a atividade mineradora. Com a crise econômica, ganhava maior força a idéia de que a região dependia da preservação de seus recursos naturais para sobreviver.

Em 1895 o parlamento do *Transvaal* adotou uma resolução na qual o comitê executivo deveria proclamar uma área de preservação na região do *Lowveld*. Esta resolução histórica marcava a fase de gestação do atual Kruger National Park. O assunto foi discutido extensivamente pelo comitê executivo em dezembro de 1897, e três meses depois, no dia 26 de março de 1898, foi oficialmente proclamada a Reserva Animal de Sabie (Sabie Game Reserve), uma fração da área que hoje é ocupada pelo Kruger.

O ano de 1898 não é aceito oficialmente pelo SANP como o ano oficial de proclamação do Kruger National Park, pois a Reserva de Sabie não tinha status nem estatuto de parque nacional, porém em termos históricos este ano é aceito como o marco inicial do parque.

Infelizmente pouco foi feito na reserva antes que se iniciasse a guerra sul-africana (Anglo-Boer), um ano depois. Em 1901 os britânicos reocuparam a região, e de forma até surpreendente, reafirmaram o status de reserva natural da região. A nova administração

acreditava principalmente na possibilidade de lucro quando a reserva apresentasse elevada população de antílopes, vendendo licenças de caça para os abonados caçadores das elites inglesas. Neste íterim surgiu um personagem crucial: o Major James Stevenson-Hamilton.

Stevenson-Hamilton foi designado administrador da reserva e estabeleceu-se na Ponte do Rio Sabie, local onde hoje se localiza o rest-camp e base de operações do KNP, Skukuza. Na época, nada existia além de meia-dúzia de cabanas à margem de um rio infestado por crocodilos. Uma de suas primeiras atitudes como administrador foi expulsar os habitantes negros da região, uma vez que se acreditava que a população negra e os animais não poderiam coabitar a região. Por isso ele foi apelidado de Skukuza – o homem que removia as pessoas contra a sua vontade.

Hamilton não poupava esforços no sentido de expulsar a população nativa. Tendo atingido seus objetivos, começou a focar-se na expansão das fronteiras da reserva ao norte do Rio Sabie. Apesar de todas as críticas que se possa fazer ao seu estilo truculento, Hamilton era obcecado em seu trabalho de expandir as fronteiras da área preservada. Além disso, teve nessa época contato com as idéias conservacionistas em expansão nos Estados Unidos, em particular com o novo modelo de parques nacionais.

Após o final da Primeira Guerra Mundial a idéia de transformar a Reserva de Sabie em um genuíno parque nacional já estava consolidada e acima das rivalidades políticas entre ingleses e afrikaners. Paralelamente, buscava-se um rompimento com a dominação britânica e a reafirmação do nacionalismo afrikaner.

Neste contexto foi proclamado, em 1926, o Ato dos Parques Nacionais, oficializando a criação do Kruger National Park, em homenagem ao ex-presidente Paul Kruger, uma proeminente personalidade política afrikaner que se destacou na luta pela independência sul-africana e também na criação da Reserva de Sabie.

O KNP, ao longo dos anos, enfrentou uma série de desafios e ameaças. A maior delas, sem dúvida alguma, foi a insensibilidade dos dirigentes no sentido de colocar a vida selvagem em primeiro plano, relegando os seres-humanos a um patamar de esquecimento e indiferença - em especial as populações negras pobres que viviam na região do parque.

Esta situação, especialmente percebida durante o regime de apartheid, possuía profundas raízes raciais e ideológicas, reduzindo qualquer possibilidade de resolver ou mesmo de minimizar o problema. Para a elite branca, o parque era visto como um símbolo de orgulho e progresso, entretanto para a população negra representava a estrutura de governo

da qual eles eram sistematicamente excluídos, e mais que isso, era uma forma explícita de massacre moral, material e emocional, resultando em discriminação racial e exploração.

A comunidade Makuleke, concentrada na área de Pafuri (norte do KNP) é um ótimo exemplo. Uma longa batalha, arrastada por mais de 40 anos devido às férteis terras que os Makuleke historicamente tinham posse, terminou com os nativos sendo obrigados sumariamente a ser removidos da região, sem direito a nenhum tipo de indenização, e realocados em uma área imprópria para o cultivo da terra. A comunidade foi aos poucos dizimada, mas a terra dos seus ancestrais foi anexada ao parque, em 1969.

Nos anos do regime de apartheid, o KNP simplesmente ignorou a cultura dos povos nativos, suas crenças e seu conhecimento da natureza. Historicamente, o foco de atuação sempre esteve relacionado aos aspectos diretamente ligados à conservação da biodiversidade, enquanto recursos culturais e o conhecimento ancestral foram absolutamente negligenciados. Esta ênfase nos valores biológicos e estéticos determinou com que todos os valores culturais fossem colocados para o lado de fora das cercas do parque, desperdiçando um patrimônio que se perceberia mais tarde irrecuperável.

Não é nosso objetivo discorrer sobre os abusos e incoerência do sistema de segregação racial que dominou o país durante meio século. Poderíamos tratar deste assunto por longas e intermináveis páginas, mas devemos compreender que se por um lado o regime branco possibilitou a existência de um sistema de parques nacionais com inegável sucesso, muito se perdeu devido às políticas adotadas. Sem margem de dúvida, os aspectos sociais foram absolutamente negligenciados durante o processo.

A grande crise surgiu em meados de 1990, quando a África do Sul embarcou na longa marcha para a liberdade. As comunidades vizinhas ao parque possuíam uma realidade bem definida – uma realidade de fome, ódio, doença e esquecimento – especialmente contrastantes com o outro lado da cerca, onde alegres famílias de brancos abastados faziam passeios contemplando a natureza.

Na época, o ativista político Nelson Mandela proclamou, na televisão britânica: “Seja do nosso agrado ou não, sabemos como e às custas de quem o KNP prosperou. O seu futuro, entretanto, estará condicionado às transformações que hoje estão nas mãos do SANP e da administração do próprio parque”.

O futuro diretor do parque, David Mabunda, completou: “O ponto central do problema é praticar o conservacionismo de uma forma reconciliatória entre o parque e o povo.”

## **2.2. DEAT E A ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL PÓS-APARTHEID**

Na estrutura atual do governo sul-africano, o “Department of Environmental Affairs and Tourism” é o órgão governamental, com status de ministério, que rege tanto as atividades turísticas quanto o controle do meio-ambiente. Notável é que não existe uma separação, como ocorre no Brasil, em dois ministérios. No ano de 2000, em discurso no parlamento, proferiu o ex-ministro do DEAT, sr. Mohammed Valli Moosa<sup>1</sup>, o motivo pelo qual na África do Sul apenas um órgão cuidava das duas competências: “As duas atividades são absolutamente indissolúveis e sinérgicas. Turismo e meio ambiente são, simultaneamente, meio e fim para que ambos possam coexistir em harmonia dentro de uma realidade de desenvolvimento sustentável em nossa nação.”

O documento do governo sul-africano que regulamenta a questão do desenvolvimento turístico sustentável é o *White Paper on the Development and Promotion of Tourism in South Africa*. Ele adota o conceito de turismo sustentável como o princípio fundamental para o desenvolvimento turístico da África do Sul.

Dois pontos do extenso documento, conhecido como “Constituição Turística da África do Sul” são listados abaixo e sintetizam princípios consagrados de sustentabilidade:

- A. Descrição das Esferas de Responsabilidade do Turismo Sustentável na África do Sul:
- A indústria turística é responsável pelo meio-ambiente, através da promoção do turismo sustentável com um foco balanceado nas atividades turísticas baseadas nos recursos naturais.
  - O governo e os empresários são responsáveis por envolver as comunidades locais nas atividades econômicas do turismo.
  - A sociedade é responsável em investir, praticar e divulgar o respeito pelas culturas locais e herança cultural, bem como protegê-las da excessiva comercialização e exploração.

---

<sup>1</sup> Atual presidente da IUCN

- As comunidades locais são responsáveis em se engajar no processo econômico do turismo, bem como em praticá-lo de forma sustentável e zelar pelo bem-estar e segurança dos visitantes.
- Os empregadores e empregados da indústria turística são responsáveis mutuamente por si mesmos e por seus clientes.
- O governo bem como os turistas são responsáveis por observar as normas e práticas em vigor referentes a turismo sustentável na República da África do Sul.

#### B. Elementos-chave para o Turismo Sustentável na África do Sul:

- Manter e incentivar a diversidade natural, econômica, social e cultural.
- Monitorar os impactos da atividade turística e assegurar o fluxo de informações.
- Envolver as comunidades nos processos de planejamento e tomada de decisões.
- Evitar o desperdício e o consumo excessivo.
- Ser sensível a cultura local das unidades receptoras.
- Usar os recursos sustentavelmente.
- Assegurar que as comunidades estão envolvidas e se beneficiando na esfera econômica do turismo.
- Assegurar o dimensionamento dos impactos sociais, econômicos e ambientais como um pré-requisito para o desenvolvimento turístico.
- Comercializar e divulgar o turismo responsável, que respeite o ambiente cultural e natural.

Atualmente, não só o KNP, mas todos os parques nacionais sul-africanos operam com o pensamento ético de que o meio-ambiente não se refere somente à natureza e aos animais, mas também aos aspectos culturais, sócio-políticos e econômicos. Esta herança cultural, tão frágil quanto a herança natural, deve ser preservada com as mesmas prioridades. Os planos diretores atuais envolvem a identificação e a promoção dos sítios culturais, e a grande maioria deles está aberta ao público para visitação – uma reparação dos erros do passado.

Paralelamente, inúmeros esforços vêm sendo feitos no sentido de melhorar as condições de vida das comunidades vizinhas e dos funcionários negros do parque, através de programas como a ação afirmativa, criando maiores oportunidades de emprego e acabando com as discriminações salariais.

Na nova África do Sul, a ideologia dominante relativa aos parques nacionais está centrada na ideologia da ecologia social, que será abordada em detalhes mais adiante. Como disse a socióloga Elizabeth Mhlongo, “a hipótese básica por trás da ecologia social é que as comunidades sul-africanas tenham a custódia dos parques nacionais. A conservação dos recursos naturais somente será atingida se as comunidades locais tiverem acesso a estes parques, não no sentido de visitação, mas no sentido de estarem envolvidos no processo de tomada de decisões e se delas derivarem benefícios tangíveis a estas comunidades”.

O grande desafio é, portanto, quebrar as barreiras das incertezas e dos antagonismos e enfatizar as questões que realmente afetam o cotidiano daqueles que, por tantos anos, foram colocados literalmente à margem das cercas do parque.

### **2.3. IDEOLOGIA E CONCEITO DO SANP**

Conforme observamos, conservacionismo na África do Sul durante muito tempo significou autoritarismo e exclusão compulsória de uma vasta parcela da população. Das três grandes esferas que compõe o turismo sustentável, somente uma delas era privilegiada, a ambiental.

Encerradas as considerações feitas sobre as injustiças raciais e sociais cometidas, devemos compreender que o futuro do SANP leva em conta as profundas injustiças do passado e também as experiências positivas em termos de conservacionismo, abrindo um cenário extremamente promissor para o novo século. Todas as incoerências do passado permitem observar o futuro sob um prisma de, senão harmonia, certamente tolerância racial, e tanto brancos como negros sul-africanos estão juntos construindo uma realidade moderna, inovadora e original em relação à estrutura dos parques nacionais, colocando em prática muitos dos conceitos de sustentabilidade que somente são testemunhados no mundo acadêmico ou teórico.

O final do *apartheid* e o retorno do país às tradições democráticas naturalmente não solucionou os intermináveis problemas da nação, mas mostrou o caminho da tolerância e da reconstrução. No caso do SANP, adicionou uma grande parcela da população, que

anteriormente enxergava os parques como uma encarnação da tirania branca, às fileiras de aliados e beneficiados do processo conservacionista. Hoje as cercas não mais expulsam as comunidades locais, mas as educam e as integram. Não queremos passar uma imagem romântica que em menos de uma década tudo está resolvido, mas o trabalho que vem sendo desenvolvido é sério, dedicado, competente e de fato está mostrando uma série de evoluções e conquistas.

O sucesso deste trabalho à longo prazo depende da integração das comunidades locais à realidade cotidiana dos parques nacionais, que não mais podem sobreviver de forma isolada. Os parques devem se transformar em parte da vida das comunidades, o que significa legitimar essa ligação através de programas de planejamento e gerenciamento das comunidades, elementos facilitadores do desenvolvimento destas comunidades.

Neste ponto entra a contradição conceitual entre exploração turística, desenvolvimento e preservação, justamente o grande desafio das teorias de sustentabilidade que norteiam o rumo dos SANP nesta nova e promissora fase de sua existência.

Em 1988, V.M. Toledo escreveu sobre o México: “Em um país caracterizado pela diversidade cultural de seus habitantes rurais, é impossível criar uma política conservacionista sem levar em conta a dimensão cultural e as profundas relações que existem, desde tempos imemoriais, entre natureza e cultura. Cada espécie vegetal, cada grupo de animais, tipos de solo e paisagens possuem quase sempre uma expressão lingüística correspondente, um grau de conhecimento, um uso prático, um sentido religioso, um papel dentro de um ritual, com características tanto individuais como coletivas. Proteger a herança natural de um país sem proteger as culturas que originam estes ambientes e suas características particulares equivale a reduzir a natureza a algo irreconhecível: estático, distante, praticamente morto”. As palavras de Toledo são perfeitamente aplicáveis à realidade sul-africana.

Desde as eleições democráticas de 1994, que levaram Nelson Mandela ao cargo de presidente e mentor intelectual da nova África do Sul, o SANP promoveram mudanças radicais relacionadas à sua filosofia, política e estrutura organizacional, que pudessem refletir de acordo os novos cenários político, econômico e social.

O primeiro grande passo neste sentido foi a nomeação de um novo conselho que, em 1995, apontou as novas diretrizes do SANP:

**Visão: “Os parques nacionais devem ser o orgulho e o júbilo de todos os sul-africanos”.**

**Missão: “Consolidar e gerenciar um sistema de parques nacionais que represente a vida selvagem, a vegetação, as paisagens e os componentes culturais associados da África do Sul, para o orgulho e benefício da nação.”**



Figura 1: Logo do SANP

Fonte: South African National Parks

Estas diretrizes representam claramente uma transformação profunda das práticas conservacionistas tradicionais para uma abordagem gerencial mais holística, integrando a herança natural com a cultural, e abrindo o debate para o caminho do desenvolvimento sustentável. O Ato de Devolução das Terras, em 1995, prevê a restituição à propriedade da terra para aqueles que foram desapropriados através de leis racistas no passado.

Um excelente exemplo deste processo, e de como o SANP vem desempenhando um papel importante e positivo através de sua política de restituição de terra, é o que vem ocorrendo com a comunidade Makuleke (já citada anteriormente). Toda a região que lhes foi retirada em 1969 está sendo restituída à comunidade, mas a área não será utilizada para fins habitacionais. A comunidade concordou que a área será utilizada para eco-turismo e co-gerenciada pelo SANP nos próximos 50 anos. O sucesso desta iniciativa mostra claramente o papel do SANP como mediador e co-gestor deste processo, e também os benefícios que podem efetivamente ser gerados para a comunidade.

Em seu novo estatuto, o SANP define seu negócio principal como “conservação”. Esta definição moderna e abrangente inclui com pesos iguais o gerenciamento da biodiversidade e a busca da ecologia social.

A ecologia social permite a crucial interação entre pessoas e meio-ambiente. Sem estes princípios, a missão do SANP torna-se utópica e impossível. Devemos frisar que as pessoas envolvidas no processo de ecologia social são na maioria dos casos oriundas de comunidades que foram prejudicadas com o estabelecimento dos parques, mas o SANP compreende também a importância vital de outros vizinhos, como produtores agrícolas, indústrias e também as comunidades urbanas de regiões adjacentes. Procura-se promover ativamente o intercâmbio de atividades econômicas entre estes elementos e o SANP, para que ambos possam extrair benefícios econômicos.

#### **2.4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL INTERNA**

A presente estrutura do SANP em termos corporativos foi desenvolvida durante o período de rápidas transformações sociais que varreram a África do Sul no período pós-eleitoral de 1994.

Consiste no resultado de um processo de transformações complexas e dinâmicas, e ainda encontra-se aberto a mudanças. O período de transição ainda não se encerrou, e

caracteriza-se por refletir a nova realidade política, econômica e social do país, distanciando-se da filosofia e políticas do passado.

Atualmente, o SANP é uma entidade ao mesmo tempo paraestatal e governamental, de acordo com o Ato 57 de 1976 e suas alterações posteriores. O Ato 57 regula as atividades dos parques nacionais e seu conteúdo pode ser examinado na íntegra nos anexos. Tanto o comitê executivo quanto o conselho do SANP reportam-se diretamente ao DEAT (Department of Environment Affairs and Tourism), que possui status de ministério na estrutura de poder sul-africana.

Definir e adotar um modelo para exemplificar um parque nacional sul-africano é tarefa impossível, devido à enorme diversidade de variáveis existentes para cada um destes parques, desde a classificação ecossistêmica até a infra-estrutura turística.

Os parques apresentam inúmeras semelhanças entre si, em especial no que se refere ao gerenciamento da vida selvagem, mas também apresentam diferenças que demandam a apresentação de cada um dos parques para que seja possível a percepção desta enorme diversidade.

Não é nosso objetivo definir um modelo específico de parque nacional sul-africano, mas sim evidenciar a ampla gama de facetas que os parques podem assumir de acordo com sua localização, tamanho, ecossistema e estrutura. A partir do próximo capítulo será feita uma análise qualitativa da oferta no Kruger National Park. Neste ponto, temos uma visão descritiva para que se possa compreender a estrutura de funcionamento dos parques nacionais na África do Sul, fornecendo uma importante base para a compreensão dos próximos capítulos.

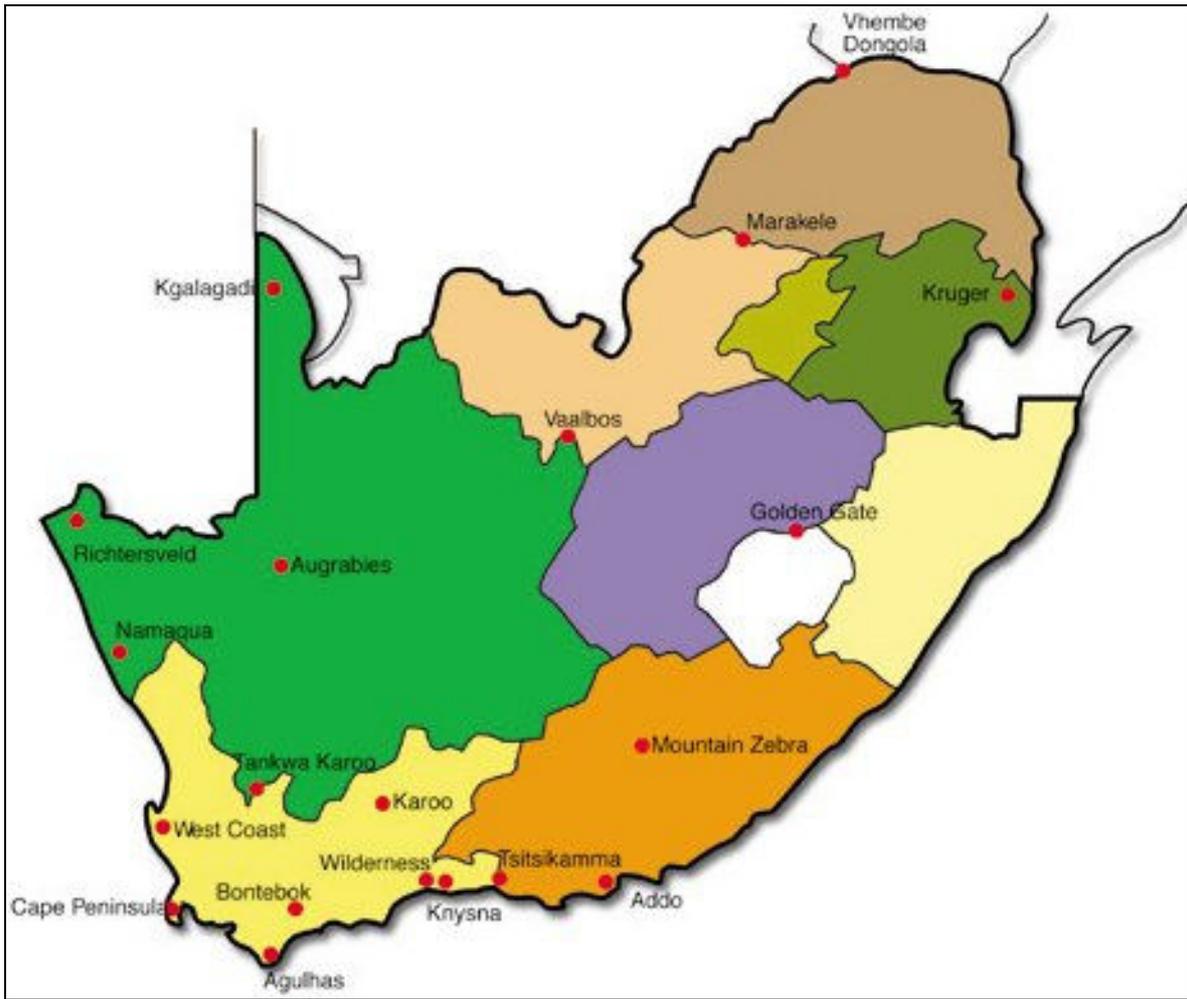


Figura 2: Parques Nacionais da África do Sul

Fonte: South African National Parks – Annual Report 1999 / 2000

Tabela 1: Parques Nacionais Sul-africanos (áreas em hectares)

<b>PARQUE</b>	<b>ABERTURA OFICIAL</b>	<b>ÁREA PRÉ-1994</b>	<b>ÁREA PÓS-1994</b>	<b>ÁREA ATUAL (Ha)</b>
Addo Elephant	1931	51 309	23 030	74 339
Agulhas	1999	0	5 690	5 690
Augrabies Falls	1966	11 743	29 933	41 676
Bontebok	1931	2 786	0	2 786
Cape Peninsula	1998	0	13 450	13 450
Golden Gate	1963	11 633	0	11 633
Kgalagadi	1931	959 103	0	959 103
Karoo	1979	41 047	36 047	77 094
Knysna	1985	15 000	0	15 000
Kruger	1926	1 962 362	0	1 962 362
Marakele	1993	37 035	13 691	50 726
Mountain Zebra	1937	6 536	18 127	24 663
Richtersveld	1991	162 445	0	162 445
Tankwa Karoo	1986	27 064	16 835	43 899
Tsitsikamma	1964	63 942	0	63 942
Vaalbos	1986	22 697	0	22 697
Vhembe-Dongola	1998	0	5 356	5 356
West Coast	1985	32 361	3 912	36 273
Wilderness	1985	10 600	0	10 600
<b>TOTAL</b>		<b>3 417 663</b>	<b>166 071</b>	<b>3 583 734</b>

Fonte: South African National Parks – Annual Report 1999 / 2000

## ACOMODAÇÃO

O SANP oferece uma ampla variedade de produtos turísticos. A maioria dos parques oferece desde a opção de uma simples visitação diária (entrada e saída no mesmo dia, a chamada *day-trip*) até opções de longa estadia.



Figura 3: *Bungalow* duplo no rest-camp de Pretoriuskop, Kruger National Park

Fonte: Autor



Figura 4: *Family cottage* no rest-camp de Pretoriuskop, Kruger National Park

Fonte: Autor

Esta variedade de opções gera também uma grande diversidade no perfil dos visitantes, onde encontramos desde a população local de áreas próximas aos parques (ocorrendo com mais frequência nas opções diárias) até turistas internacionais, de todas as regiões do planeta (que normalmente visitam um ou mais parques como parte de um itinerário pré-determinado).

Para os visitantes que pernoitam no parque, são oferecidas inúmeras opções de acomodação, que variam em termos de tamanho, facilidades, aparência, localização, conforto e preço. Todas as opções são servidas diariamente com roupas de cama, toalhas e sabonetes, além do serviço de limpeza matinal. Não há facilidades típicas de hotéis como serviço de quarto ou telefones privativos. A maioria das unidades possui ar-condicionado ou ventilador, muitas possuem churrasqueira e utensílios de cozinha, frigobar e banheiro privativo. Também há facilidades especiais para deficientes físicos e visuais.

A classificação das opções de acomodação, válida para todos os parques nacionais do país, segue a seguinte sistemática:

- *Bungalows*: possuem um quarto, banheiro privativo e equipamento básico de cozinha.
- *Bush Camps / Lodges*: são chalés localizados em áreas mais isoladas, com estilo e atmosfera particulares para turistas que preferem maior privacidade e contato mais íntimo com a natureza. Somente os residentes tem acesso aos bush camps, que não possuem lojas ou restaurantes.
- *Camping*: a maioria dos parques permite a prática de camping, seja através de barracas ou de trailers. As regras de utilização, entretanto, são rigorosas. Os locais permitidos são absolutamente controlados e demarcados, e a capacidade máxima de utilização é respeitada mediante permissões de uso que são obtidas na entrada do rest-camp. Algumas áreas de camping possuem pontos de energia, e geradores podem ser utilizados em horários específicos. Todas as áreas possuem banheiros (divididos por sexo) e cozinhas coletivas. Deve-se frisar que estas áreas coletivas são extremamente limpas e confortáveis. Algumas áreas possuem geladeiras coletivas.
- *Chalavans*: chalés rústicos para fornecer apoio a quem viaja em trailers. Possuem facilidades básicas.
- *Chalet*: unidades independentes ou modulares com um ou mais quartos.

- *Cottage*: diferenciam-se dos chalés por possuírem uma sala de estar, banheiro e cozinha.
- *Family Cottages*: possuem até 3 quartos em cada unidade.
- *Forest Huts*: opções simples de cabanas com até 4 camas.
- *Guest Houses*: unidades especiais e diferenciadas, porém dentro dos limites de um rest-camp. Possuem um status especial pois normalmente são arrendadas para a iniciativa privada, constituindo portanto uma situação particular de reserva privada dentro do parque nacional.
- *Hut*: cabanas com um quarto, sendo banheiros e cozinha comunitários.
- *Permanent Tents*: são barracas permanentes que oferecem conforto e contato com a natureza.

Devemos observar que ainda existem algumas subdivisões destas categorias que ocorrem em determinados parques, sem maior relevância para o nosso estudo.

Além da possibilidade de escolha para o turista, devemos destacar que a enorme gama de possibilidades de acomodação faz com que seja um lazer relativamente democrático, pois oferece a possibilidade de utilização das dependências dos parques por preços acessíveis a diversas camadas sociais. Faremos mais adiante algumas considerações sobre os preços para utilização das facilidades, mas devemos registrar a preocupação do SANP em possibilitar que mesmo pessoas menos favorecidas economicamente tenham acesso aos parques. Infelizmente o isolamento de alguns parques e a necessidade de possuir um automóvel exclui de muitas pessoas a possibilidade de conhecer um parque nacional.

Apesar de que a maioria das opções de acomodação não privilegia luxo e sofisticação, devemos enfatizar veementemente que o respeito à natureza e o comprometimento com a limpeza das facilidades (mesmo as comunais) é um ponto de honra em todos os parques. Desta forma, jamais se encontram nos rest-camps grupos de jovens ouvindo som alto, sujeira nos gramados ou banheiros mal-cuidados. Existe uma sinergia especial a partir do momento que se entra nos parques, onde funcionários cuidam para que tudo permaneça de forma adequada, e a grande maioria dos turistas, percebendo estes esforços, passa a fazer parte desta mentalidade colaboracionista.

## ATIVIDADES

Quando se menciona o Kruger Park, a maioria das pessoas pensa imediatamente em safári. De fato, esta é uma das inúmeras possibilidades de entretenimento, porém está longe de ser a única.

O safári classifica-se dentro da atividade “*game viewing*”, que é a observação de animais terrestres durante a estada em um dos parques. Entre as inúmeras outras possibilidades de entretenimento nos parques podemos citar:

- *Bird Viewing* (observação de pássaros)
- *Whale / Dolphin Watching* (observação de animais marinhos)
- Passeios em canoas (curta e longa duração)
- Pesca
- Esportes à vela
- Passeios à cavalo
- Observação de flores
- Trilhas e trekking (curta e longa duração)
- Praias
- 4x4 Eco-Trail (trilha educacional de 5 dias em veículo especial no Kruger Park)
- Campos de golfe
- Sítios arqueológicos e locais históricos
- Centros de conferência e convenções
- Museus e centros áudio-visuais

Naturalmente nem todas as opções estão disponíveis em todos os parques, portanto cada parque possui atrações específicas que atraem perfis diferentes de visitantes.

Devemos citar que, apesar desta extensa lista de atividades, uma das grandes atrações de todos os parques é o simples contato direto com a natureza, que se materializa de inúmeras formas. Experiências como os sons, os cheiros e as cores da natureza são sensações

que as pessoas oriundas das cidades grandes muitas vezes não conhecem e levam algum tempo para percebê-las e admirá-las.

Os *rangers* dos parques possuem um papel fundamental no sentido de educar os visitantes e fazê-los estarem assimilando algumas das maiores atrações dos parques. Para entender e aproveitar a natureza é necessário conhecê-la e entendê-la, seja de maneira empírica ou científica.

Na prática, o que se observa é que os visitantes regulares dos parques jamais se deslocam a um determinado parque para fazer determinada atividade específica, mas sim para ter acesso a esta atividade dentro de um ambiente natural específico. Exemplificando, um visitante não vai a um determinado parque com a simples intenção de velejar, mas sim de aproveitar a atmosfera do ambiente e ainda ter a possibilidade de velejar naquele local.

Em contrapartida, visitantes sazonais normalmente visitam um determinado parque devido a uma específica atividade ofertada pelo parque. Não é raro que visitantes com este perfil se decepcionem com a atração específica, mas encontrem novas atividades e se identifiquem com a proposta geral do parque.

Ao contrário das reservas privadas, onde se controlam mais de perto as variáveis da natureza, nos parques nacionais a vida selvagem segue sem manipulações ou externalidades controladas. Desta forma, não se pode assegurar que um safári será bem sucedido. Na natureza, as variáveis são incontornáveis e não se pode esperar de uma visita a um parque nacional o mesmo que uma visita a um parque temático ou a um zoológico.

Todas as atividades nos parques são rigidamente controladas. A pesca, bem como a prática de esportes náuticos, é permitida somente em determinados locais e em determinadas épocas. Devemos ter em mente que nada acontece sem controle.

As famosas trilhas, como a *Otter Trail* no Tsitsikamma National Park, que tem duração de cinco dias, possuem severas regras de participação, infra-estrutura e logística impecáveis.

A prática de diversas atividades nos parques é saudável, pois exemplifica como a natureza pode ser parceira de atividades recreativas e ainda auxiliar de forma decisiva na educação ambiental de cada indivíduo.

Esta breve descrição da atmosfera encontrada nos parques é fundamental para que possamos evidenciar a forma como a África do Sul adota em seus parques o conceito

moderno de desenvolvimento turístico sustentável, que integra a exploração turística aos conceitos fundamentais de sustentabilidade.

## **2.5. ECOLOGIA SOCIAL**

Os conceitos teóricos de desenvolvimento e turismo sustentável, em termos gerais, não apresentam grandes variações em função da área geográfica do planeta, e normalmente são teorias irradiadas do chamado mundo desenvolvido para o mundo em desenvolvimento, que muitas vezes adapta estas teorias para suas necessidades e realidades específicas.

A África o Sul possui o grande mérito de adaptar estas teorias com competência para a sua realidade e esta aplicação pratica será observada a seguir através do conceito de ecologia social. A nossa maior intenção através deste item não é apresentar um conceito sul-africano para sustentabilidade, mas sim apresentar a definição de uma conceituada autora sul-africana com as diretrizes governamentais que regulamentam o assunto.

Heidi Keyser (2002) apresenta a seguinte definição e requisitos básicos para Desenvolvimento Turístico Sustentável:

“Desenvolvimento Turístico Sustentável implica em conservação e em alguns casos melhorias dos recursos turísticos, para o uso presente e futuro dos residentes e visitantes de uma determinada região”.

Deve ser compatível com os interesses da sociedade da região, bem como estar de acordo com seus valores culturais.

Necessita estar em harmonia com as demandas da população local no que se refere à melhoria das condições de vida.

O planejamento do aumento na quantidade de turistas na região deve satisfazer duas condições: que este aumento não acarrete o desinteresse do turista e que os visitantes respeitem e protejam o ambiente visitado.

Os recursos turísticos devem ser gerenciados, em caráter permanente, através da aplicação de medidas conservacionistas e pelo desenvolvimento de facilidades e serviços turísticos apropriados.

As atrações, facilidades, serviços e infra-estrutura turística devem ser planejadas, localizadas, desenvolvidas e gerenciadas de uma maneira estratégica em termos ambientais e culturais para que não ocasionem degradação progressiva do meio-ambiente e convulsão social.

As comunidades locais devem participar diretamente do planejamento das atividades turísticas em suas regiões, e se beneficiar delas.

Levando-se em conta tais pressupostos, Keyser afirma que o desenvolvimento turístico sustentável reconhece limites para o crescimento, adota uma visão de longo prazo para a atividade econômica e questiona continuamente o crescimento econômico sem planejamento. Estabelece três fatores fundamentais dentro do conceito de sustentabilidade:

- **Qualidade:** turismo sustentável envolve turismo de qualidade para os visitantes na mesma proporção em que proporciona melhora na qualidade de vida da população local e na conservação do meio-ambiente.
- **Continuidade:** por definição turismo sustentável implica na continuidade dos recursos naturais e culturais do ambiente visitado.
- **Sinergia:** o turismo sustentável balanceia as necessidades da indústria turística, dos conservacionistas e das comunidades locais, enfatizando objetivos comuns e a cooperação entre os visitantes, comunidades, empresários e órgãos governamentais.

### **2.5.1 ECOLOGIA SOCIAL - EMBASAMENTO TEÓRICO**

Ecologia Social é a filosofia e abordagem dominantes na qual o SANP norteia suas diretrizes conservacionistas relacionadas aos assuntos ecológicos, culturais e sócio-econômicos dos parques nacionais. O processo é interdisciplinar, participativo, educativo e orientado à comunidade. Visa facilitar parcerias que beneficiem mutuamente os parques nacionais e comunidades adjacentes.

Esta abordagem é holística, integrada e eqüitativa, e promove os direitos humanos. Também reconhece que as comunidades possuem características distintas e que a nova geração de conservacionistas requer tanto conhecimento ecológico e biológico como sociológico. É vista como a solução adequada para remover as cercas visíveis e invisíveis do

passado, uma vez que estabelece e constrói parcerias que ao mesmo tempo servem aos interesses dos parceiros e protegem os recursos naturais.

A Ecologia Social é um ponto central dentro da nova visão do SANP. No plano corporativo de 1998, o SANP descreve Ecologia Social como “a estratégia e o processo em que convergem a filosofia e a abordagem do SANP às comunidades adjacentes e estabelece um diálogo recíproco e parcerias com estas comunidades. O processo assegura que a visão e opinião destas comunidades será levada em consideração na maior extensão possível, e como consequência, que estas comunidades possam usufruir benefícios diretos da existência dos parques, ao mesmo tempo em que apóiam e contribuem para os esforços conservacionistas do SANP.”

A grande estratégia e a chave do sucesso do processo é o staff que compõe a unidade de ecologia social, pois ela envolve mais que educação ambiental, desenvolvimento da comunidade ou participação pública. É a custódia dos bens ambientais e culturais, autenticada através da promoção do princípio central do SANP, que é o comprometimento com a conservação da natureza.

Estes ecologistas sociais são peças-chave no time de especialistas do SANP, não apenas ao preservar os ambientes natural e cultural, mas especialmente ao estabelecer novas áreas de proteção. Os *habitats* naturais na África do Sul tendem a diminuir com o tempo, como em qualquer lugar do mundo. Por isso, é crucial que o SANP seja bem-vindo pelas comunidades locais ao estabelecer novos parques. Se as demandas, preocupações, interesses e objetivos destas comunidades não forem compreendidas e levadas em consideração no processo de planejamento e implementação, os esforços conservacionistas certamente não perpetuarão.

Ainda há uma série de outros benefícios que surgem diretamente das atividades da ecologia social que agregam muito valor não só ao SANP mas a toda economia do país. Por exemplo, trabalhar o potencial de venda do artesanato das comunidades nas lojas do SANP claramente agrega benefícios ao potencial turístico do país, adicionando o componente herança cultural. Além disso, a ecologia social é um facilitador para uma melhor compreensão através de diversas culturas e diferentes níveis educacionais. Externamente, abre o diálogo com governos centrais e regionais, ONGs, empresas privadas e claro, com as comunidades envolvidas.

O papel contínuo da ecologia social é educar, aumentar o poder econômico das comunidades e fazê-las abraçar os princípios éticos de conservação ambiental do SANP. Devemos sempre ressaltar que o termo “comunidades” engloba também os produtores industriais e agrícolas da região, que não devem ser marginalizados do processo, mas naturalmente a prioridade de oportunidades visa as comunidades deslocadas e marginalizadas no passado.

As definições formais sobre Ecologia Social, segundo o Plano Corporativo do SANP, são as seguintes:

- Missão: integrar as comunidades adjacentes
- Objetivo: desenvolver e nortear o relacionamento satisfatório com estas comunidades e assumir a responsabilidade sobre os recursos e valores culturais locais, através do desenvolvimento e gerenciamento dos mesmos.
- Significando: o estabelecimento de parcerias com benefício bi-lateral e a integração de diferentes perspectivas culturais no âmbito gerencial e educacional de cada parque.

A Ecologia Social – independente de estar comprometida com assuntos e valores do passado, presente e futuro – é o processo que assegura que os valores, vozes e identidades de todo o povo da África do Sul estejam integrados, representados e preservados nos parques nacionais sul-africanos. É a garantia de longo prazo da sobrevivência dos parques e da ética conservacionista. E, devido à explosão do turismo ecológico e cultural, é o catalisador que democratiza a distribuição da renda turística e cultural, indiretamente contribuindo com os objetivos de reconstrução do país e redistribuição de renda. E, diretamente, revive tradições e culturas, revigora a arte e a expressão do povo sul-africano, potencializando a dimensão atual do chamado “Renascimento Africano”.

### **2.5.2 ECOLOGIA SOCIAL - APLICAÇÃO PRÁTICA**

Em 1994, o Departamento de Ecologia Social transformou-se em uma unidade específica dentro da estrutura do SANP, coincidindo com o nascimento da nova África do Sul. Inicialmente nomeada Unidade de Desenvolvimento da Comunidade, passou ainda a

Unidade de Conservação Social antes de assumir a designação atual. O debate em torno da nomenclatura adequada mostra as tensões oriundas da quebra do *status quo* vigente.

Após a realização de um seminário de planejamento estratégico, em 1995, um documento governamental foi elaborado traçando a missão, princípios e áreas estratégicas dentro da esfera da ecologia social. Tal documento foi elaborado por ecologistas, diretores dos parques e pelo conselho do SANP, e decidiu-se enfatizar a função do departamento no funcionamento cotidiano dos parques, bem como estabelecer um ecologista social responsável por cada parque. Estes objetivos foram praticamente alcançados com êxito total nos últimos anos.

O departamento de Ecologia Social central opera na sede de Groenkloof Park e todas as células de ecologia social de cada parque se reportam diretamente a ele. Suas principais funções são:

- Formulação de políticas
- Planejamento estratégico
- Suporte técnico aos parques
- Programas de capacitação
- Monitoramento dos programas de ecologia social em cada parque

Para o SANP, ecologia social compreende cinco funções principais, a saber:

#### 1. Aproximação da comunidade

As comunidades adjacentes aos parques estão rapidamente compreendendo o processo que as coloca como parceiros dos parques, portanto, como elementos importantes no processo. Esta função visa desenvolver e nortear as relações com os parques e SANP promovendo seu envolvimento através de estruturas consultivas discutindo o gerenciamento e filosofia do parque. Ambas as partes se beneficiam do compartilhamento de valores, aspirações e visões.

## 2. Fortalecimento econômico

Estabelecer parcerias que sejam economicamente viáveis e sustentáveis, com benefícios mútuos. Este objetivo é atingido através do fortalecimento econômico das comunidades, que sempre estiveram historicamente à margem do fluxo das atividades econômicas do país. O fortalecimento econômico estabelece correções às discrepâncias que resultavam neste isolamento econômico, promovendo de forma ativa a criação de empregos e oportunidades de negócios relacionados aos parques. Este processo é lento e gradativo, e não possui nenhum caráter filantrópico.

## 3. Educação ambiental

Esta é uma função especializada de suporte que desenvolve e coordena os programas de integração que incorporam as comunidades ao cotidiano dos parques, através do estabelecimento de estruturas de comunicação.

No passado, conservação significava desalojamento de indivíduos e expulsão sumária, e atualizar o conceito para estas comunidades não é uma tarefa das mais simples.

A diretriz principal da divisão é educar o povo sobre o valor e o amor à terra, aumentar a conscientização sobre proteção ambiental entre os jovens e promover uma ética ambiental.

Esta educação possibilita o desenvolvimento e a manutenção de um forte senso de identidade nacional e orgulho que legitima a propriedade pública do SANP.

Segundo Alistair Clacherty, consultora e ex-membro do Conselho de Educação Ambiental da África do Sul, educação ambiental não se relaciona apenas à proteção da natureza, mas também ao desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos e da sociedade. O fator humano é parte fundamental do processo.

A educação aos jovens é vital neste processo e na formação de uma ética ambiental que se perpetue através das gerações futuras. Iniciativas de envolvimento com os parques nacionais são encorajadas desde a pré-escola até as idades adultas.

#### 4. Gerenciamento do Patrimônio e Recursos Culturais

A África do Sul possui uma rica e diversa herança cultural e um dos mais antigos registros de atividade humana no planeta. As descobertas mais recentes revelam marcas fossilizadas com 117.000 anos, em *West Coast*<sup>2</sup>.

O SANP se compromete a custodiar e proteger estes recursos. Através da melhor compreensão da realidade das comunidades vizinhas, facilita-se o processo de preservação dos recursos culturais. Apesar da globalização e do sistema de valores universal, devemos ter em mente que a perda de uma cultura é tão devastadora quanto a perda de uma espécie em extinção, e isso empobrece a humanidade como um todo.

#### 5. Pesquisa e monitoramento

As atividades de pesquisa buscam coletar informações e compilar um banco de dados sócio-econômicos e informações sobre os projetos comunitários em vigência nos parques. A partir dos resultados, novas diretrizes são estabelecidas e incorporadas aos projetos presentes e futuros do SANP. No momento, está sendo produzido um livro e um banco de dados fotográficos sobre ecologia social no SANP.

Através de um monitoramento participativo e avaliações de resultados, a divisão pode mensurar o impacto da ecologia social, tanto nos parques como nas comunidades, e desenvolver sistemas de comunicações que possibilitem o fluxo de informações e diálogo entre as comunidades e o SANP.

---

<sup>2</sup> Costa do Atlântico, ao norte de Cape Town e ao sul da Namíbia.

### **3 – KRUGER NATIONAL PARK: ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DA OFERTA TURÍSTICA**

Oferta turística é definida como a quantidade de bens e serviços turísticos oferecidos a determinado preço, em determinado período de tempo (Lage & Milone, 2000a). É o conjunto de atrações naturais e artificiais de uma região, bem como de todos os produtos turísticos à disposição dos consumidores para a satisfação de suas necessidades.

A oferta turística de uma localidade ou região é composta por elementos naturais (flora, fauna, clima, geografia) e elementos artificiais (fatores históricos, culturais, religiosos, meios de transporte, acesso, estrutura, hospedagem). Todos estes elementos combinados particularizam a oferta turística de uma região ou localidade.

Os capítulos 3 e 4 classificam a oferta turística da região do Kruger de acordo com a metodologia adotada pelo Centro Interamericano de Capacitação Turística (Cicatur-México) e adaptado pelo Centro Brasileiro de Documentação e Informação Turística (Cebitur). Esta metodologia classifica a oferta turística em três categorias, que Theuns (1983) aponta como os requisitos básicos a serem considerados ao se planejar o desenvolvimento do turismo:

1. Atrativos Turísticos: lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos. Podem ser recursos naturais, histórico-culturais, realizações técnicas e científicas ou acontecimentos programados.
2. Superestrutura: equipamentos e serviços turísticos que incluem as instalações de superfície, edificações, instalações e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística. Engloba os meios de hospedagem, serviços de alimentação, entretenimento e outros equipamentos e serviços turísticos.
3. Infra-estrutura: todo o apoio turístico composto pelo conjunto de construções subterrâneas e de superfície (edificações, instalações de estrutura física e de base) que proporciona o desenvolvimento da atividade turística (comunicações, transportes, serviços urbanos e sistemas de segurança).

Esta análise qualitativa da oferta turística de uma região permite a elaboração do inventário da oferta turística da região (análise quantitativa, que não é o nosso objetivo). O inventário da oferta turística é uma ferramenta de grande valia no processo de planejamento

turístico de uma determinada região. A nossa análise restringe-se ao caráter qualitativo no sentido de evidenciar as características dos parques nacionais e reservas privadas da região do Kruger enquanto produto turístico.

Beni (1998) propõe através do Sistur (Sistema de Turismo) um modelo teórico referencial que analise os seguintes conjuntos de forma integrada, descrevendo o funcionamento da atividade turística como um todo:

- a) relações ambientais que envolvam os subsistemas ecológico, social, econômico e cultural;
- b) organização estrutural que envolva a superestrutura e a infra-estrutura;
- c) ações operacionais que envolvam oferta e demanda (interação no mercado pela produção e consumo através de um sistema de distribuição).

### **3.1. ATRATIVOS TURÍSTICOS**

#### **3.1.1. Recursos Naturais**

Os recursos naturais do Kruger National Park constituem o principal motivo de atração e captação de turistas para o parque. Entretanto, a maioria dos turistas que visitam o parque e são oriundos de outros continentes que não a África, entende que a grande razão para visitar o parque seja a experiência de um safári fotográfico. Devemos observar que o parque oferece muitas outras atividades além do safári propriamente dito, e a estadia em um ecossistema de savana proporciona uma experiência mais ampla que somente o safári.

Popularmente, o safári fotográfico enfatiza a observação dos grandes mamíferos (alguns deles conhecidos como os Big 5 – leão, leopardo, rinoceronte, elefante e búfalo). Formalmente, o Kruger oferece as seguintes opções de interação do ser humano com o ambiente natural local:

- Geologia
- Fauna (mamíferos, aves, anfíbios e répteis)
- Flora (gramínea e arbórea)

Ampliando a gama de atrativos, aumenta-se a exploração comercial do parque, aumentando o público-alvo, o retorno de visitantes e aumentando a permanência média de cada visitante.

### **3.1.2. Recursos Histórico-culturais**

Estão disponíveis para visitação uma série de recursos histórico-culturais ao longo do parque. Diversos monumentos em homenagem aos pioneiros que desbravaram a região foram erigidos na região do parque, desde o século XIX. Muitos deles são referências históricas sul-africanas. Também estão presentes centros de estudo e de capacitação de guias e *rangers*, sendo que alguns estão abertos ao público em geral e outros destinados apenas a profissionais qualificados.

De todos os recursos histórico-culturais do parque, os mais importantes são os sítios arqueológicos e ruínas de povos antepassados. Alguns destes sítios conservam amostras valiosas de pintura rupestre. Os mais importantes são os sítios de Thulamela e Masorini.

### **3.1.3. Realizações Técnicas e Científico-contemporâneas**

São mantidos diversos centros científicos no Kruger, que monitoram e pesquisam a interação entre os diversos agentes do meio-ambiente. A maioria destes centros científicos não estão abertos ao público e destinam-se a pesquisas de vanguarda nas áreas acadêmica e governamental.

### **3.1.4. Acontecimentos Programados**

O centro de convenções de Skukuza sedia uma série de eventos e comemorações ao longo do ano, bem como o campo de golfe adjacente recebe esportistas e competições sazonais. Todas as atividades esportivas ou empresariais realizadas seguem um rigoroso código de conduta, de acordo com as normas de utilização do parque.

### 3.2. SUPERESTRUTURA

A superestrutura (também denominada equipamentos e serviços turísticos) inclui as instalações de superfície, edificações e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística.

Dentro do KNP, existem algumas áreas que são arrendadas, mediante licitação e contrato, para a iniciativa privada. Estes concessionários utilizam-se da área do KNP para as atividades recreativas, mas possuem sua área própria para hospedagem, operando nos mesmos moldes de uma reserva privada. Estes casos não serão contabilizados neste capítulo e sim no das reservas privadas. No momento existem 6 reservas privadas que operam dentro da área do KNP.

As instalações turísticas dentro do parque subdividem-se em três grandes grupos: main camps, bushveld camps e bush lodges, com sensíveis diferenças de estrutura e serviços. Estes grupos serão o foco de nossa análise de oferta. Estaremos detalhando as principais diferenças entre parques privados e o KNP, em relação às instalações turísticas e acomodação no próximo capítulo. Mas devemos registrar que, se por um lado uma parcela do público rejeita as instalações do KNP por não possuir o luxo e sofisticação das reservas privadas, e analogamente uma grande parcela dos turistas opta pelo KNP por não estar disposto ou não poder assumir as elevadas tarifas dos parques privados, existe uma considerável parcela de visitantes, tanto internacionais como consumidores domésticos, que consideram o KNP a verdadeira experiência em vida selvagem, justamente por oferecer o estritamente necessário, porém com todos os confortos básicos necessários para interagir com a natureza de uma forma neutra.

Para efeitos de mensuração da oferta de acomodação turística no KNP, estaremos levantando a quantidade total de unidades disponíveis em cada rest-camp, que serão classificadas por tipo de acomodação. Estes dados são fornecidos por intermédio do SANP, e naturalmente a coleta dos dados nesse caso foi facilitada por se tratar de um único fornecedor de serviços de acomodação para todo o parque. Estaremos também analisando o valor das diárias de cada uma destas unidades, o que nos permitirá uma análise do volume potencial de receita do parque, bem como a capacidade total de oferta turística. Estes dados foram elaborados através deste estudo, e serão de fundamental importância para as análises seguintes e conclusões finais da dissertação. Para facilidade do leitor, os valores estarão convertidos para dólares americanos, no câmbio e valores vigentes de novembro de 2004. Este é um levantamento inédito e a metodologia adota para cada unidade a tarifa padrão de

balcão (*rack rate*), sem considerar os adicionais para ocupantes extras. O KNP não adota critérios de sazonalidade em suas tarifas, ou seja, elas se mantêm iguais ao longo do ano, inclusive no período de pico. E apesar de existirem tarifas negociadas com operadoras de turismo locais e internacionais, as margens de negociação são pequenas e só aumentam significativamente com volumes anuais muito grandes, o que só é atingido por poucas operadoras européias, notadamente alemãs, francesas e britânicas. Esta rigidez em relação às negociações de tarifas para os intermediários turísticos e à sazonalidade se explica facilmente por se tratar de um produto único e que apesar de ter a concorrência dos parques privados, esta concorrência se faz através de produtos com características distintas. E devemos lembrar ainda que, se em relação aos preços dos serviços de acomodação não se distingue entre visitantes domésticos, regionais ou internacionais, esta distinção se faz notar claramente nos valores cobrados pela taxa de conservação, que veio a substituir as antigas taxas de entrada no parque. Esta cobrança era feita pelo número de ocupantes e tipo de veículo, independente da nacionalidade. A partir de 2003, a nova taxa de conservação é cobrada por visitante e os valores dependem da nacionalidade<sup>3</sup>.

### **3.2.1. Main Camps**

Os 12 main camps são responsáveis pela maioria da oferta de acomodação dentro do parque e concentram a maior parte dos recursos administrativos, bem como facilidades de alimentação, bancos e museus. São os grandes pontos de apoio tanto para o turista que pernoita no parque bem como para o visitante de um dia (aquele entra e sai no mesmo dia). Todos possuem eletricidade, um posto de primeiros-socorros, loja de souvenir, cozinha comunitária, lavanderia automática, restaurante e/ou cafeteria, telefones públicos, posto de gasolina e uma recepção que concentra as informações turísticas e o gerenciamento dos serviços receptivos.

As tabelas 2 a 20 que seguem foram elaboradas pelo autor através de pesquisa de campo. Em todas as unidades de acomodação do Kruger National Park (gerenciadas pelo próprio parque), pesquisou-se a quantidade de cada tipo específico de acomodação, a tarifa média por unidade, e a partir destes dados a capacidade máxima por noite (CMN) e a receita máxima por noite (RMN). Estes dados são importantes como uma base de comparação com os dados das reservas privadas e serão consolidados no apêndice.

---

<sup>3</sup> Vide tabela 21

Tabela 2: Rest-camp Berg-en-dal & Malelane

Tipo de acomodação Berg-en-dal / Malelane	Número de Unidades	Tarifa por unidade	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Camping	70	US\$ 16,60	140	US\$ 1162,00
Bungalow	31	US\$ 76,60	62	US\$ 2374,60
Bungalow Perimeter	32	US\$ 85,00	64	US\$ 2720,00
Family Cottage	23	US\$ 141,60	138	US\$ 3256,80
Guest House J Le Roux	1	US\$ 283,30	6	US\$ 283,30
Guest House Rhino	1	US\$ 283,30	10	US\$ 283,30

Tipo de acomodação Malelane	Número de Unidades	Tarifa por unidade	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Camping	15	US\$ 16,60	30	US\$ 249,00
Bungalow	5	US\$ 75,00	10	US\$ 375,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 10.704,00      Capacidade Máxima por noite total: 460

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 3: Rest-camp Crocodile Bridge

Tipo de acomodação Crocodile Bridge	Número de Unidades	Tarifa por unidade	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Camping	12	US\$ 16,60	24	US\$ 199,20
Safari Tent – communal facilities	8	US\$ 40,00	16	US\$ 320,00
Bungalow	18	US\$ 83,30	36	US\$ 1499,40
Bungalow- deficientes	2	US\$ 83,30	4	US\$ 166,60

Receita Máxima por noite total: US\$ 2.185,20      Capacidade Máxima por noite total: 80

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 4: Rest-camp Letaba

Tipo de acomodação Letaba	Número de Unidades	Tarifa por unidade	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Camping	35	US\$ 16,60	70	US\$ 581,00
Hut	5	US\$ 45,00	10	US\$ 225,00
Safari Tent – communal facilities	20	US\$ 38,30	40	US\$ 766,00
Bungalow CK	20	US\$ 70,00	40	US\$ 1400,00
Bungalow K-P com CK	41	US\$ 75,00	82	US\$ 3075,00
Bungalow K-P	27	US\$ 82,50	54	US\$ 2227,50
Guest cottage	10	US\$ 143,30	50	US\$ 1433,00
Guest House Fish Eagle	1	US\$ 266,60	8	US\$ 266,60
Guest House Melville	1	US\$ 266,60	8	US\$ 266,60

Receita Máxima por noite total: US\$ 10.240,70      Capacidade Máxima por noite total: 362  
 Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 5: Rest-camp Lower Sabie

Tipo de acomodação Lower Sabie	Número de Unidades	Tarifa por unidade	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Camping	33	US\$ 16,60	66	US\$ 547,80
Hut	4	US\$ 20,80	4	US\$ 83,20
Hut	26	US\$ 35,80	52	US\$ 930,80
Safari Tent – fully equipped	12	US\$ 64,10	24	US\$ 769,20
Safari Tent – river view	12	US\$ 69,10	24	US\$ 829,20
Bungalow CK	12	US\$ 75,80	24	US\$ 909,60
Bungalow K	2	US\$ 80,00	4	US\$ 160,00
Bungalow P com CK	46	US\$ 80,00	92	US\$ 3680,00
Family bungalow	2	US\$ 140,00	10	US\$ 280,00
Guest House Steenbok & Moffett	2	US\$ 141,60	8	US\$ 283,20
Guest House Keartland	1	US\$ 266,60	6	US\$ 266,60

Receita Máxima por noite total: US\$ 8.739,60      Capacidade Máxima por noite total: 314  
 Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 6: Rest-camp Mopani

Tipo de acomodação Mopani	Número de Unidades	Tarifa por unidade	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Bungalow	45	US\$ 76,60	90	US\$ 3447,00
Cottage	12	US\$ 81,60	24	US\$ 979,20
Guest Cottage	45	US\$ 143,30	180	US\$ 6448,50
Guest House Xanetsi	1	US\$ 266,60	4	US\$ 266,60
Shipandani Hide	1	US\$ 120,00	6	US\$ 120,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 11.261,30      Capacidade Máxima por noite total: 304  
 Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 7: Rest-camp Olifants

Tipo de acomodação Olifants	Número de Unidades	Tarifa por unidade	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Bungalow CK	63	US\$ 70,00	126	US\$ 4410,00
Bungalow P-RV com CK	20	US\$ 82,50	40	US\$ 1650,00
Bungalow P-RV com K	21	US\$ 90,00	42	US\$ 1890,00
Bungalow 2 quartos RV	3	US\$ 100,00	12	US\$ 300,00
Guest House Lebombo	1	US\$ 141,60	8	US\$ 141,60
Guest House Nshawu	1	US\$ 266,60	8	US\$ 266,60

Receita Máxima por noite total: US\$ 8.658,20      Capacidade Máxima por noite total: 236  
 Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 8: Rest-camp Orpen, Maroela & Tamboti

Tipo de acomodação Orpen	Número de Unidades	Tarifa por unidade	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Hut	12	US\$ 35,80	24	US\$ 429,60
Guest Cottage	3	US\$ 145,00	18	US\$ 435,00

Tipo de acomodação Maroela	Número de Unidades	Tarifa por unidade	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Camping	19	US\$ 16,60	38	US\$ 315,40

Tipo de acomodação Tamboti	Número de Unidades	Tarifa por unidade	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Safari Tent – communal	30	US\$ 39,10	60	US\$ 1173,00
Safari Tent – fully equipped	10	US\$ 88,30	40	US\$ 883,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 3.236,00      Capacidade Máxima por noite total: 180  
 Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 9: Rest-camp Pretoriuskop

Tipo de acomodação Pretoriuskop	Número de Unidades	Tarifa por unidade	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Camping	45	US\$ 16,60	90	US\$ 747,00
Hut (no fridge)	35	US\$ 26,60	70	US\$ 931,00
Hut	52	US\$ 36,60	104	US\$ 1903,20
Bungalow CK	32	US\$ 70,80	64	US\$ 2265,60
Bungalow PK	20	US\$ 82,50	40	US\$ 1650,00
Bungalow 2 quartos	2	US\$ 141,60	8	US\$ 283,20
Family Cottage	4	US\$ 141,60	24	US\$ 566,40
Guest House Pierre Joubert	1	US\$ 250,00	8	US\$ 250,00
Guest House Doherty Bryant	1	US\$ 250,00	8	US\$ 250,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 8.846,40      Capacidade Máxima por noite total: 416  
 Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 10: Rest-camp Punda Maria

Tipo de acomodação Punda Maria	Número de Unidades	Tarifa por unidade	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Camping	50	US\$ 16,60	100	US\$ 830,00
Bungalow CK	18	US\$ 69,10	36	US\$ 1243,80
Bungalow K	4	US\$ 76,60	8	US\$ 306,40
Family Bungalow	2	US\$ 127,50	8	US\$ 255,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 2.635,20      Capacidade Máxima por noite total: 152  
 Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 11: Rest-camp Satara

Tipo de acomodação Satara	Número de Unidades	Tarifa por unidade	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Camping	74	US\$ 16,60	148	US\$ 1228,40
Bungalow CK	49	US\$ 76,60	98	US\$ 3753,40
Bungalow CK	50	US\$ 78,30	100	US\$ 3915,00
Bungalow K	53	US\$ 85,80	106	US\$ 4547,40
Luxury Bungalow	1	US\$ 115,00	2	US\$ 115,00
Guest Cottage	10	US\$ 145,00	60	US\$ 1450,00
Guest House Wells	1	US\$ 250,00	6	US\$ 250,00
Guest House Rudy Frankel	1	US\$ 250,00	8	US\$ 250,00
Guest House Stanley	1	US\$ 250,00	8	US\$ 250,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 15.759,20      Capacidade Máxima por noite total: 536  
 Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 12: Rest-camp Shingwedzi

Tipo de acomodação Shingwedzi	Número de Unidades	Tarifa por unidade	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Camping	50	US\$ 16,60	100	US\$ 830,00
Hut	24	US\$ 35,80	48	US\$ 859,20
Bungalow CK	24	US\$ 65,80	48	US\$ 1579,20
Bungalow K	30	US\$ 70,80	60	US\$ 2124,00
Cottage	1	US\$ 99,10	4	US\$ 99,10
Guest House Rentmeester	1	US\$ 283,30	8	US\$ 283,30

Receita Máxima por noite total: US\$ 5.774,80      Capacidade Máxima por noite total: 268  
 Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 13: Rest-camp Skukuza

Tipo de acomodação Skukuza	Número de Unidades	Tarifa por unidade	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Camping	80	US\$ 16,60	160	US\$ 1328,00
Safari Tent – communal facilities	20	US\$ 38,30	40	US\$ 766,00
Bungalow CK	117	US\$ 76,60	234	US\$ 8962,20
Bungalow K	61	US\$ 82,50	122	US\$ 5032,50
Luxury Bungalow	5	US\$ 128,30	20	US\$ 641,50
Luxury Riverside Bungalow	15	US\$ 147,50	60	US\$ 2212,50
Cottage	16	US\$ 141,60	64	US\$ 2265,60
Guest House	7	US\$ 266,60	56	US\$ 1866,20

Receita Máxima por noite total: US\$ 23.074,50      Capacidade Máxima por noite total: 756  
 Fonte: elaborado pelo autor

**SOMA RECEITA MÁXIMA POR NOITE REST-CAMPS: US\$ 111.115,10**

**SOMA CAPACIDADE MÁXIMA POR NOITE REST-CAMPS: 4064**



Figura 5: Piscina do rest-camp de Pretoriuskop, Kruger National Park

Fonte: autor

### 3.2.2. Bushveld Camps

Os 5 Bushveld Camps oferecem acomodação em áreas menores que os rest camps principais e com menos facilidades turísticas. Não possuem restaurantes ou lanchonetes, e o acesso é restrito aos residentes. Possuem energia elétrica e equipamentos para cozinha.

Tabela 14: Bushveld camp Bateleur

Tipo de acomodação Bateleur	Número de Unidades	Tarifa por unidade	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Guest Cottage	7	US\$ 141,60	28	US\$ 991,20

Receita Máxima por noite total: US\$ 991,20  
Fonte: elaborado pelo autor

Capacidade Máxima por noite total: 28

Tabela 15: Bushveld camp Biyamiti

Tipo de acomodação Biyamiti	Número de Unidades	Tarifa por unidade	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Cottage	5	US\$ 120,80	20	US\$ 604,00
Guest Cottage	10	US\$ 141,60	50	US\$ 1416,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 2.020,00  
Fonte: elaborado pelo autor

Capacidade Máxima por noite total: 70

Tabela 16: Bushveld camp Shimuvini

Tipo de acomodação Shimuvini	Número de Unidades	Tarifa por unidade	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Cottage	5	US\$ 120,80	20	US\$ 604,00
Guest Cottage	10	US\$ 141,60	50	US\$ 1416,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 2.020,00  
Fonte: elaborado pelo autor

Capacidade Máxima por noite total: 70

Tabela 17: Bushveld camp Sirheni

Tipo de acomodação Sirheni	Número de Unidades	Tarifa por unidade	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Cottage	5	US\$ 120,80	20	US\$ 604,00
Guest Cottage	10	US\$ 141,60	50	US\$ 1416,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 2.020,00

Capacidade Máxima por noite total: 70

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 18: Bushveld camp Talamati

Tipo de acomodação Talamati	Número de Unidades	Tarifa por unidade	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Cottage	4	US\$ 120,80	16	US\$ 483,20
Guest Cottage	11	US\$ 141,60	55	US\$ 1557,60

Receita Máxima por noite total: US\$ 2.040,80

Capacidade Máxima por noite total: 71

Fonte: elaborado pelo autor

**SOMA RECEITA MÁXIMA POR NOITE BUSHVELD CAMPS: US\$ 9092,00**

**SOMA CAPACIDADE MÁXIMA POR NOITE BUSHVELD CAMPS: 309**

### 3.2.3. Bush Lodges

O par de Bush Lodges existentes no parque oferecem uma experiência única para o visitante. São lodges isolados, que possuem uma atmosfera única e só permitem reserva para um mesmo grupo de pessoas. A energia elétrica é fornecida através de painéis solares e não há facilidades turísticas nem funcionários. Os lodges possuem cozinha e gás para uso restrito.

Tabela 19: Bush Lodge Boulders

Tipo de acomodação Boulders	Número de Unidades	Tarifa por unidade	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Lodge	1	US\$ 416,60	12	US\$ 416,60

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 20: Bush Lodge Roodewal

Tipo de acomodação Roodewal	Número de Unidades	Tarifa por unidade	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Lodge	1	US\$ 588,20	19	US\$ 588,20

Fonte: elaborado pelo autor

**SOMA RECEITA MÁXIMA POR NOITE BUSH LODGES: US\$ 1004,80**

**SOMA CAPACIDADE MÁXIMA POR NOITE BUSH LODGES: 31**

**SOMA RECEITA MÁXIMA POR NOITE KNP: US\$ 121.211,90**

**SOMA CAPACIDADE MÁXIMA POR NOITE KNP: 4404**

### **3.2.4 Serviços Turísticos Complementares**

O KNP possui ainda, além da oferta de acomodação, outras ofertas de serviços turísticos e fontes de receita adicionais. Estes serviços turísticos complementares podem ser agrupados em três categorias principais:

### 3.2.4.1 Taxa de Conservação Diária

Todos os visitantes do KNP, independente de estarem visitando o parque apenas por um dia (sem pernoite) ou com reserva de acomodação para pernoite, são obrigados a recolher a taxa de conservação diária de acordo com os critérios abaixo:

Tabela 21: Valores da Taxa de Conservação Diária – Kruger National Park

Cidadãos sul-africanos e residentes	US\$ 5 por pessoa por dia
Cidadãos dos países da África Meridional	US\$ 10 por pessoa por dia
Visitantes Internacionais	US\$ 20 por pessoa por dia US\$ 10 por criança por dia (até 12 anos)
Veículos de Carga 2 – 5 toneladas	US\$ 75 por veículo
Veículos de Carga acima de 5 toneladas	US\$ 116,60 por veículo

Fonte: South African National Parks

### 3.2.4.2 Serviços de Alimentação, Víveres e Souvenir

Além dos restaurantes, lanchonetes, supermercados e postos de gasolina existentes nos rest-camps, existem serviços diversos de alimentação disponíveis em postos de descanso espalhados estrategicamente ao longo das vias do parque. Desde o ano de 2000, uma política de terceirização destes serviços foi posta em prática com dois objetivos principais: melhorar a qualidade dos serviços para os usuários e permitir à administração do KNP se focar nos serviços de acomodação, indiscutivelmente a maior fonte de receita do parque. Esta política de terceirização segue a mesma linha dos concessionários das reservas privadas dentro do parque. Os serviços são arrendados à iniciativa privada via licitação e os vencedores firmam contratos com a administração do parque passando a explorar os serviços por determinado período de tempo.

### 3.2.4.3 Atividades Recreativas

O KNP oferece uma série de atividades recreativas e educacionais para os visitantes, que podem ser reservadas no momento da apresentação à recepção de um determinado rest-camp.

Tabela 22: Atividades Recreativas e Educacionais – Kruger National Park

Atividade	Descrição	Tarifa
Wilderness Trails	Grupos de no máximo 8 pessoas em expedição pela savana, com duração de 3 noites. Acompanhamento de ranger especializado.	US\$ 358,30
Guided Day Walks	Caminhadas de 3 a 4 horas pela savana, máximo 8 pessoas, com acompanhamento de ranger especializado.	US\$ 35,00
Mountain Bike Trails	Passeios de mountain bike de 4 a 8 horas, grupos de 8 pessoas e acompanhamento de ranger especializado	US\$ 50 a US\$ 100
Bush Braais	Churrasco típico na savana, inclui transporte	Sob consulta
Bush Breakfasts	Café-da-manhã típico na savana, inclui transporte	Sob consulta
Game Drives Day and Night	Safaris guiados por rangers especializados em veículos abertos (de 10 a 23 pessoas cada)	US\$ 14 a US\$ 100
Lebombo Motorised Trail	Trilha motorizada em veículos 4x4, com duração de 4 noites e 4 pessoas por veículo	US\$ 791,60 por veículo
Golf (Skukuza)	Campo com 9 ou 18 buracos	US\$ 12,50 a 16,60 por pessoa

Fonte: South African National Parks

### 3.3. INFRA-ESTRUTURA

A análise da infra-estrutura de apoio turístico é de vital importância e indispensável no planejamento do turismo (Lage & Milone). No caso particular do KNP, a relativa distância dos grandes centros econômicos da África do Sul torna esta análise ainda mais importante, pois segundo alguns autores sul-africanos, a região próxima ao parque estaria fadada à estagnação econômica e ao abandono não fosse a existência do parque (Keyser).

Apontam ainda Lage & Milone, que todo e qualquer investimento em turismo deve demonstrar e justificar antecipadamente sua contribuição para a economia do país. Uma nação interessada no desenvolvimento do setor turístico deve relacionar todos os recursos que podem ser utilizados para o turismo, identificando-os, classificando-os e procedendo a uma avaliação real dos mesmos, como parte de um plano de desenvolvimento. Tal

planejamento deve ser considerado como uma garantia de forma a salvaguardar o meio ambiente e gastos necessários para sua manutenção.

A característica peculiar na análise do KNP é que grande parte dos investimentos em infra-estrutura foram um legado do período de apartheid, em um momento em que os governantes sul-africanos estavam menos interessados na captação de recursos através da atividade turística, mas bastante preocupados em evitar o relativo isolamento geopolítico da região. Sejam quais fossem as motivações, a infra-estrutura da região permite que a atividade turística seja exercida nos dias atuais sem restrições desta ordem, como ocorre na maioria dos países em desenvolvimento, especialmente em áreas de preservação ambiental.

### **3.3.1 Serviços de Informações Básicas**

Todos os portões de acesso ao parque e os rest-camps funcionam ininterruptamente como postos de informação para todos os serviços oferecidos pelo KNP. Devemos observar que não há grandes cidades às margens do parque, exceção feita à cidade de Nelspruit, capital da província de Mpumalanga, que localiza-se a cerca de 75 kms dos limites do parque. A cidade de Nelspruit, que é utilizada por parte dos visitantes como cidade de apoio, possui escritórios da *South African Tourism* e da entidade provincial de turismo de Mpumalanga, que fornecem apoio e informações para turistas que desejam visitar o parque. Mas o verdadeiro apoio ao turista é fornecido através dos escritórios da *South African Tourism* nas principais cidades da África do Sul e nos principais centros emissores ao redor do mundo, especialmente na Europa e América do Norte. Este apoio se dá tanto de forma direta como através de convênios com operadoras especializadas no destino.

### **3.3.2 Sistemas de transportes**

A considerável distância das principais cidades do país faz com que o sistema de transportes assuma uma importância crucial na análise da exploração turística do parque. As regiões mais acessíveis do parque estão a cerca de 450 kms de Johannesburg, o maior centro urbano da África sub-saariana, e não fosse um adequado equacionamento da variável transporte, o parque não seria adequado ao turismo internacional em grande escala. Para fins de análise dividimos os sistemas de transporte em três grupos: aéreo, rodoviário e ferroviário.

### 3.3.2.1 Sistema de transporte aéreo

Johannesburg é a principal cidade do país e possui três grandes aeroportos em sua área metropolitana: Johannesburg International, localizado a 25 kms do centro da cidade, recebe 53 companhias aéreas e 13 milhões de passageiros anualmente. É o principal *hub* da África e possui posição geográfica estratégica, localizando-se equidistantemente da Europa, Ásia, América do Sul e Austrália. Cerca de 85% do total de passageiros internacionais na África do Sul utilizam-se do Johannesburg International. Os outros dois aeroportos, Lanseria e Grand Central, destinam-se a vôos regionais e fretamentos de pequena escala. Todos eles servem não só a cidade de Johannesburg, mas também Pretoria e as regiões metropolitanas vizinhas.

A partir de Johannesburg, o turista possui vôos domésticos regulares e diários, ao longo de todo o ano, para os seguintes destinos que servem o KNP:

- Phalaborwa: serve as regiões central e norte do parque; um vôo diário operado pela South African AirlinK, subsidiária da South African Airways, com capacidade para 30 passageiros.
- Hoedspruit: serve as regiões central e sul do parque; dois vôos diários operados pela South African Express, subsidiária da South African Airways, com capacidade para 50 passageiros cada.
- KMIA (Kruger Mpumalanga International Airport): serve a região sul do parque e a cidade de Nelspruit; média de cinco vôos diários operados pela South African AirlinK, Nationwide e Interlink Airlines, com capacidade média para 50 passageiros cada.

O fluxo diário de passageiros entre Johannesburg e os aeroportos que servem o Kruger é, portanto, da ordem de 380 passageiros por dia em cada direção.

Também existem vôos sazonais Cape Town/Hoedspruit, Cape Town/KMIA e Durban/KMIA, que aumentam a oferta de assentos para a região em mais 100 passageiros por dia, em média.

Devemos observar que os três aeroportos da região são propriedade de empresas privadas. Phalaborwa e Hoedspruit são aeroportos essencialmente turísticos e quase a totalidade dos passageiros possuem como destino o KNP ou reservas privadas da região. O Kruger Mpumalanga International Airport, inaugurado em 2002, aposentou o antigo

aeroporto de Nelspruit, e consolidou-se como o principal aeroporto da região de Mpumalanga, servindo tanto à região de Nelspruit como a parte sul do KNP (a mais popular). O KMIA também recebe vôos internacionais, principalmente *charters* da Europa, que visam diretamente a região do Kruger, sem a necessidade da conexão em Johannesburg. A inauguração do KMIA também aposentou o aeroporto de Skukuza para vôos comerciais, o único que se localizava dentro do KNP. Esta era uma antiga reivindicação dos ambientalistas sul-africanos.

A maioria dos vôos de e para a região do Kruger é ocupada por turistas estrangeiros, e por isso o horário dos vôos é convenientemente alocado para permitir conexões imediatas com os vôos internacionais. Além disso, devemos mencionar que o *hub* de Johannesburg permite que um passageiro na rota Brasil-Índia, por exemplo, faça uma parada em Johannesburg com possibilidade de, em cerca de três dias, conhecer a região do Kruger. Esta é uma tendência que vem crescendo muito nos últimos anos e permite que não só o turista com destino a África do Sul tenha acesso às facilidades da região. Esta modalidade de turismo, que pode ser denominada turismo de trânsito, vem assumindo uma crescente importância para a região do KNP uma vez que o *hub* de Johannesburg vem se consolidando como excelente opção de conexão nas rotas América do Sul – Ásia, América do Sul – Oceania, Europa – Ásia e Europa – Oceania.

### **3.3.2.2 Sistema de transporte Rodoviário**

Como principal alternativa ao transporte aéreo, a partir de Johannesburg, a região do KNP é servida pela auto-estrada N4, uma excelente estrada pedagiada que atravessa a província de Mpumalanga, passa pela capital Nelspruit e segue até a cidade de Komatipoort, fronteira da África do Sul com Moçambique (e de lá segue em território moçambicano até a capital Maputo).

A N4 serve toda a região sul do parque, com acessos diretos aos portões de Malelane e Crocodile Bridge, e também permite acesso, via Nelspruit, a estradas secundárias que levam às regiões central e norte do parque. Cerca de 450 kms separam a cidade de Johannesburg às regiões mais próximas do KNP.

Toda a região cortada pela N4 foi alvo, nos últimos anos, de maciço investimento por parte do governo sul-africano em infra-estrutura, no chamado Projeto Corredor de Maputo (*Maputo Corridor*). O projeto desenvolveu-se através de duas premissas básicas: a facilitação

no escoamento de mercadorias das províncias de Gauteng (a mais rica e industrializada do país), Mpumalanga e Limpopo rumo ao porto de Maputo, em Moçambique, para exportações rumo aos países asiáticos; e a consolidação da infra-estrutura para as atrações turísticas da região, notadamente a região do Kruger, mas também os pólos turísticos receptivos da Suazilândia, Moçambique e a região do Blyde River Canyon (terceiro maior canyon do mundo e próximo à região central do KNP).

### **3.3.2.3 Sistema de transporte Ferroviário**

A Spoornet, empresa estatal sul-africana de transportes ferroviários, mantém a linha Johannesburg – Pretoria – Nelspruit – Komatipoort (com conexão a partir da fronteira até Maputo) com diversas frequências diárias para carga, barateando o abastecimento de insumos na região (e desafogando o transporte rodoviário), e uma frequência diária regular para passageiros.

Esta linha regular da Spoornet não é popular entre turistas, prestando-se mais ao transporte da população local. Mas a própria Spoornet explora na região o turístico e famoso Blue Train, trem de luxo que combina a viagem de trem com safáris na região do Kruger. Outras empresas privadas, como a Rovos Rail, exploram o mesmo nicho dos trens de luxo, que podem ser considerados simultaneamente opção de transporte e atração turística.

### **3.3.3 Sistemas de Comunicações**

Todos os portões e rest-camps do parque possuem postos telefônicos. Nos rest-camps principais estão disponíveis serviços de telex, fax e conexão à internet. Em Skukuza há uma agência postal completa.

### **3.3.4 Equipamento médico-hospitalar**

Cada rest-camp possui um posto de atendimento emergencial de primeiros-socorros. Sempre existe um funcionário com capacitação para atendimento emergencial de plantão. Também em Skukuza existe um centro médico para ocorrências mais graves e sistema de remoção aérea para casos que necessitem traslado imediato para hospitais em qualquer região do país. O hospital completo mais próximo localiza-se na cidade de Nelspruit.

### **3.3.5 Sistemas de Segurança**

O KNP possui oficiais responsáveis pela segurança dos visitantes. Estes oficiais são acionados via recepção de cada rest-camp ou através de solicitação para qualquer funcionário do parque. No caso de qualquer problema relativo à vida selvagem, os *rangers* especializados estão preparados para sanar qualquer problema. Também há brigadas de incêndio, que costumam ter bastante trabalho principalmente em períodos de seca e calor prolongado.

### **3.3.6 Outros sistemas**

Os rest-camps principais possuem completa estrutura de saneamento básico, esgoto, água tratada, energia elétrica e fornecimento de gás encanado. Toda a região do KNP é totalmente servida com tais facilidades, exceto nas regiões onde deliberadamente não se desejou receber tais facilidades em benefício da experiência do visitante.

## **4 – RESERVAS PRIVADAS (REGIÃO DO KRUGER): ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DA OFERTA TURÍSTICA**

### **4.1. ATRATIVOS TURÍSTICOS**

#### **4.1.1. Recursos Naturais**

Bem como no KNP, os recursos naturais das reservas privadas constituem o principal motivo de atração e captação de turistas. Entretanto, podemos afirmar que a maioria dos turistas que visitam as reservas são atraídos pela estrutura sofisticada de acomodação e gastronomia, o que gera elevados custos fixos para as reservas e se reflete em altas tarifas para os consumidores (especialmente nas mais exclusivas, que hospedam em média 10 a 20 turistas por noite).

O safári fotográfico também concentra o foco das atenções dos turistas, através de dois safáris diários com duração média de duas a três horas cada. Estes passeios, ao contrário do KNP, já estão inclusos no valor das diárias. Por estarem em regiões vizinhas ou em alguns casos até mesmo dentro do KNP, o ecossistema a ser visitado é muito semelhante ao do parque nacional. Entretanto, devemos destacar duas diferenças sensíveis em relação ao safári dentro do KNP:

- Densidade de animais: apesar da abundância de espécies e de indivíduos do KNP, a área do parque assemelha-se a área de um pequeno país, como a Bélgica. Os parques privados, mesmo os maiores, são da extensão de grandes fazendas, para se fazer uma analogia simples. Desta forma compreende-se que, na média, a densidade de animais nos parques privados seja maior que a do KNP.
- Gerenciamento do ecossistema: tanto um elefante, como um impala ou um leão, são ativos de um parque privado. Existe um grande mercado na África do Sul de animais selvagens e os valores são elevados. Desta forma, é de interesse dos proprietários dos parques privados que o ecossistema e consequentemente a cadeia alimentar dentro do parque seja controlada, ao menos em termos relativos. Cada vez que um leopardo se alimenta de uma zebra, um ativo do parque está se consumindo, apesar de se tratar de uma cena antológica para o visitante. Para evitar tais custos, os parques privados possuem uma política de alimentar suas

populações de carnívoros, evitando que grandes números de outras espécies sejam caçadas. Esta prática não é adotada pelo KNP, apenas medidas de contenção de zoonoses e epidemias. Isto também é possível pois a área do KNP é sensivelmente maior, e existe a tendência de equilíbrio populacional natural, o que nem sempre é possível nas áreas mais restritas dos parques privados.

A combinação destes dois fatores acarreta em algumas conseqüências práticas ao turista médio: da mesma forma que a experiência do KNP é mais próxima do mundo selvagem real, ela demanda maior tempo de permanência para visitação e observação dos animais e possui um risco maior de fracasso, especialmente para turistas menos acostumados com a dinâmica do safári. Analogamente, os parques privados são mais adequados para os visitantes que possuem menos tempo disponível para o safári (normalmente entre duas a três noites) e que preferem estar menos sujeitos aos caprichos da natureza e da vida selvagem.

#### **4.1.2. Recursos Histórico-culturais**

Ao contrário do KNP, em que recursos histórico-culturais como sítios arqueológicos e amostras de pintura rupestre constituem importantes exemplos de atrativos turísticos, as reservas privadas não possuem regularmente tais recursos. Naturalmente, cada reserva possui sua história própria e particularidades, que na maioria das vezes não podem ser caracterizados como atrativos turísticos.

#### **4.1.3. Realizações Técnicas e Científico-contemporâneas**

Algumas reservas privadas, como Kapama, Mala Mala ou Tshukudu, possuem centros próprios de pesquisa sobre a vida selvagem ou certas espécies em particular, como centros de reabilitação de animais feridos, realocação de populações de outras localidades ou proteção à espécies em extinção. Em alguns casos, tais centros de pesquisa contam com supervisão oficial e apoio do governo ou do SANP, e podem funcionar como excelente forma de diferenciação da concorrência, captação de clientes e marketing.

#### **4.1.4. Acontecimentos Programados**

Muitas reservas privadas investem na atividade receptiva voltada a convenções, eventos diversos como festas e casamentos e mais recentemente, programas de formação de equipes para grandes empresas (*team-building*).

#### **4.2. SUPERESTRUTURA**

A grande diversidade de reservas privadas possibilita uma diversa gama de particularidades referentes à acomodação e gastronomia, diferenciando a oferta perante o mercado. Entretanto, estas diferenças e detalhes não são objeto de nossa pesquisa. Nossa intenção nesta etapa é levantar as características comuns entre as reservas, que podem definir um tipo de estabelecimento turístico receptivo específico, com características gerenciais comuns e semelhantes. A partir destas características, estaremos catalogando os estabelecimentos da região e estabelecendo estatísticas de tarifa média por passageiro, capacidade máxima em passageiros por noite e receita, para fornecer elementos de comparação e análise com os dados obtidos no capítulo 3 (tabelas 2 a 20).

Inicialmente, devemos restringir o conceito de reserva privada de safári, estabelecimentos que obrigatoriamente devem preencher os seguintes requisitos:

- Propriedade privada da terra (sob a forma de posse ou arrendamento), das instalações e ativos turísticos;
- Possibilidade de exploração de safári fotográfico em seus próprios domínios territoriais;
- Capacidade mínima de 10 hóspedes por noite e operação contínua ao longo do ano.

Um hotel ou estabelecimento hoteleiro na região, voltado ao público de safári, mas que explore a área de uma reserva de terceiros com fins recreativos, não é considerado reserva privada. Este é um exemplo bastante corriqueiro, uma vez que há grande oferta de hotéis e pousadas de todos os níveis na região, mas sem estrutura própria de safári. Os clientes destes hotéis, que em média cobram diárias bem inferiores em relação às reservas privadas, normalmente fazem suas atividades de safári no KNP ou em algumas reservas privadas que permitem a visita diurna. Tal estrutura hoteleira, que representa importante alternativa no mercado turístico da região, não participa do foco da pesquisa, pois não

possuindo estrutura própria de safári, apresenta gestão administrativa nos moldes de um estabelecimento hoteleiro convencional e não de uma reserva privada de safári.



Figura 6: suíte de luxo na reserva privada de Mala Mala

Fonte: Mala Mala Game Reserve



Figura 7: safári fotográfico na reserva privada de Mala Mala

Fonte: Mala Mala Game Reserve

Além das restrições conceituais acima, para fins acadêmicos e de pesquisa comparativa estabelecemos os seguintes pré-requisitos:

- Localização na área adjacente ou de influência turística do cluster do KNP, nas províncias de Mpumalanga ou Limpopo;
- Registro em pelo menos uma das entidades turísticas competentes locais (S.A.T., SATSA ou órgãos turísticos oficiais das províncias);
- Operação turística padrão incluindo no valor da diária a acomodação, alimentação em regime de pensão completa (café, almoço e jantar), dois safáris diários, atividades recreativas diversas e taxas de conservação.



Figura 8: Boma (jantar típico) na reserva privada de Sabi Sabi

Fonte: Sabi Sabi Game Reserve

A metodologia para levantamento do conjunto de reservas abaixo e suas estatísticas foi através da pesquisa de campo e contato à distância com os estabelecimentos, com base nas listas oficiais dos órgãos turísticos competentes. Devemos observar que as reservas

privadas possuem políticas comerciais diferentes em relação à sazonalidade, tarifas balcão (*rack rates*), tarifas operação (*tour operator rates*) e ocupantes extras. Os valores considerados na pesquisa consideram as tarifas médias por pessoa, finais ao consumidor, ponderação média de sazonalidade e ocupação em quartos duplos. Os dados consolidados são rerepresentados no apêndice.

Tabela 23: Akeru Safari Lodge

Tipo de acomodação Akeru	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Honeymoon suite	1	US\$ 290,00	2	US\$ 580,00
dbl room	2	US\$ 290,00	4	US\$ 1160,00
family chalets	2	US\$ 290,00	8	US\$ 2320,00
twin rooms	2	US\$ 290,00	4	US\$ 1160,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 5.220,00

Capacidade Máxima por noite total: 18

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 24: Bongani Mountain Lodge

Tipo de acomodação Bongani	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
chalets	30	US\$ 175,00	60	US\$ 10500,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 10.500,00

Capacidade Máxima por noite total: 60

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 25: Chitwa Chitwa Game Reserve

Tipo de acomodação Chitwa Chitwa	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Game Lodge Standard	4	US\$ 495,00	8	US\$ 3960,00
Game Lodge Luxury	2	US\$ 660,00	4	US\$ 2640,00
Safari Lodge Standard	5	US\$ 302,00	10	US\$ 3020,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 9.620,00

Capacidade Máxima por noite total: 22

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 26: Djuma Game Reserve

Tipo de acomodação Djuma	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Bush lodge	8	US\$ 445,00	16	US\$ 7120,00
Vuyatela	8	US\$ 580,00	16	US\$ 9280,00
Galago Camp	1	US\$ 120,00	10	US\$ 1200,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 17.600,00

Capacidade Máxima por noite total: 42

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 27: Edeni Game Reserve

Tipo de acomodação Edeni	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
River Lodge	13	US\$ 375,00	26	US\$ 9750,00
Hoyo Hoyo Lodge	22	US\$ 270,00	44	US\$ 11880,00
Tented Bush Lodge	14	US\$ 195,00	28	US\$ 5460,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 27.090,00

Capacidade Máxima por noite total: 98

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 28: Elephant Plains Game Lodge

Tipo de acomodação Elephant Plains	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Standard chalets	7	US\$ 205,00	14	US\$ 2870,00
Luxury chalets	4	US\$ 320,00	8	US\$ 2560,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 5.430,00

Capacidade Máxima por noite total: 22

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 29: Exeter Game Lodge

Tipo de acomodação Exeter	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
River Lodge	8	US\$ 575,00	16	US\$ 9200,00
Kirkman's Camp	18	US\$ 575,00	36	US\$ 20700,00
Dulini Lodge	6	US\$ 827,00	12	US\$ 9924,00
Leadwood Lodge	4	US\$ 827,00	8	US\$ 6616,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 46.440,00

Capacidade Máxima por noite total: 72

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 30: Ezulwini Game Lodge

Tipo de acomodação Ezulwini	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
River Lodge Standard	5	US\$ 260,00	10	US\$ 2600,00
River Lodge Suite	2	US\$ 390,00	4	US\$ 1560,00
Billy's Lodge Standard	4	US\$ 260,00	8	US\$ 2080,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 6.240,00

Capacidade Máxima por noite total: 22

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 31: Gomo Gomo Game Lodge

Tipo de acomodação Gomo Gomo	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Family chalets	3	US\$ 205,00	12	US\$ 2460,00
twin chalets	2	US\$ 205,00	4	US\$ 820,00
Luxury tents	4	US\$ 205,00	8	US\$ 1640,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 4.920,00

Capacidade Máxima por noite total: 24

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 32: Gwalagwala Game Lodge

Tipo de acomodação Gwalagwala	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Luxury tents	5	US\$ 185,00	10	US\$ 1850,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 1.850,00

Capacidade Máxima por noite total: 10

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 33: Hannah Lodge

Tipo de acomodação Hannah	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
chalets	68	US\$ 81,00	136	US\$ 11016,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 11.016,00

Capacidade Máxima por noite total: 136

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 34: Hongonyi Private Game Lodge & Wildlife Reserve

Tipo de acomodação Hongonyi	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Double rooms	15	US\$ 130,00	30	US\$ 3900,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 3.900,00

Capacidade Máxima por noite total: 30

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 35: Iketla Lodge

Tipo de acomodação Iketla	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Double rooms	5	US\$ 121,00	10	US\$ 1210,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 1.210,00

Capacidade Máxima por noite total: 10

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 36: Ingwe Game Lodge

Tipo de acomodação Ingwe	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Double rooms	16	US\$ 245,00	32	US\$ 7840,00
Family rooms	2	US\$ 245,00	8	US\$ 1960,00
Luxury suites	3	US\$ 368,00	6	US\$ 2208,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 12.008,00

Capacidade Máxima por noite total: 46

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 37: Inyati Game Lodge

Tipo de acomodação Inyati	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
suites	10	US\$ 442,00	20	US\$ 8840,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 8.840,00

Capacidade Máxima por noite total: 20

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 38: Kapama Game Reserve

Tipo de acomodação Kapama	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Camp Jabulani	6	US\$ 1090,00	12	US\$ 13080,00
Kapama Lodge	20	US\$ 395,00	40	US\$ 7900,00
Buffalo Camp	8	US\$ 320,00	16	US\$ 5120,00
Nyala House	4	US\$ 250,00	8	US\$ 2000,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 28.100,00

Capacidade Máxima por noite total: 76

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 39: Kings Camp

Tipo de acomodação Kings Camp	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Luxury suites	10	US\$ 468,00	20	US\$ 9360,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 9.360,00

Capacidade Máxima por noite total: 20

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 40: Kuname River Lodge

Tipo de acomodação Kuname	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
chalets	5	US\$ 290,00	10	US\$ 2900,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 2.900,00

Capacidade Máxima por noite total: 10

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 41: Kwa Madwala Game Reserve

Tipo de acomodação Kwa Madwala	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Manyatta Camp	10	US\$ 362,00	20	US\$ 7240,00
Gazebo Lodge	6	US\$ 272,00	12	US\$ 3264,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 10.504,00

Capacidade Máxima por noite total: 32

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 42: Leopard Hill Private Game Reserve

Tipo de acomodação Leopard Hill	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
suites	8	US\$ 870,00	16	US\$ 13920,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 13.920,00

Capacidade Máxima por noite total: 16

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 43: Lesheba Wilderness

Tipo de acomodação Lesheba	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Standard room	5	US\$ 168,00	10	US\$ 1680,00
Luxury suites	2	US\$ 230,00	4	US\$ 920,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 2.600,00

Capacidade Máxima por noite total: 14

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 44: Londolozi Game Reserve

Tipo de acomodação Londolozi	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Chalet	22	US\$ 1014,00	44	US\$ 44616,00
Suites	14	US\$ 1175,00	28	US\$ 32900,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 77.516,00      Capacidade Máxima por noite total: 72  
 Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 45: Lukimbi Safari Lodge

Tipo de acomodação Lukimbi	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Standard suite	10	US\$ 642,00	20	US\$ 12840,00
Luxury suite	4	US\$ 745,00	8	US\$ 5960,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 18.800,00      Capacidade Máxima por noite total: 28  
 Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 46: Makalali Game Reserve

Tipo de acomodação Makalali	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
suite	24	US\$ 883,00	48	US\$ 42384,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 42.384,00      Capacidade Máxima por noite total: 48  
 Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 47: Mala Mala Game Reserve

Tipo de acomodação Mala Mala	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Standard room	14	US\$ 500,00	28	US\$ 14000,00
Main camp suite	4	US\$ 625,00	8	US\$ 5000,00
Sable Camp suite	5	US\$ 750,00	10	US\$ 7500,00
Lions Den	1	US\$ 750,00	4	US\$ 3000,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 29.500,00      Capacidade Máxima por noite total: 50  
 Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 48: Mohlabetsi Safari Camp

Tipo de acomodação Mohlabetsi	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Rondavels	6	US\$ 362,00	12	US\$ 4344,00
Bush Lodge	1	US\$ 540,00	10	US\$ 540,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 4.884,00

Capacidade Máxima por noite total: 22

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 49: Motswari Game Lodge

Tipo de acomodação Motswari	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Standard Room	15	US\$ 280,00	30	US\$ 8400,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 8.400,00

Capacidade Máxima por noite total: 30

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 50: N'gala Private Game Reserve

Tipo de acomodação N'gala	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Main Lodge Chalets	15	US\$ 520,00	30	US\$ 15600,00
Main Lodge Suite	5	US\$ 1175,00	10	US\$ 11750,00
Tented Camp	6	US\$ 828,00	12	US\$ 9936,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 37286,00

Capacidade Máxima por noite total: 52

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 51: Phuza Moya Private Game Reserve

Tipo de acomodação Phuza Moya	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
suites	6	US\$ 228,00	12	US\$ 2736,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 2.736,00

Capacidade Máxima por noite total: 12

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 52: Royal Malewane Private Game Reserve

Tipo de acomodação Royal Malewane	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Double suites	6	US\$ 990,00	12	US\$ 11880,00
Luxury suites	2	US\$ 1750,00	8	US\$ 14000,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 25.880,00      Capacidade Máxima por noite total: 20  
 Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 53: Savanna Private Game Reserve

Tipo de acomodação Savanna	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Executive suites	5	US\$ 508,00	10	US\$ 5080,00
Luxury suites	2	US\$ 616,00	4	US\$ 2464,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 7.544,00      Capacidade Máxima por noite total: 14  
 Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 54: Sabi Sabi Private Game Reserve

Tipo de acomodação Sabi Sabi	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Earth Lodge	13	US\$ 966,00	26	US\$ 25116,00
Selati Camp	8	US\$ 855,00	16	US\$ 13680,00
Bush Lodge	25	US\$ 760,00	50	US\$ 38000,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 76.796,00      Capacidade Máxima por noite total: 92  
 Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 55: Sediba Private Game Reserve

Tipo de acomodação Sediba	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Luxury suites	10	US\$ 672,00	20	US\$ 13440,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 13.440,00      Capacidade Máxima por noite total: 20  
 Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 56: Singita Game Reserve

Tipo de acomodação Singita	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Ebony Lodge	9	US\$ 1164,00	18	US\$ 20952,00
Boulders Lodge	9	US\$ 1164,00	18	US\$ 20952,00
Lebombo Lodge	15	US\$ 1164,00	30	US\$ 34920,00
Sweni Lodge	6	US\$ 1164,00	12	US\$ 13968,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 90.792,00      Capacidade Máxima por noite total: 78  
 Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 57: Tanda Tula Safari Camp

Tipo de acomodação Tanda Tula	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
chalets	10	US\$ 550,00	20	US\$ 11000,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 11.000,00      Capacidade Máxima por noite total: 20  
 Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 58: Tangala Safari Camp

Tipo de acomodação Tangala	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
chalets	5	US\$ 225,00	10	US\$ 2250,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 2.250,00      Capacidade Máxima por noite total: 10  
 Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 59: Thornybush Game Reserve

Tipo de acomodação Thornybush	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Main camp suite	15	US\$ 410	30	US\$ 12300,00
Shumbalala suite	3	US\$ 435	6	US\$ 2610,00
Shumbalala superior	1	US\$ 555	2	US\$ 1110,00
Jackalberry suite	3	US\$ 300	6	US\$ 1800,00
Jackalberry superior	2	US\$ 350	4	US\$ 1400,00
Serondella suite	8	US\$ 245	16	US\$ 3920,00
N'kaya suite	4	US\$ 225	8	US\$ 1800,00
Chapungu tent	5	US\$ 240	10	US\$ 2400,00
Simbambili suite	6	US\$ 480	12	US\$ 5760,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 33.100,00

Capacidade Máxima por noite total: 94

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 60: Tshukudu Game Lodge

Tipo de acomodação Tshukudu	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Family suite	8	US\$ 210	24	US\$ 5040,00
Double room	12	US\$ 210	24	US\$ 5040,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 10.080,00

Capacidade Máxima por noite total: 48

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 61: Ulusaba Game Reserve

Tipo de acomodação Ulusaba	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Rock Lodge Cliff Room	4	US\$ 862,00	8	US\$ 6896,00
Rock Lodge Master Suite	2	US\$ 1250,00	4	US\$ 5000,00
Rock Lodge Makwela Suite	2	US\$ 1380,00	4	US\$ 5520,00
Safari Lodge Room	3	US\$ 647,00	6	US\$ 3882,00
Safari Lodge Elephant	3	US\$ 950,00	6	US\$ 5700,00
Safari Lodge River	4	US\$ 1078,00	8	US\$ 8624,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 35.622,00

Capacidade Máxima por noite total: 36

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 62: Zuma Zuma Game Lodge

Tipo de acomodação Zuma Zuma	Número de Unidades	Tarifa média por passageiro	Capacidade máxima por noite (pax)	Receita Máxima por noite
Standard suites	12	US\$ 380,00	24	US\$ 9120,00

Receita Máxima por noite total: US\$ 9.120,00

Capacidade Máxima por noite total: 24

Fonte: elaborado pelo autor

#### 4.2.1. Serviços Turísticos Complementares

Incluindo no valor da diária grande parte dos serviços oferecidos, em especial alimentação e recreação, as reservas privadas possuem como principais fontes extras de renda a exploração de transporte para as reservas (fretamentos aéreos de pequena escala e transfers rodoviários), lojas de curiosidades e souvenirs e venda de bebidas.

### 4.3. INFRA-ESTRUTURA

As primeiras reservas privadas da região, com objetivos comerciais, surgiram na década de 50. Eram reservas voltadas para a caça e atendiam a um público de elite, tanto local como internacional. Entretanto, devido ao *apartheid*, tais reservas entraram em franco declínio e as que sobreviveram estavam diretamente relacionadas ao sistema de governo vigente, atendendo claramente às classes dominantes do regime. Muitas outras reservas continuaram existindo apenas por capricho dos proprietários, que não desejavam se distanciar da vida selvagem, mas as sanções internacionais ao governo sul-africano reduziram a patamares ínfimos as chegadas de turistas internacionais.

O ponto de inflexão naturalmente foi o fim do regime de *apartheid* e o surgimento da nova África do Sul, em 1994. A partir de então os turistas internacionais voltaram ao país, o turismo interno se reaqueceu e a experiência de safári se readequou a uma nova realidade mundial, migrando do tradicional safári de caça ao safári fotográfico. Além de ser uma modalidade que não causa a antipatia dos militantes ecológicos, o safári fotográfico possui um público-alvo muito mais abrangente, de diversas faixas etárias, credos e formações. Devemos observar que ainda há reservas de caça operando legalmente na África do Sul, sob rigoroso controle do governo, que estabelece quotas de espécies para abate de acordo com as

populações excedentes e mesmo assim cobra altos valores de imposto. As reservas de caça não fazem parte da nossa análise.

De uma forma geral, podemos afirmar que as reservas privadas, bem como o KNP, se beneficiaram da infra-estrutura geral construída no país durante o regime de apartheid, mas só puderam de fato se beneficiar dela quando o regime chegou ao seu final.

#### **4.3.1 Serviços de Informações Básicas**

Poucos turistas decidem-se por uma reserva privada com pouca antecedência. A grande maioria adquire um pacote de viagem que inclui a estada na reserva, e isso também se aplica ao turismo interno. Explica-se o fato uma vez que as operadoras apresentam condições tarifárias mais vantajosas, e também à dificuldade de se conseguir uma reserva com disponibilidade em finais de semana e períodos de férias. Na verdade, em algumas reservas é difícil conseguir lugar durante todo o período do ano. Por este motivo, não se observa uma grande disputa por turistas que estão na região. As principais cidades e aeroportos do país possuem centros de informação e reserva que atendem uma reserva de última hora, e as entidades provinciais de turismo de Mpumalanga e Limpopo que fornecem apoio e informações para turistas que desejam visitar as reservas.

#### **4.3.2 Sistemas de transportes**

A infra-estrutura de transportes disponível é a mesma que existe para o KNP, porém a utilização é sensivelmente diferente. O fator principal que explica esta diferença na utilização é o fator tempo, mais escasso no caso do visitante das reservas privadas.

##### **4.3.2.1 Sistema de transporte aéreo**

A partir de Johannesburg, o turista possui os mesmos vôos domésticos regulares e diários, ao longo de todo o ano, para os seguintes destinos que servem tanto o KNP como as reservas privadas:

- Phalaborwa: serve as regiões central e norte do parque; um vôo diário operado pela South African Airlinck, subsidiária da South African Airways, com capacidade para 30 passageiros.

- Hoedspruit: serve as regiões central e sul do parque; dois vôos diários operados pela South African Express, subsidiária da South African Airways, com capacidade para 50 passageiros cada.
- KMIA (Kruger Mpumalanga International Airport): serve a região sul do parque e a cidade de Nelspruit; média de cinco vôos diários operados pela South African Airlinck, Nationwide e Interlink Airlines, com capacidade média para 50 passageiros cada.

O fluxo diário de passageiros entre Johannesburg e os aeroportos que servem o Kruger é, portanto, da ordem de 380 passageiros por dia em cada direção.

Também existem vôos sazonais Cape Town/Hoedspruit, Cape Town/KMIA e Durban/KMIA, que aumentam a oferta de assentos para a região em mais 100 passageiros por dia, em média.

Muitas reservas privadas possuem pista de pouso particular. Normalmente, estas reservas operam vôos *charters* regulares em pequenas aeronaves, a partir de Johannesburg. A South African Airlinck também opera um vôo diário Johannesburg – Mala Mala, pista de pouso particular da reserva homônima. Apenas o hóspede da reserva ou daquelas próximas que possuem convênio com o Mala Mala podem se utilizar desta rota.

#### **4.3.2.2 Sistema de transporte rodoviário**

Como principal alternativa ao transporte aéreo, a partir de Johannesburg, a região do KNP é servida pela auto-estrada N4, uma excelente estrada pedagiada que atravessa a província de Mpumalanga, passa pela capital Nelspruit e segue até a cidade de Komatipoort, fronteira da África do Sul com Moçambique (e de lá segue em território moçambicano até a capital Maputo).

Exceção feita ao turista sul-africano, pouquíssimos visitantes das reservas privadas utilizam-se do transporte rodoviário.

#### **4.3.2.3 Sistema de transporte ferroviário**

Algumas reservas privadas possuem acordos com os trens de luxo que operam na região, como o Blue Train e Rovos Rail. O turista normalmente sai de Pretoria ou Johannesburg e combina sua estadia nos luxuosos vagões dos trens com safáris nas reservas privadas da região.

#### **4.3.3 Sistemas de Comunicações**

As reservas privadas possuem todas as facilidades de comunicações para seus hóspedes.

#### **4.3.4 Equipamento médico-hospitalar**

Todas as reservas privadas possuem equipamentos básicos de primeiros-socorros e por lei sempre deve existir um funcionário habilitado a prestar os primeiros-socorros. As reservas também se mantêm permanentemente conectadas aos hospitais regionais e um eficiente sistema de remoção por helicópteros ou aviões está sempre se sobreaviso no caso de emergências graves.

#### **4.3.5 Sistemas de Segurança**

Igualmente ao KNP, as reservas privadas possuem oficiais responsáveis pela segurança dos visitantes. Estes oficiais são acionados via recepção ou através de solicitação para qualquer funcionário da reserva. No caso de qualquer problema relativo à vida selvagem, os *rangers* especializados estão preparados para sanar qualquer problema. Também há brigadas de incêndio de prontidão 24 horas, 7 dias por semana.

#### **4.3.6 Outros sistemas**

Todas as reservas possuem completa estrutura de saneamento básico, esgoto, água tratada, energia elétrica e fornecimento de gás encanado. Toda a região é totalmente servida com tais facilidades, exceto nas regiões onde deliberadamente não se desejou receber tais facilidades em benefício da experiência do visitante.

## **5 – PARQUES NACIONAIS E RESERVAS PRIVADAS NA ÁFRICA DO SUL: PESQUISA ANALÍTICA DA DEMANDA**

### **5.1. APRESENTAÇÃO E METODOLOGIA**

A análise econômica da demanda por parques nacionais e privados na África do Sul evidencia a relevância da discussão a respeito do modelo de exploração turística na região. Seriam produtos concorrentes ou complementares? A existência de parques nacionais compromete a demanda por parques privados e vice-versa? Qual o perfil do consumidor e quais suas preferências?

Como o principal agente econômico responsável pela demanda turística é o consumidor de produtos turísticos, devemos compreender as expectativas deste consumidor ao visitar um parque nacional ou privado. Embora o SANP possua um departamento de estatísticas, algumas apresentadas ao longo desta dissertação e nos anexos, o governo sul-africano carece de dados que cruzem a realidade dos parques nacionais e das reservas privadas em uma determinada região. O SANP justifica tal fato argumentando que não existem instrumentos legais para medir os dados das reservas privadas, e por outro lado, os proprietários das reservas privadas não se preocupam em participar de um sistema conjunto de estatísticas que analise os dados da totalidade das reservas de uma determinada região. Apenas algumas poucas reservas privadas possuem dados estatísticos próprios, e estas normalmente não possuem interesse em divulgá-los. Dados relacionados à demanda possuem um importante valor comercial e mercadológico, e a forte competição existente entre as reservas privadas faz com que tais dados permaneçam indisponíveis (George, 2001).

Devido a estas dificuldades e a ausência de dados comparativos, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa da demanda no parque nacional e em uma reserva privada. Antes de apresentarmos a pesquisa propriamente dita, gostaríamos de brevemente rever alguns conceitos teóricos.

Demanda é o rol quantitativo de algum bem ou serviço que será comprado ou consumido a determinado preço (Smith, 1989). Demanda Turística é o total de pessoas que visita uma região, país ou atrativo, e os recursos financeiros que gera (Boullón, 1993).

A demanda turística é definida como a quantidade de bens e serviços turísticos que os indivíduos desejam e são capazes de consumir a dado preço, em determinado espaço de

tempo, e a oferta turística como a quantidade de bens e serviços turísticos que as empresas (ou governo) são capazes de oferecer dado preço, em determinado espaço de tempo (Lage & Milone).

### **5.1.1 Questionário**

O questionário consiste de quinze perguntas com respostas fechadas, divididos em três tópicos principais. O principal objetivo do questionário é permitir a obtenção das informações desejadas, demandando o mínimo de tempo e reflexão por parte do pesquisado. O tempo médio de respostas dos entrevistados foi fixado de uma forma que não ultrapasse os três minutos.

#### **I – Dados pessoais**

##### **1. Procedência geográfica**

Respostas: África do Sul, África, América, Ásia, Europa e Oceania

##### **2. Renda familiar mensal média**

Respostas: abaixo US\$ 1000, entre US\$ 1001 e 2500, entre US\$ 2501 e 5000, entre 5001 e 10000 e acima US\$ 10001

##### **3. Nível de escolaridade do chefe de família ou grupo**

Respostas: básico, médio, superior

#### **II – Informação de viagem**

##### **4. Companhia na viagem**

Respostas: desacompanhado, casal, grupo ou família até seis pessoas, grupo com sete ou mais pessoas

5. Organização da viagem

Respostas: grupo (excluídos os organizados por empresas de turismo), agência ou operadora, individual, outras

6. Motivação principal nesta viagem

Respostas: safári, outros

7. Fator decisivo para escolha do parque ou reserva

Respostas: preço, localização, infra-estrutura, reputação internacional, gastronomia, qualidade do safári, indicação de amigos, indicação da agência, outros

8. Noites de viagem

Respostas: 2 a 4, 5 a 8, 9 a 12, 13 a 16, mais de 17

9. Noites de safári na viagem

Respostas: 1, 2, 3, 4, 5, 6 ou mais

10. Noites neste parque ou reserva privada

Respostas: 1, 2, 3, 4, 5, 6 ou mais

**III - A experiência de safári e a sensação posterior**

11. Esta foi sua primeira experiência em safári ?

Respostas: sim, não

12. Esta foi sua primeira experiência em safári na África do Sul ?

Respostas: sim, não

13. A sua estadia que acaba de se encerrar foi em um parque nacional ou em uma reserva privada ?

Respostas: parque nacional, reserva privada

14. Repetiria a experiência de safári ?

Respostas: sim, não

15. Repetiria a experiência no mesmo parque ou reserva ?

Respostas: sim, não

O questionário original em inglês e as tabelas com todos os resultados percentuais e amostrais da pesquisa estão nos anexos.

### **5.1.2 Metodologia**

Uma pesquisa que investigue as características da demanda por um produto turístico específico pode ser realizada em momentos completamente distintos.

A primeira hipótese seria no momento da compra do produto turístico por parte do consumidor, portanto focando a pesquisa em operadoras turísticas, agências ou nos próprios parques antes do consumo do produto turístico. Esta hipótese foi desde o início descartada, por não possibilitar uma visão abrangente da demanda. Além de gerar uma série de vieses estatísticos, possui a desvantagem de receber uma opinião anterior ao consumo do produto turístico, o que impede certas constatações.

A segunda hipótese seria atingir o consumidor imediatamente após o consumo do produto, enquanto as sensações ainda estão claras e o grau de satisfação latente. Para isto, a pesquisa deveria ser apresentada *in loco* nos parques, no exato momento de saída (*check-out*) dos hóspedes de um parque nacional ou reserva privada.

A terceira e última hipótese seria alcançar o consumidor após a viagem, já em sua cidade ou residência. Esta hipótese também foi abandonada pela dificuldade de se obter uma amostragem imparcial e obviamente pela impossibilidade de execução presencial.

Eleita a segunda hipótese, alguns detalhes mereceriam atenção especial. A questão da sazonalidade apresentava o maior desafio à pesquisa, uma vez que os diversos períodos do ano apresentam grandes diferenças no perfil dos consumidores. Aplicar a pesquisa ao longo do ano teria a dificuldade óbvia de não poder ser aplicada somente por este autor, mas também por funcionários dos parques ou reservas. Assim sendo, decidimos centralizar e aplicar a mesma pesquisa em um rest-camp do Kruger National Park (Pretoriuskop) e em uma reserva privada de safári (Tshukudu). Quinze questionários seriam respondidos por mês em Pretoriuskop e quinze no Tshukudu, seguindo a seguinte metodologia: nos dias pares, o primeiro hóspede a se apresentar para *check-out* seria solicitado a preencher o questionário. Caso houvesse uma negativa, o questionário passaria automaticamente ao próximo hóspede a sair e assim sucessivamente. Sendo preenchido, o próximo questionário seria entregue apenas no próximo dia par. E desta forma, quinze questionários foram preenchidos por mês, totalizando 180 amostras no parque nacional e 180 amostras na reserva privada. Em outras palavras, ao longo de um ano, os questionários foram entregues dia sim, dia não, ao primeiro hóspede que fosse embora do parque ou reserva naquele dia.

Devemos observar que na escolha do rest-camp do Kruger National Park tomamos o cuidado para não escolher um rest-camp com características particulares e que levaria a um desvio de resultado, como os rest-camps do extremo norte (que atraem muitos ornitólogos), ou mesmo o rest-camp principal de Skukuza (que por ser o maior, possui algumas características que o diferencia dos demais). Podemos dizer que Pretoriuskop ocupa uma posição de neutralidade em relação ao conjunto dos rest-camps do Kruger.

Já no caso das reservas privadas, como todas elas possuem características peculiares que as diferenciam umas das outras, uma escolha neutra seria mais improvável. Devido às dificuldades operacionais, não poderíamos escolher mais de uma reserva, e assim optamos por uma com política tarifária em um patamar médio, situando-se nem entre as mais caras e nem entre as mais baratas, e também com um tamanho considerado médio (tanto em termos de extensão da reserva como em capacidade de hóspedes por noite).

Um último comentário sobre a pesquisa se faz necessário. Para não incomodar os viajantes, e tampouco os funcionários envolvidos com a entrega das pesquisas, procuramos fazer um questionário simples e sucinto, com respostas rápidas, objetivas, de rápida e fácil

assimilação. O questionário foi entregue sempre no mesmo idioma, inglês, e nosso acompanhamento *in loco* foi esporádico ao longo do processo de pesquisa. Também fizemos um acompanhamento e monitoração dos resultados à distância, e no final retiramos a totalidade dos questionários, devidamente respondidos. O período da pesquisa foi de janeiro de 2004 a dezembro de 2004.

## 5.2. RESULTADOS – KRUGER NATIONAL PARK (PRETORIUSKOP)

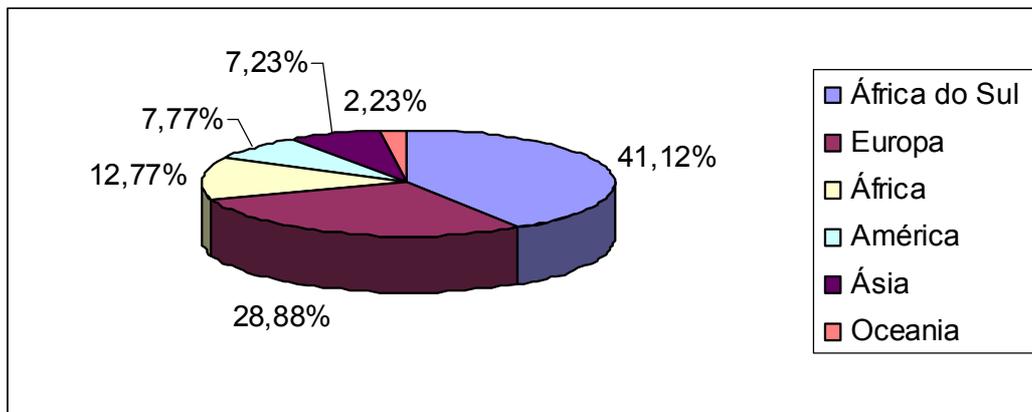


Figura 9 - Procedência geográfica (Pretoriuskop)

Fonte: elaborado pelo autor

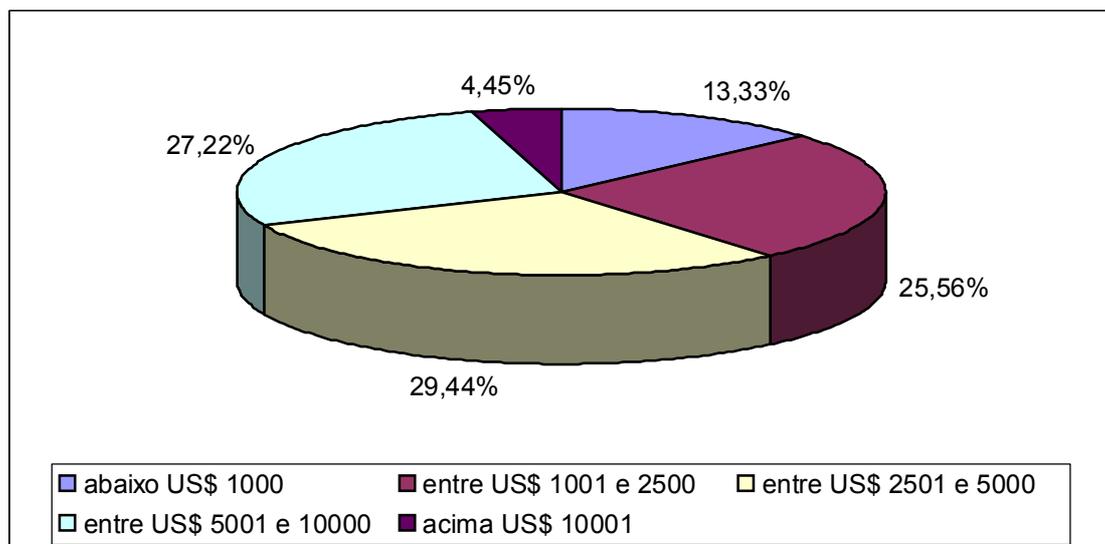


Figura 10 – Renda familiar mensal média (Pretoriuskop)

Fonte: elaborado pelo autor

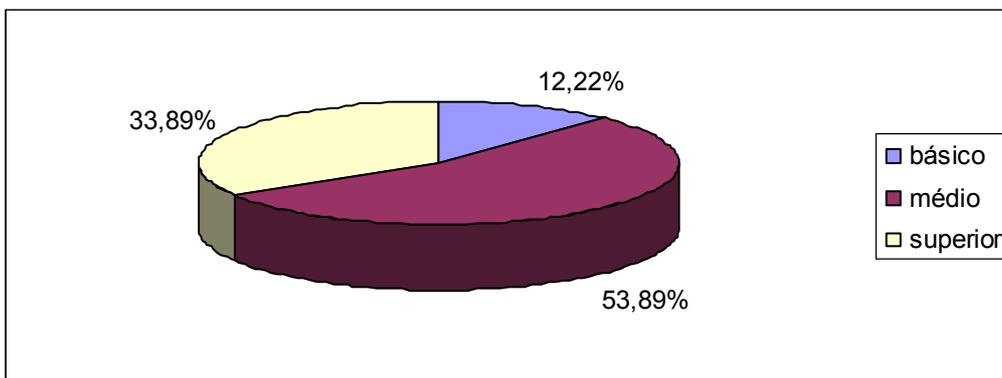


Figura 11 – Nível de escolaridade do chefe da família/grupo (Pretoriuskop)

Fonte: elaborado pelo autor

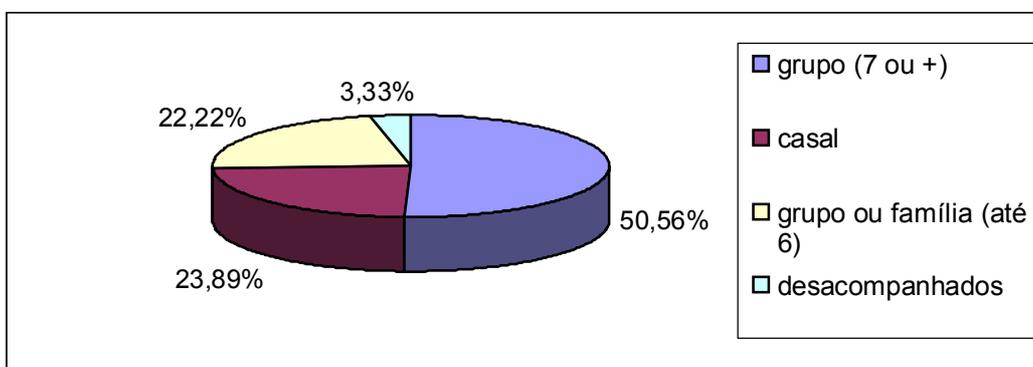
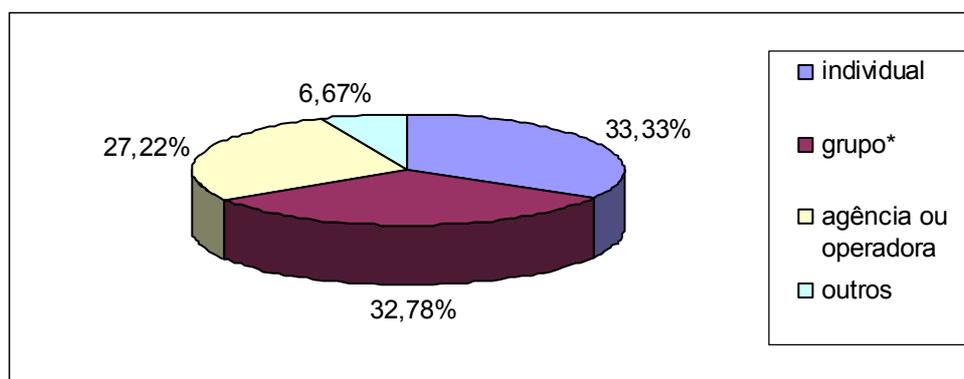


Figura 12 - Companhia na viagem (Pretoriuskop)

Fonte: elaborado pelo autor



\*excluídas empresas de turismo

Figura 13 - Organização da viagem (Pretoriuskop)

Fonte: elaborado pelo autor

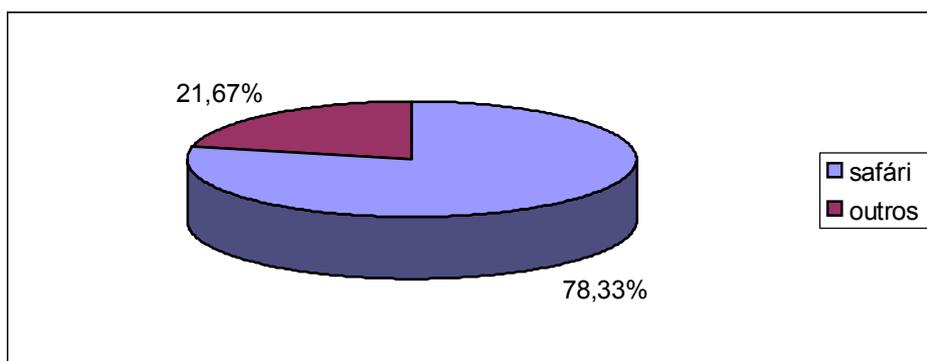


Figura 14 - Motivação principal nesta viagem (Pretoriuskop)

Fonte: elaborado pelo autor

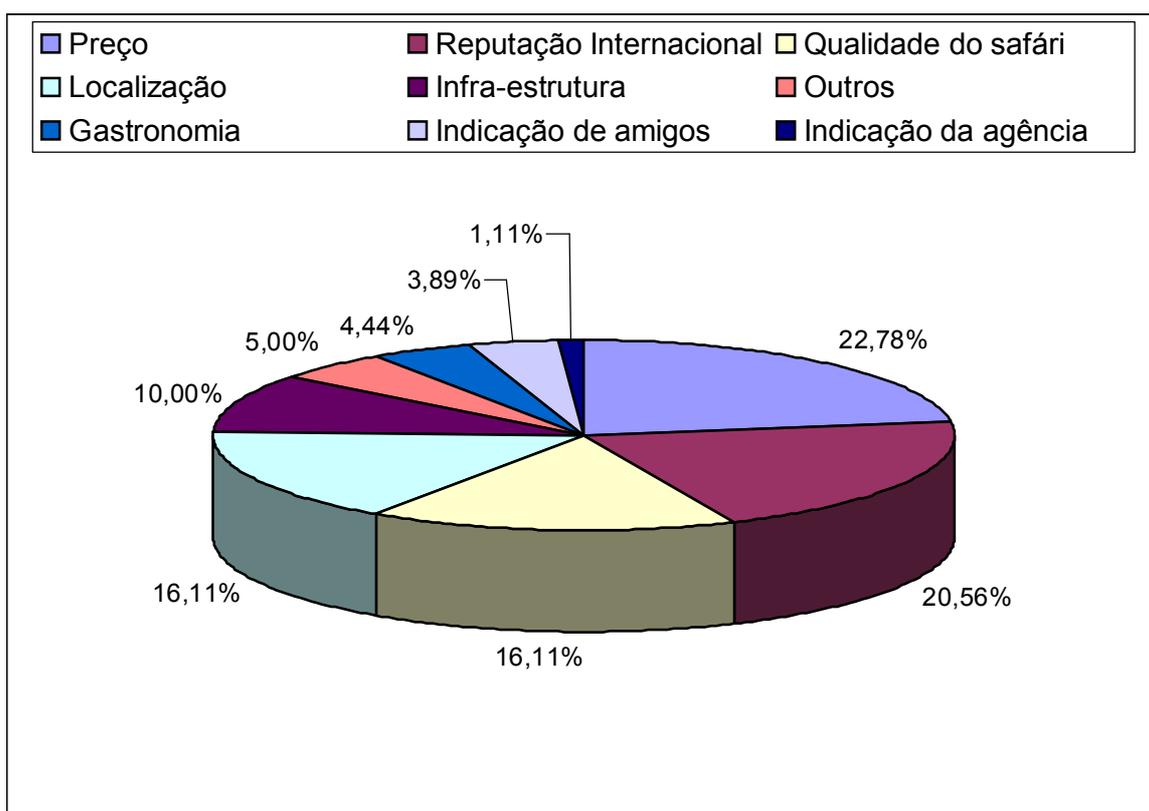


Figura 15 - Fator decisivo para escolha do parque (Pretoriuskop)

Fonte: elaborado pelo autor

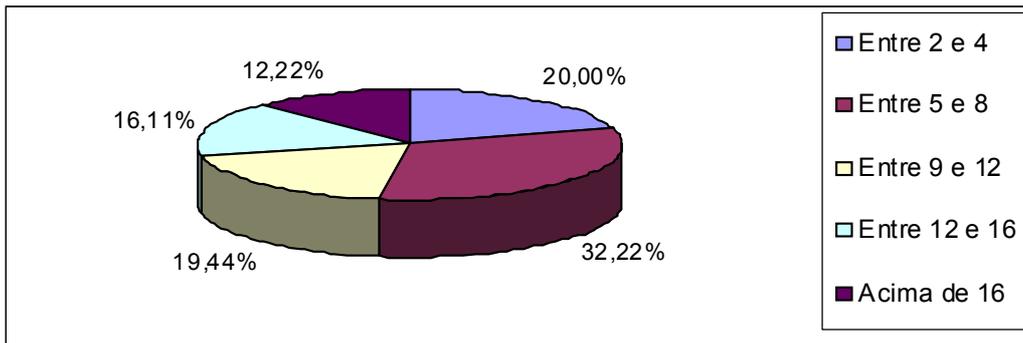


Figura 16 - Noites de viagem (Pretoriuskop)

Fonte: elaborado pelo autor

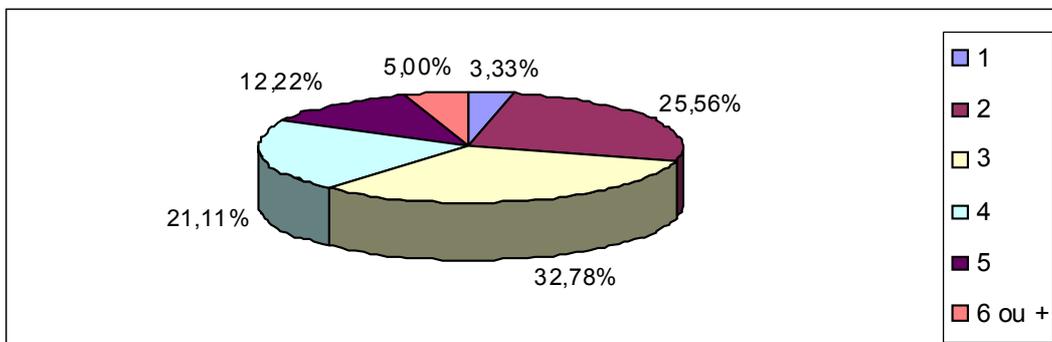


Figura 17 - Noites de safári na viagem (Pretoriuskop)

Fonte: elaborado pelo autor

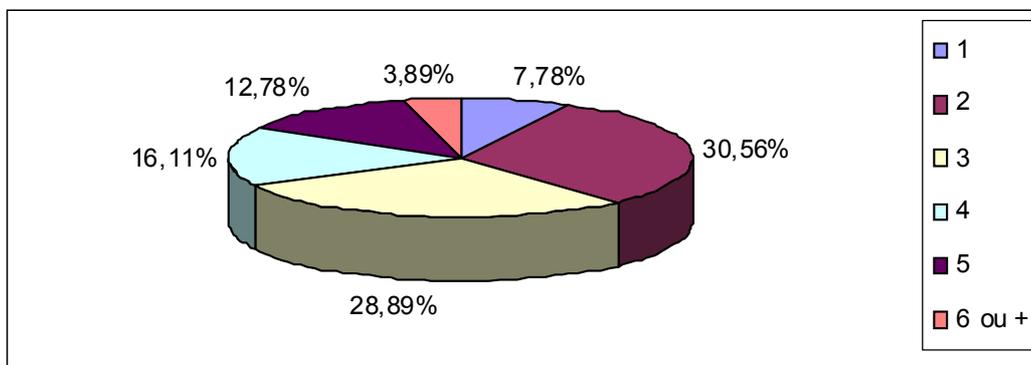


Figura 18 - Noites neste parque (Pretoriuskop)

Fonte: elaborado pelo autor

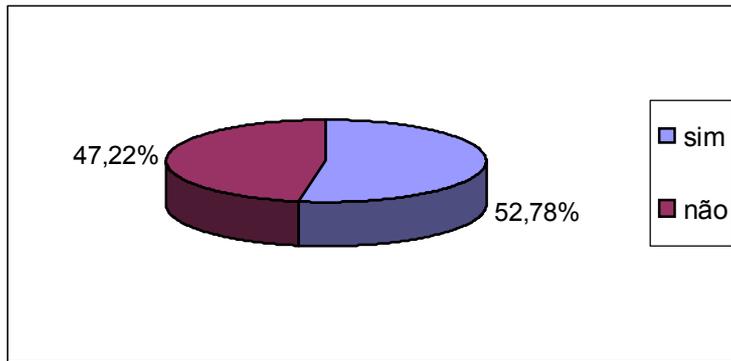


Figura 19 - Primeira experiência em safári ? (Pretoriuskop)

Fonte: elaborado pelo autor

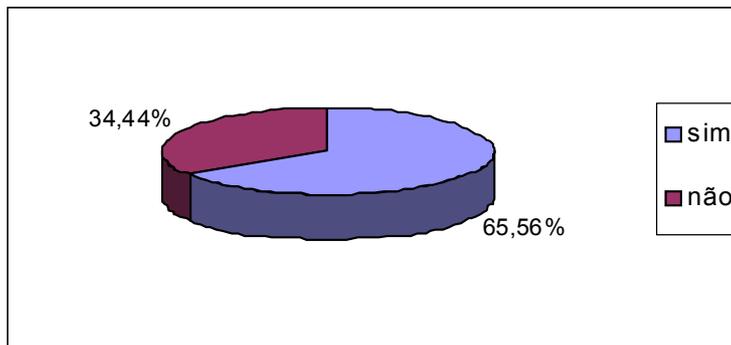


Figura 20 - Primeira experiência em safári na África do Sul ? (Pretoriuskop)

Fonte: elaborado pelo autor

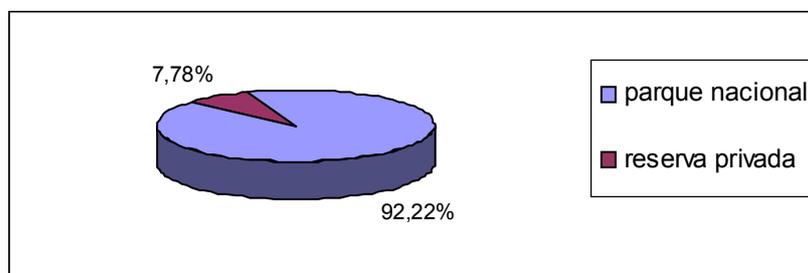


Figura 21 - Sua estadia em um parque nacional ou em uma reserva privada ? (Pretoriuskop)

Fonte: elaborado pelo autor

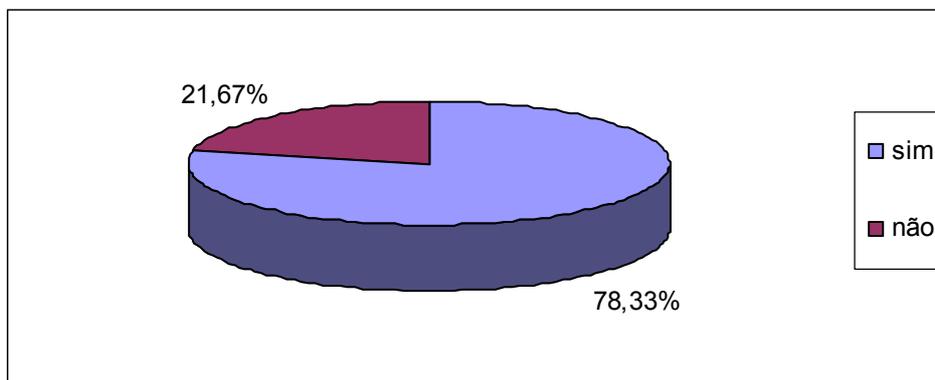


Figura 22 - Repetiria a experiência de safári ? (Pretoriuskop)

Fonte: elaborado pelo autor

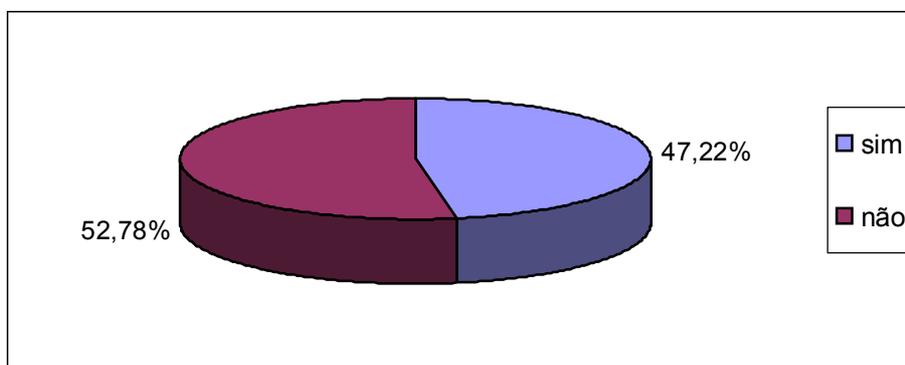


Figura 23 - Repetiria a experiência no mesmo parque / reserva ? (Pretoriuskop)

Fonte: elaborado pelo autor

### 5.3. RESULTADOS – TSHUKUDU GAME LODGE

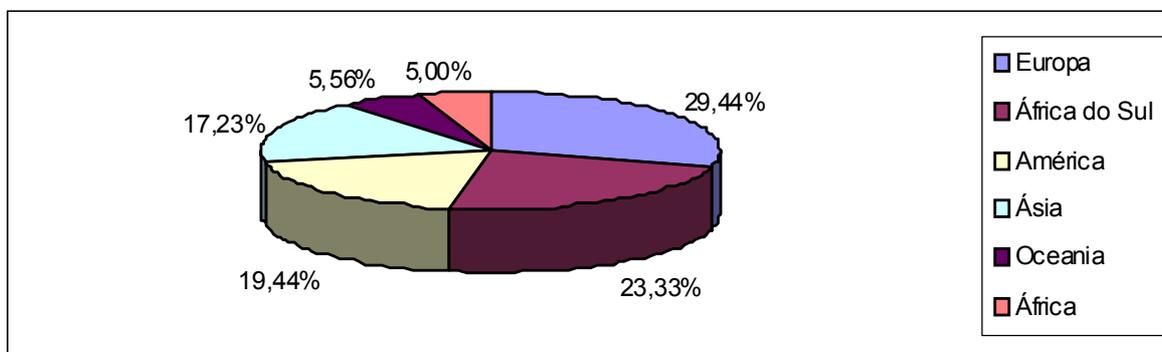


Figura 24 - Procedência geográfica (Tshukudu)

Fonte: elaborado pelo autor

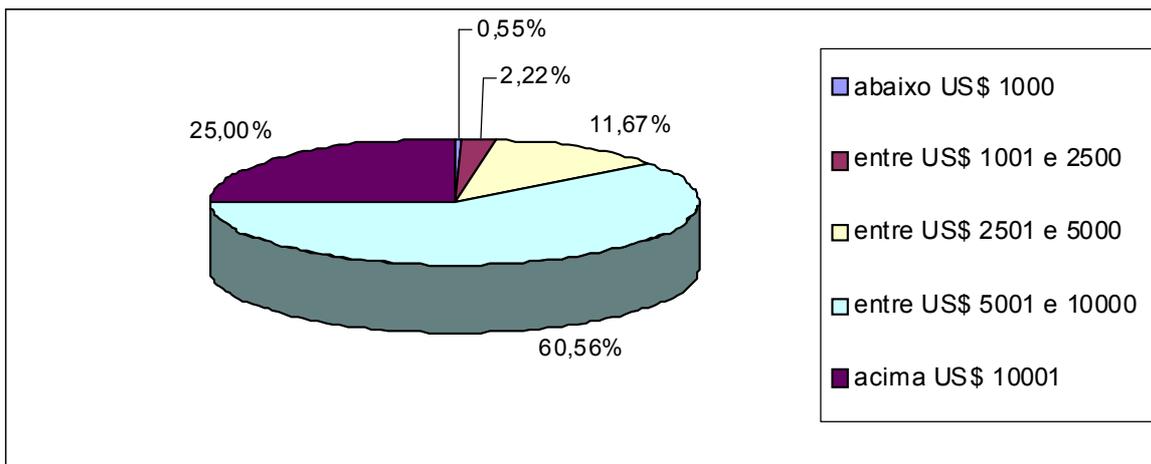


Figura 25 – Renda familiar mensal média (Tshukudu)

Fonte: elaborado pelo autor

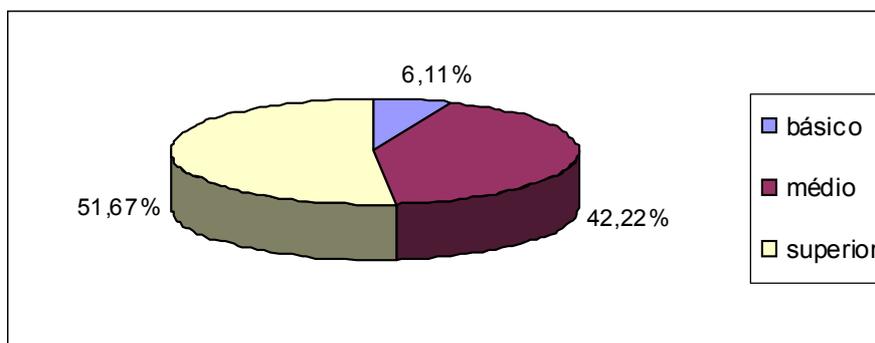


Figura 26 – Nível de escolaridade do chefe da família/grupo (Tshukudu)

Fonte: elaborado pelo autor

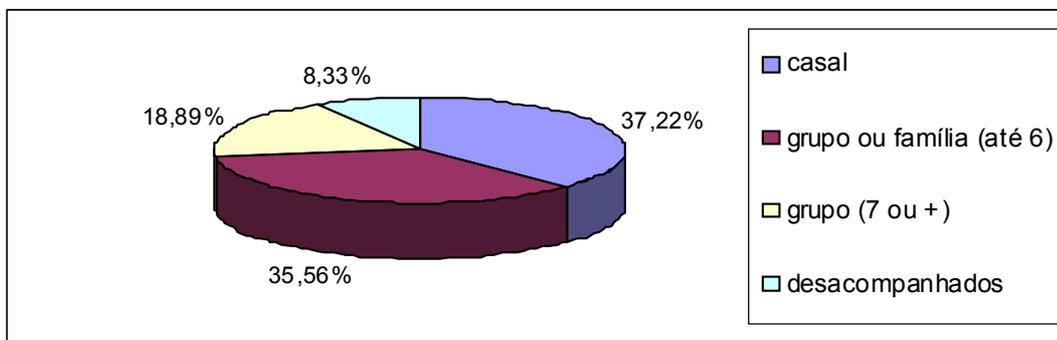
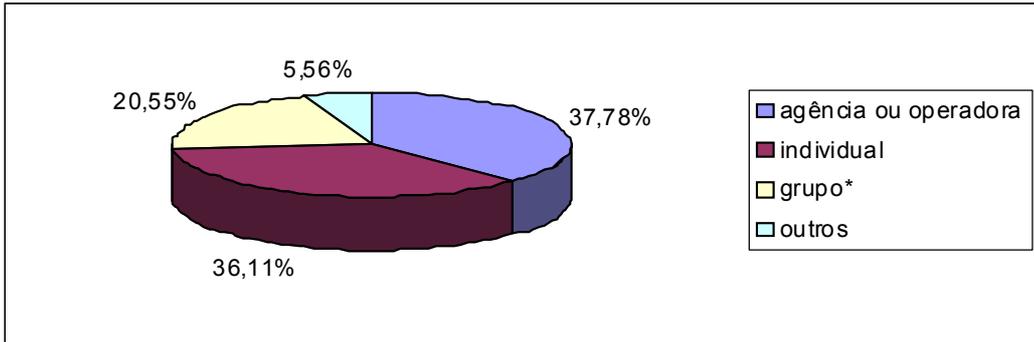


Figura 27 - Companhia na viagem (Tshukudu)

Fonte: elaborado pelo autor



\*excluídas empresas de turismo

Figura 28 - Organização da viagem (Tshukudu)

Fonte: elaborado pelo autor

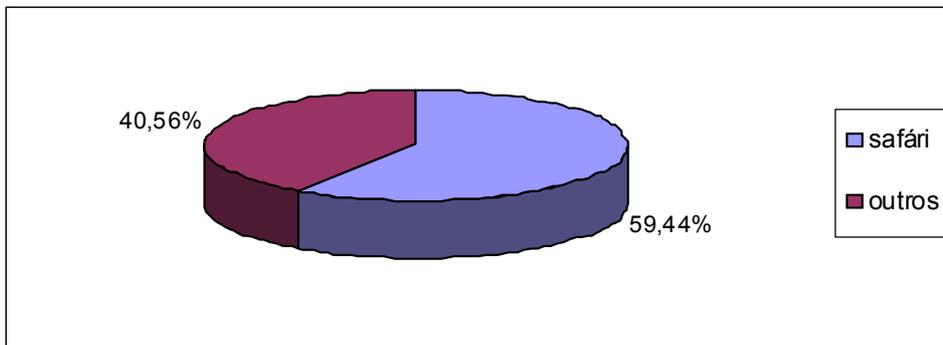


Figura 29 - Motivação principal nesta viagem (Tshukudu)

Fonte: elaborado pelo autor

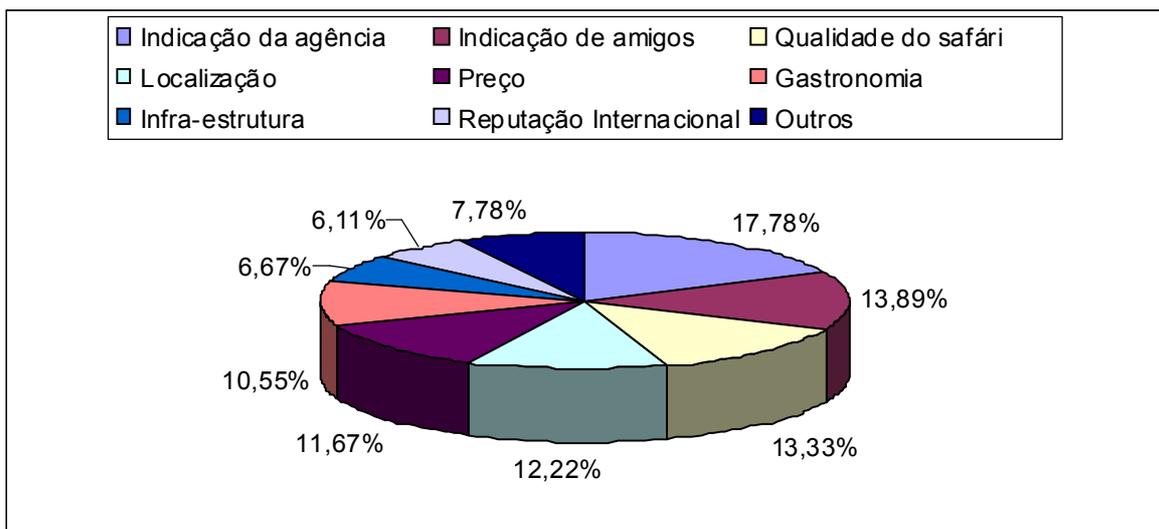


Figura 30 - Fator decisivo para escolha da reserva (Tshukudu)

Fonte: elaborado pelo autor

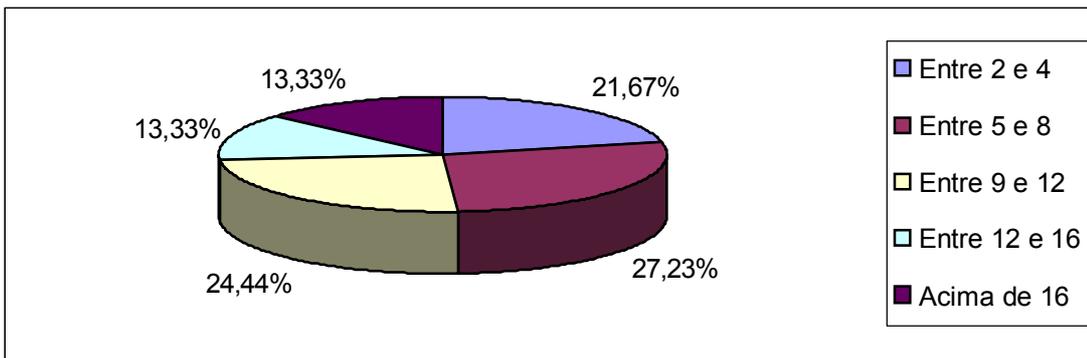


Figura 31 - Noites de viagem (Tshukudu)

Fonte: elaborado pelo autor

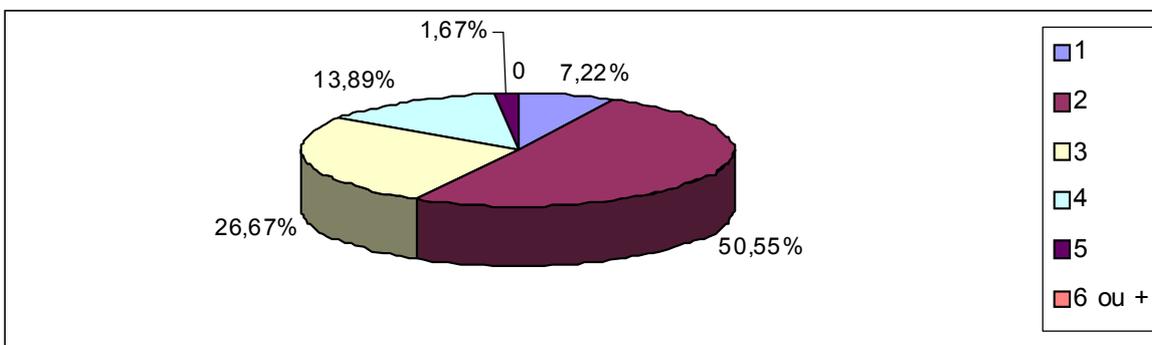


Figura 32 - Noites de safári na viagem (Tshukudu)

Fonte: elaborado pelo autor

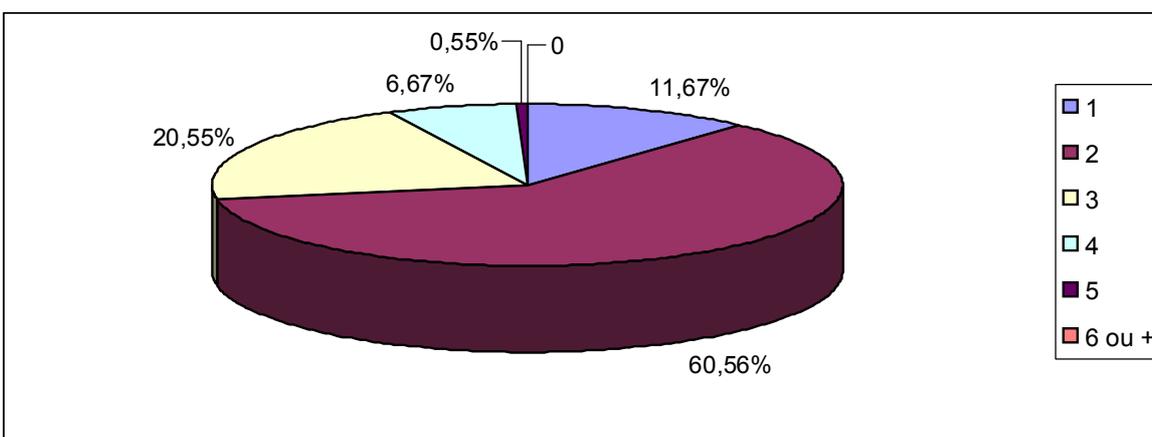


Figura 33 - Noites nesta reserva (Tshukudu)

Fonte: elaborado pelo autor

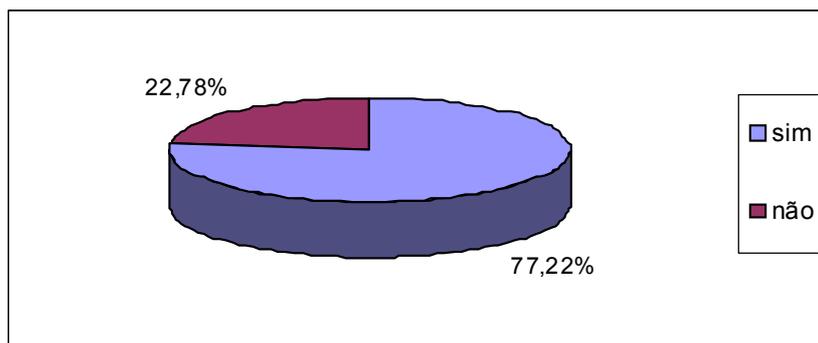


Figura 34 - Primeira experiência em safári ? (Tshukudu)

Fonte: elaborado pelo autor

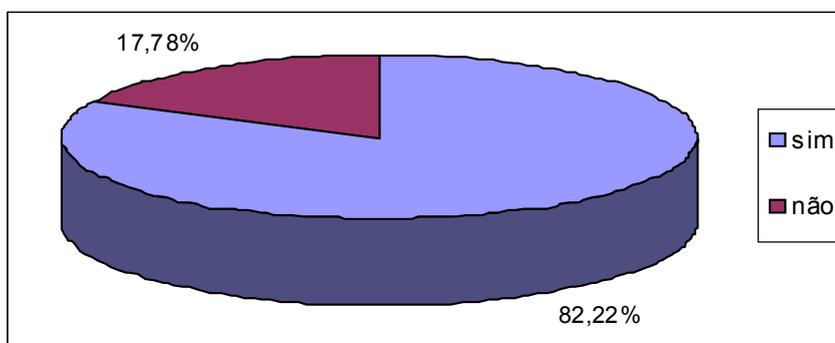


Figura 35 - Primeira experiência em safári na África do Sul ? (Tshukudu)

Fonte: elaborado pelo autor

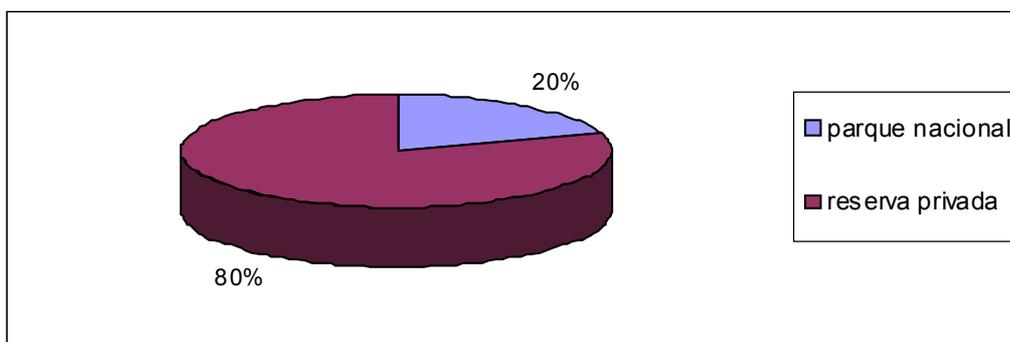


Figura 36 - Sua estadia em um parque nacional ou em uma reserva privada ? (Tshukudu)

Fonte: elaborado pelo autor

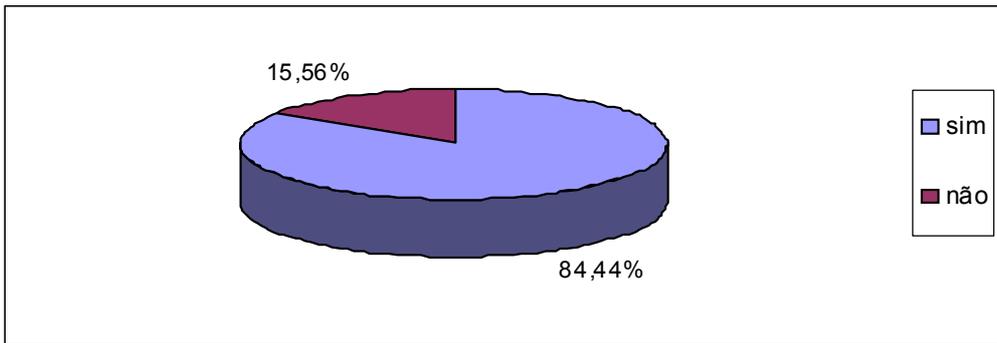


Figura 37 - Repetiria a experiência de safári ? (Tshukudu)

Fonte: elaborado pelo autor

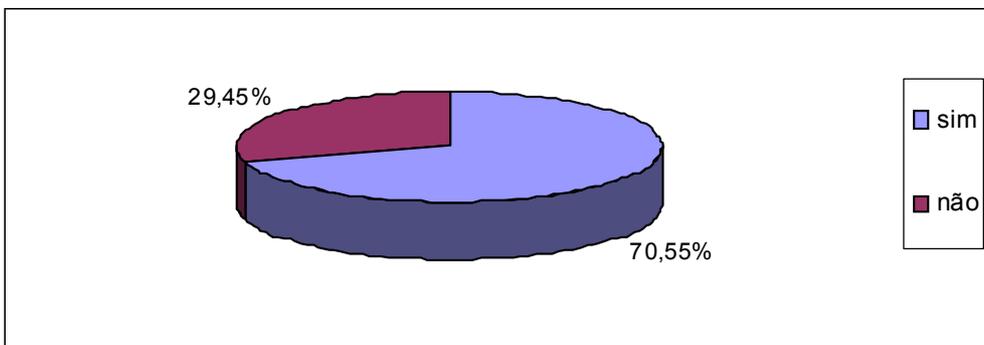


Figura 38 - Repetiria a experiência na mesma reserva ? (Tshukudu)

Fonte: elaborado pelo autor

## 5.4. ANÁLISE COMPARATIVA

### I – Dados pessoais

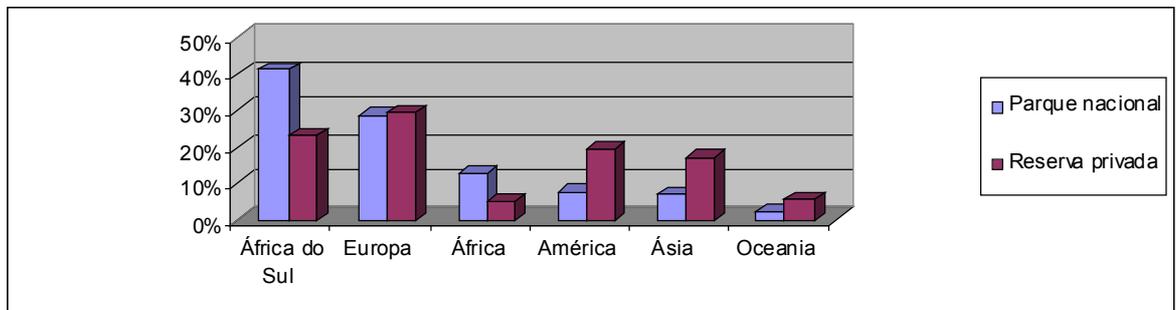


Figura 39 - Procedência geográfica (comparativo)

Fonte: elaborado pelo autor

A observação da procedência geográfica nos traz diversos dados importantes, mas certamente o mais significativo é a clara tendência da demanda africana em preferir o parque nacional (53,89%) às reservas privadas (28,33%). Alguns fatores que explicam esta tendência:

- A grande familiaridade dos africanos (especialmente dos sul-africanos) com a estrutura dos parques nacionais e com a cultura do safári independente praticado nos parques.
- O hábito dos turistas sul-africanos em visitar o Kruger National Park como atividade de final de semana, feriados e datas festivas, bem como em visitas escolares e educativas.
- A possibilidade de escolha de diversas formas de acomodação, democratizando os preços e incluindo um maior número de potenciais consumidores.
- A percepção clara da atividade de safári como uma experiência de contato amplo com a natureza e menos focada na observação dos grandes animais.

A predominância do turista sul-africano no Kruger (41,12%) é digna de nota, pois remonta a um antigo hábito da população branca do país, que recentemente vem assistindo a um grande aumento no interesse dos negros e outras etnias por este tipo de turismo, solidificando e democratizando o turismo doméstico nos parques e educando a população em questões ambientais e conservacionistas. O turista de outros países da África (12,77%) também marca presença no Kruger, em especial devido a tarifas diferenciadas para cidadãos do SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Meridional). Já a menor presença proporcional dos africanos nas reservas privadas mostra que este também faz parte da cultura de turismo interno, mas apenas entre as populações das classes sociais mais abastadas.

Por outro lado, o consumidor que se desloca de outros continentes tende a preferir as reservas privadas (71,67%) ao parque nacional (46,11%). Contrariamente aos fatores citados acima, o visitante de outros continentes prefere uma experiência mais pasteurizada, que ofereça ao mesmo tempo qualidade de acomodação, gastronomia e safári de uma forma descomplicada e com todos os serviços inclusos. As principais exceções a essa regra são:

- Os grandes grupos de aposentados e operários europeus que freqüentam regularmente o Kruger, contribuindo para a expressiva marca de 28,88% de europeus no parque nacional.
- Os segmentos de turismo jovem e de aventura, fiéis ao parque nacional pela possibilidade de maior autonomia de visitação e preços mais acessíveis.
- Os viajantes mais experientes e iniciados em safári e conservacionismo em geral, que preferem o Kruger por considerar uma experiência mais autêntica de vida selvagem.

Exceções à parte, os turistas de outros continentes são o verdadeiro filão a ser disputado pelas reservas privadas, cada vez mais praticando um marketing voltado ao mercado internacional de alto padrão. Novamente, merece destaque o elevado número de europeus (29,44%), em especial ingleses, alemães, franceses e holandeses (os maiores emissores de turistas europeus para a África do Sul), e o crescimento da participação de americanos (19,44%) e asiáticos (17,23%). Este crescimento nos continentes americano e asiático é parcialmente creditado ao sucesso das iniciativas de promoção da *South African Tourism*, a entidade governamental de divulgação do turismo sul-africano no exterior. Mercados tradicionais como Estados Unidos e Canadá observam resultados consistentes e crescentes, e mercados apenas estratégicos até pouco tempo, especialmente a China e a Índia,

atualmente são de grande importância. O Brasil e a América do Sul, de uma forma geral, apresentam regularidade ao longo dos últimos anos, porém muito aquém dos outros emissores em números absolutos.

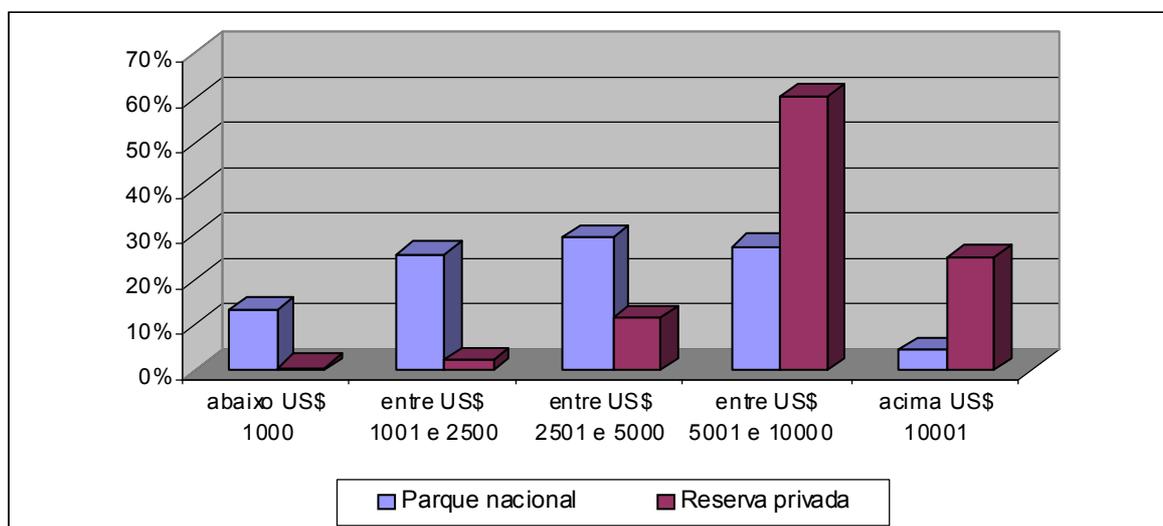


Figura 40 – Renda familiar mensal média (comparativo)

Fonte: elaborado pelo autor

Os dados de renda familiar mostram que o parque nacional de fato permite um acesso mais democrático e abrangente do que a reserva privada.

O parque nacional apresenta 86,67% das amostras acima dos US\$ 1000 mensais, enquanto nas reservas privadas 99,45% estão acima deste patamar de renda. Este dado é importante para deixar claro que embora mais acessível, mesmo o parque nacional não possibilita acesso à maioria da população. Cruzando os dados de renda familiar com procedência, notamos que 100% das amostras com renda abaixo dos US\$ 1000 são provenientes da África do Sul, e com isso chegamos à óbvia conclusão que a “democratização” do acesso ao parque nacional atinge apenas o mercado doméstico, tanto em virtude dos altos custos de transporte e acomodação para turistas de outros países e continentes bem como devido às taxas de conservação diferenciadas de acordo com a nacionalidade do visitante<sup>4</sup>, cobradas antes da entrada no parque nacional.

<sup>4</sup> Vide tabela 21

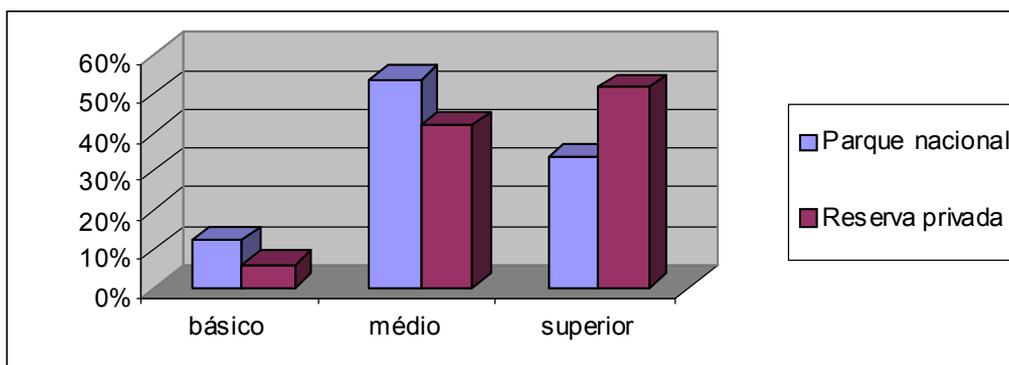


Figura 41 – Nível de escolaridade do chefe da família/grupo (comparativo)

Fonte: elaborado pelo autor

Os dados de nível de escolaridade realçam os dados de renda verificados no item 5.4.2, e notamos que 87,78% dos visitantes do parque nacional possuem nível médio ou superior, enquanto na reserva privada esta parcela encontra-se em 93,89%. Entretanto, ao contrário da faixa inferior de renda do item anterior, verifica-se que entre as amostras de nível básico temos uma predominância de europeus. Os dados permitem afirmar que existe uma relação direta entre distribuição de renda, nível de escolaridade e acesso aos parques.

## II – Informação de Viagem

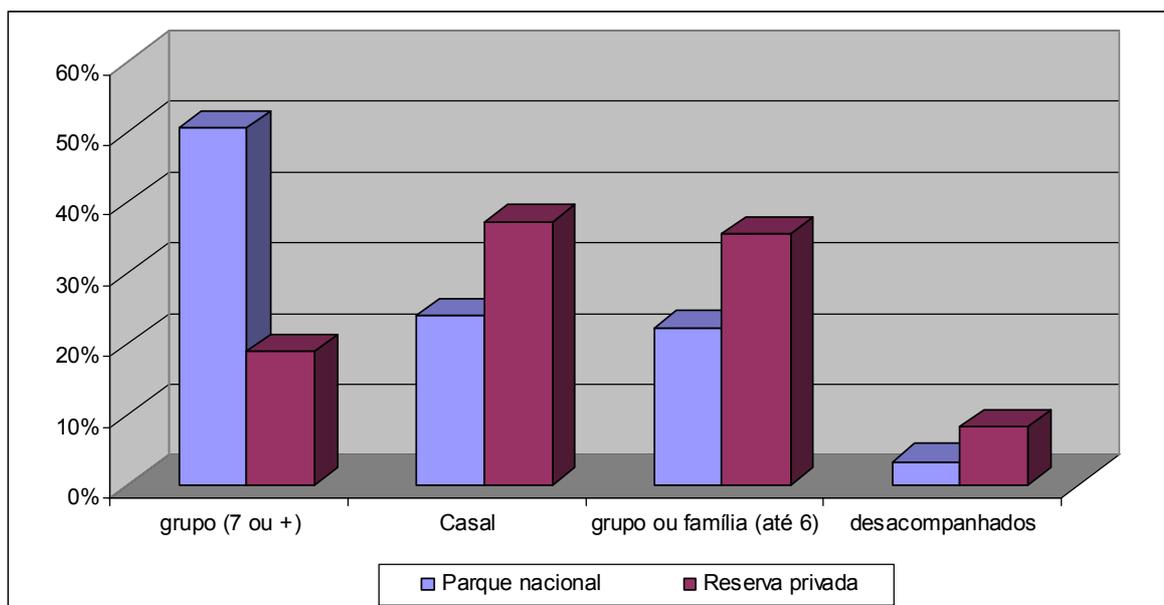


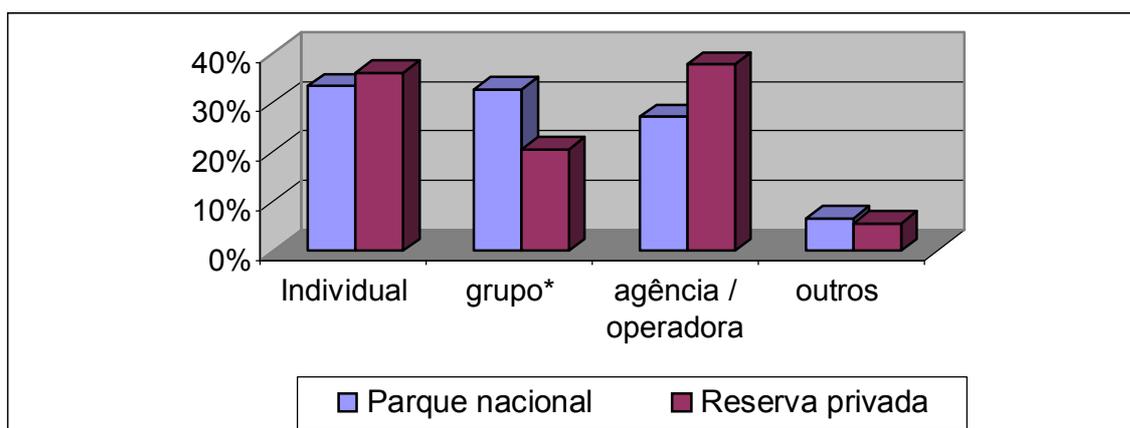
Figura 42 - Companhia na viagem (comparativo)

Fonte: elaborado pelo autor

Mais da metade (50,56%) dos visitantes do parque nacional viajava em grupos com sete ou mais integrantes. Em tese, esta é a forma mais barata de se fazer um safári, aliando-se os preços mais em conta do parque nacional com os descontos aplicados a grupos maiores. Analisando qualitativamente estes grupos, podemos afirmar que existem duas grandes tendências em relação aos grupos que visitam o parque nacional: em primeiro lugar, grupos de jovens e estudantes sul-africanos, desde o ensino fundamental até o ensino superior, em viagens escolares com objetivo claramente educacional. Devemos enfatizar a importância deste contato dos jovens com o parque nacional, no sentido de educar parte da população, desde cedo, para a cultura conservacionista existente na África do Sul. Estas viagens normalmente não são organizadas por empresas de turismo, mas por escolas, clubes e afins. A segunda tendência em relação aos grupos mostra uma predominância de aposentados e trabalhadores europeus, em viagens organizadas por grandes operadoras européias.

A outra metade de visitantes do parque nacional (46,11%) é composta por casais e pequenos grupos de familiares e amigos. Já na reserva privada, estes compõem a maioria dos visitantes (72,78%), o que nos permite afirmar que existe uma correlação entre grupos e parque nacional, e analogamente entre viajantes independentes e reservas privadas.

Os visitantes desacompanhados, embora em quantidade relativamente pequena, tendem a preferir as reservas privadas, o que é explicado pelas facilidades maiores que estes encontram nesta modalidade de safári.



\*excluídas empresas de turismo

Figura 43 - Organização da viagem (comparativo)

Fonte: elaborado pelo autor

A organização da viagem evidencia certo equilíbrio tanto no parque nacional como na reserva privada. As viagens em grupo, que neste item excluem aquelas organizadas por agências ou operadoras, são normalmente organizadas por instituições de ensino, associações esportivas e grupos de interesse comum, e aparecem em maior número no parque nacional. Já a organização individual da viagem, aquela que é realizada pelo próprio passageiro, corresponde a cerca de um terço das amostras tanto no parque nacional como na reserva privada, mas com explicações diferentes. No parque nacional, o facilitador das reservas diretas é a central de reservas do SANP, que concentra as informações e disponibiliza o serviço de reservas diretamente ao público. Já no caso das reservas privadas, a internet constitui o grande instrumento de marketing e vendas. Devemos lembrar que os sul-africanos são responsáveis pela maioria das reservas diretas, mas a porcentagem de estrangeiros organizando seu próprio safári vem aumentando substancialmente nos últimos anos, tanto via SANP como via internet.

As reservas via empresas de turismo, sejam agências ou operadoras, estão mais presentes nas reservas privadas que no parque nacional, e a explicação é simples. No caso do parque nacional, as empresas turísticas servem como um mero facilitador do processo de reserva e pagamento, pois o produto é o mesmo e, com raríssimas exceções, as tarifas não se alteram via agência ou via direta. Já no caso das reservas privadas, como existem muitas opções, a consultoria do agente se torna importante, e as agências possuem tarifas-acordo com as reservas privadas que diminuem sensivelmente as tarifas de balcão (*rack rates*). Em tese, nestes casos, o turista que reserva via internet paga uma tarifa superior, pelo mesmo serviço, em relação àquele que reserva via agência ou operadora.

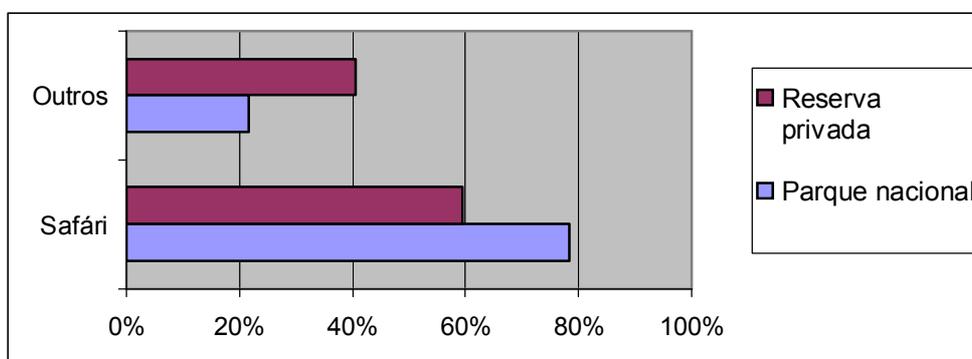


Figura 44 - Motivação principal nesta viagem (comparativo)

Fonte: elaborado pelo autor

Apesar de ser uma das grandes atrações do turismo na África do Sul, o safári não é a única. Esta questão investiga se existe uma correlação entre o interesse principal na viagem e o tipo de safári. Pelos resultados, notamos que existe uma preponderância do safári como motivação principal da viagem para aqueles que visitam o parque nacional, embora esta questão também esteja diretamente relacionada ao número de noites da viagem. A maioria absoluta daqueles com uma viagem de curta duração possuem o safári como motivação principal, e esta porcentagem diminui conforme a duração da viagem aumenta.

Apesar dos números sugerirem uma maior motivação de safári nos visitantes do parque nacional, esta afirmação baseada nos dados da pesquisa é inconclusiva e está de fato mais relacionada à duração da viagem.

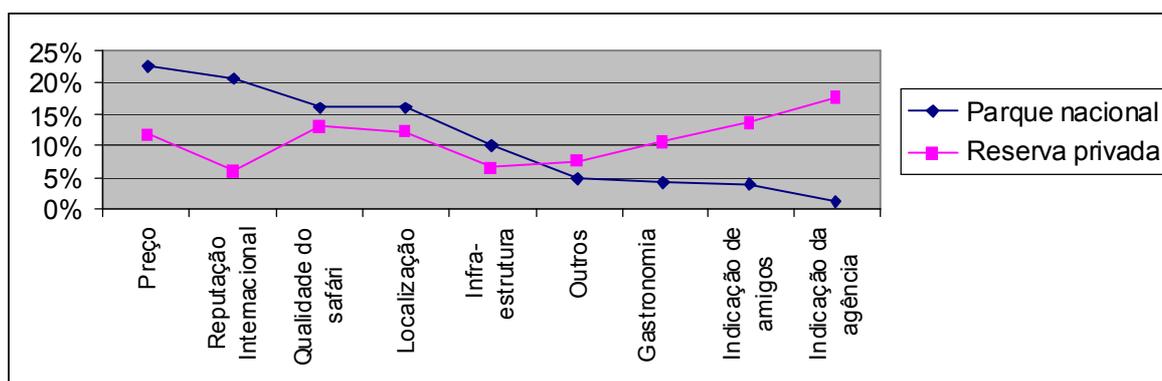


Figura 45 - Fator decisivo para escolha do parque / reserva (comparativo)

Fonte: elaborado pelo autor

Apesar de que nem sempre a escolha do parque ou reserva é totalmente racional ou baseada apenas em um fator, os visitantes do parque nacional demonstraram claramente que as características próprias do Kruger constituem a grande motivação para visita, com 85,56% das amostras. O fator preço recebeu a maioria das indicações, seguido de perto pela reputação internacional, qualidade do safári, localização e infra-estrutura. Pouca influência tiveram os fatores gastronomia e indicação de amigos e agência, uma vez que o Kruger National Park é muito conhecido e poucos atribuiriam a visita a tais indicações, mesmo que elas tenham ocorrido. Os outros fatores sempre acabam prevalecendo.

Já a análise das reservas privadas é bastante distinta. Além de mostrar uma dispersão menor entre os fatores que no parque nacional, ou seja, um maior equilíbrio entre as motivações de escolha, as indicações de amigos e agências (31,67%) assumem grande importância, pois com a oferta de inúmeras reservas privadas, a opinião positiva de uma pessoa próxima que já tenha conhecido o produto ou as referências de um agente são decisivas no momento da escolha. A gastronomia também assume maior importância que no caso do parque nacional. Infra-estrutura, qualidade do safári e localização apresentam patamares semelhantes ao do parque nacional e os fatores preço e reputação internacional aparecem com pouca importância, evidenciando a inelasticidade das reservas privadas diante do preço.<sup>5</sup>

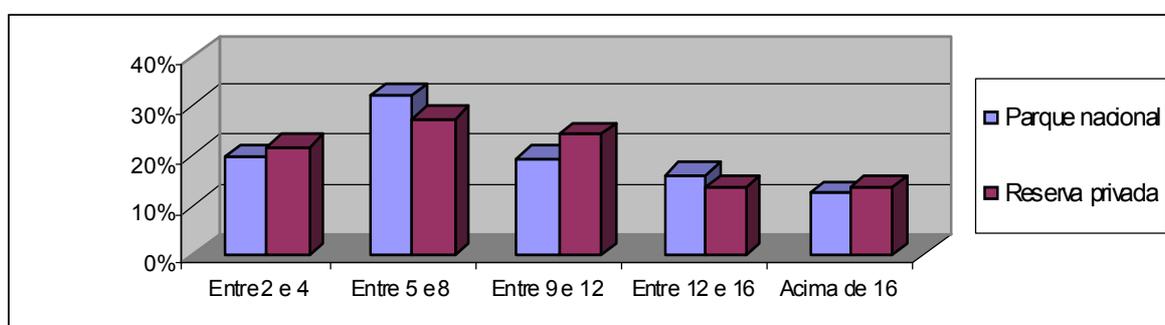


Figura 46 - Noites de viagem (comparativo)

Fonte: elaborado pelo autor

Não se observa uma considerável mudança no padrão da duração total da viagem entre os visitantes de parques ou reservas. O que nota-se, em ambos os casos, é uma tendência de redução na duração total das viagens, com mais da metade das amostras, nos dois casos, permanecendo no máximo oito noites. Para quem se desloca de outro continente, esta é uma permanência relativamente curta e pode ser explicada pelo aumento dos custos de viagem no país e pelo fortalecimento da moeda local. Nota-se também que cerca de um quinto das amostras, independente de parque nacional ou reserva privada, permanecem no máximo quatro noites, e estas amostras são notadamente representadas pelo turismo doméstico.

<sup>5</sup> Para maiores detalhes sobre elasticidade da demanda, consulte LAGE & MILONE (2000a)

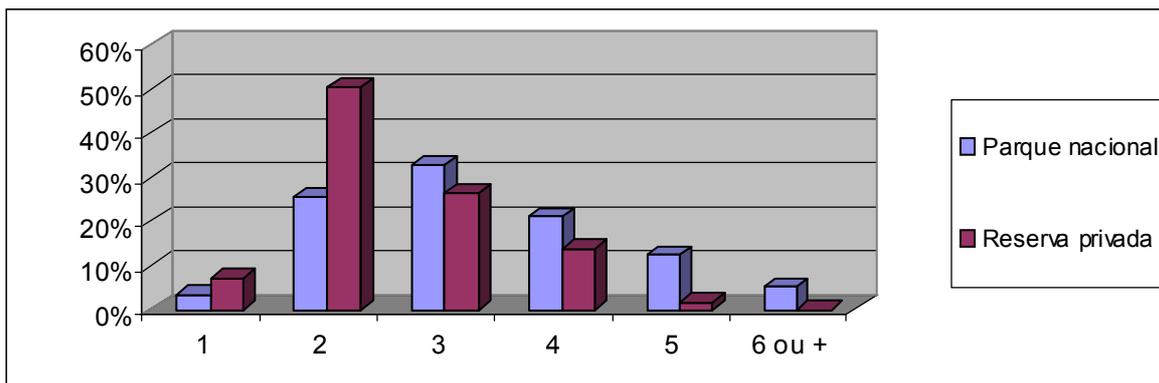


Figura 47 - Noites de safári na viagem (comparativo)

Fonte: elaborado pelo autor

Na análise do número de noites de safári na viagem, temos uma diferença de padrão significativa. Os visitantes do parque nacional possuem um padrão diverso, desde os que permanecem apenas por uma noite até os que permanecem por uma semana. Esta diferença de padrão é explicada pelo comportamento impulsivo de parte dos visitantes, que muitas vezes entram no parque sem reservas e ficam pouco tempo, ou ainda decidem prolongar a estadia quando há disponibilidade. Já no caso da reserva privada, há uma grande concentração em dois e três dias de permanência, equivalente a 77,22% das amostras. Esta concentração espelha uma maior programação da estadia, que em termos práticos traduz-se em finais de semana para o mercado doméstico, e como fração de um itinerário mais complexo para o mercado internacional.

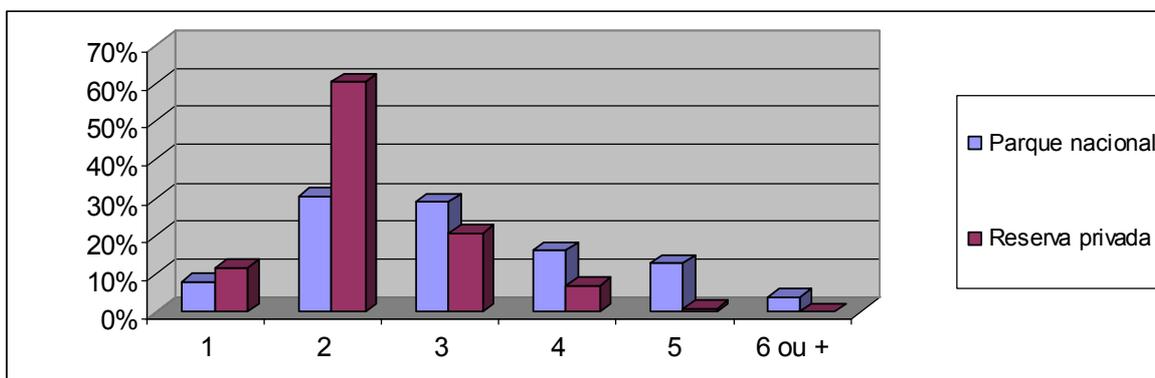


Figura 48 - Noites neste parque ou reserva (comparativo)

Fonte: elaborado pelo autor

Reduzindo ainda mais a análise (lembramos que na figura 47 os números consideram os visitantes que visitam mais de um parque ou reserva), temos a mesma tendência anterior. O parque nacional atrai tanto o visitante de curta como o de longa duração, e a reserva privada concentra nas duas ou três noites. Duas são as explicações para esta diferença de padrão:

- O parque nacional atrai tanto curiosos que se satisfazem com a curta permanência como estudiosos que atravessam o parque em busca de espécies e ecossistemas diferentes, enquanto possibilidades de exploração das reservas privadas são esgotadas em dois ou três dias;
- O custo elevado das reservas privadas leva o visitante a extrair o máximo do safári enquanto ele lá se encontra; no parque nacional o ritmo de visitação tende a ser menor e o visitante também se dedica ao descanso e à simples contemplação da natureza.

### III - A experiência de safári e a sensação posterior

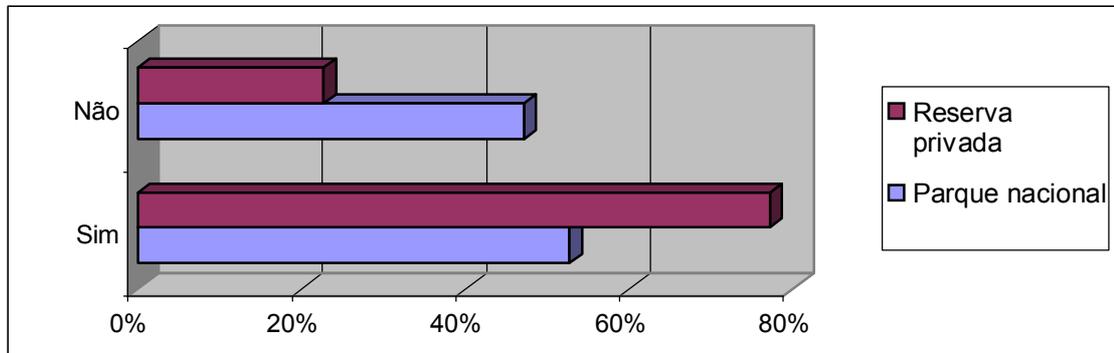


Figura 49 - Primeira experiência em safári ? (comparativo)

Fonte: elaborado pelo autor

Cerca de metade dos visitantes do parque nacional fazem um safári pela primeira vez, proporção que aumenta para três quartos na reserva privada. Este dado comprova a concentração dos visitantes mais inexperientes em safári nas reservas privadas, enquanto aqueles que repetem a experiência, ou que possuem o hábito regular de visitar a savana, preferem ou experimentam o parque nacional.

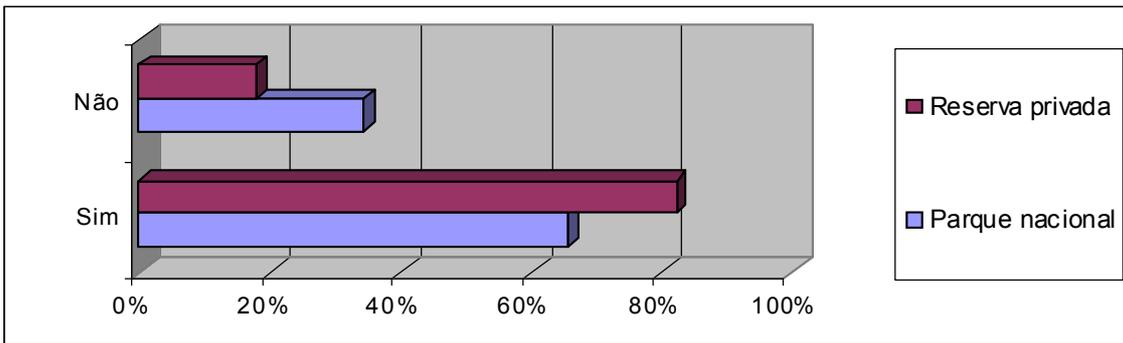


Figura 50 - Primeira experiência em safári na África do Sul ? (comparativo)

Fonte: elaborado pelo autor

Cruzando-se os dados desta questão com a anterior, observamos que 12,78% dos visitantes do parque nacional e 5% dos visitantes das reservas privadas já haviam feito safári em outros países que não a África do Sul. Estes números reforçam a tese que os visitantes das reservas privadas são mais inexperientes em safári, mas principalmente, mostra que a África do Sul, além de ser um destino de safári, é o destino do primeiro safári, por permitir diversas opções de atividades, preços e destinos. Esta é uma grande vantagem competitiva que a África do Sul apresenta, em relação a outros destinos de safári no continente africano.

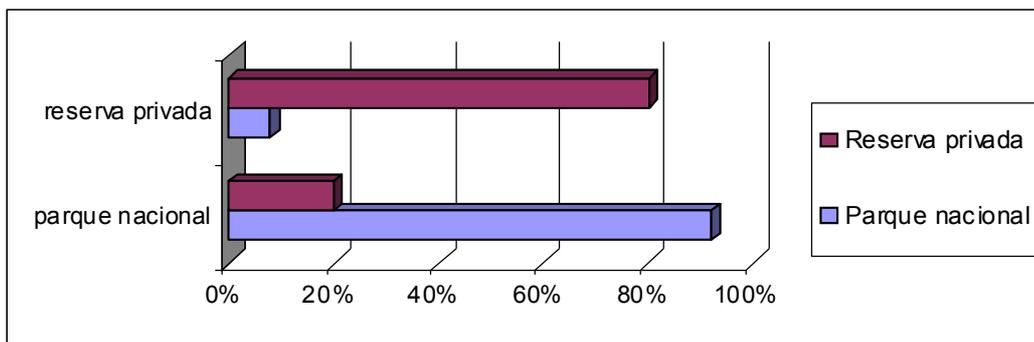


Figura 51 - Sua estadia em um parque nacional ou em uma reserva privada ? (comparativo)

Fonte: elaborado pelo autor

Esta é uma questão particularmente importante, pois mede a percepção dos visitantes a respeito da experiência que acabaram de vivenciar. A grande maioria dos visitantes do parque nacional finaliza a visita ciente de que estiveram em um parque nacional, e mesmo

que não saibam exata e formalmente o que é um parque nacional, sabem que estiveram em um. Isto é creditado ao fato de que os visitantes dos parques nacionais normalmente pesquisam mais sobre o destino antes da viagem, e sobre a ampla comunicação do SANP dentro dos parques, informando o visitante sobre o sistema dos parques nacionais sul-africanos e educando através de regulamentos e informações institucionais.

No caso das reservas privadas, exatos um quinto dos visitantes terminam a experiência pensando erroneamente que estiveram em um parque nacional. Apesar de ser uma minoria em termos absolutos, é uma parcela muito grande dos visitantes das reservas privadas, que devemos lembrar ainda, são aqueles com maior nível de renda e escolaridade. Esta confusão conceitual também é explicada pelo fato que o cidadão médio não distingue uma área de preservação de um parque nacional propriamente dito.

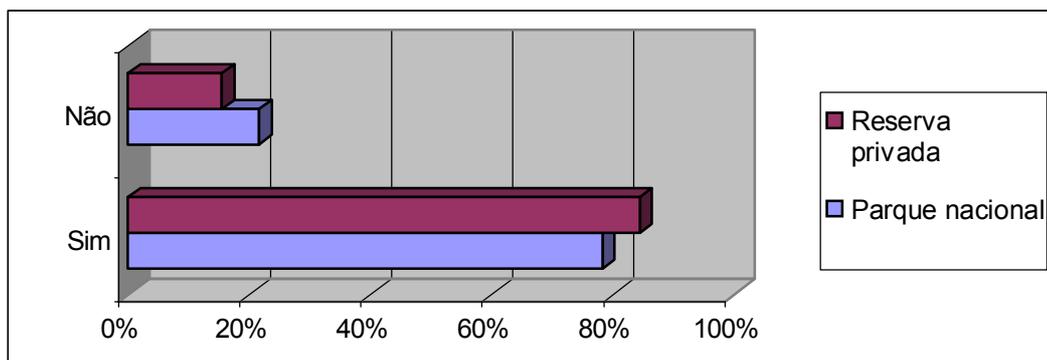


Figura 52 - Repetiria a experiência de safári ? (comparativo)

Fonte: elaborado pelo autor

Com uma sutil diferença na proporção, a grande maioria dos visitantes do parque e reservas termina a experiência com satisfação e desejo de retornar no futuro. Curiosamente, devemos mencionar que a grande maioria das respostas negativas originaram de turistas não-africanos, nos meses de verão, em que a experiência é mais desgastante devido ao forte calor e menor abundância de vida selvagem.

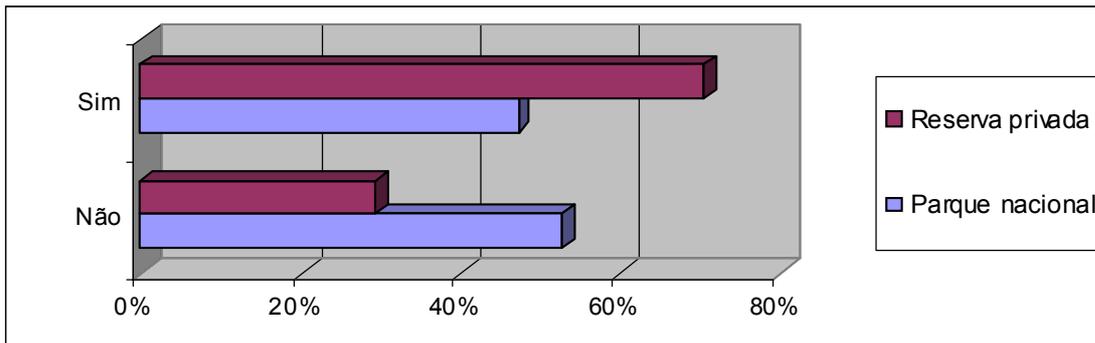


Figura 53 - Repetiria a experiência no mesmo parque ou reserva ? (comparativo)

Fonte: elaborado pelo autor

Complementando a questão anterior, verificamos que 52,78% dos visitantes do parque nacional desejariam fazer um safári em outro local no futuro. Este número é significativamente menor na reserva privada. Apesar da maioria dos visitantes sair satisfeita, o parque nacional fideliza menos o cliente, que na verdade sai com a intenção de conhecer outros parques nacionais, mas não necessariamente o mesmo. Por outro lado, funcionários e guias bem treinados, o luxo das acomodações e a qualidade da gastronomia geram uma forte empatia no visitante da reserva privada, que termina a experiência com o desejo de repeti-la fielmente no futuro.

## **6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS - DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO PARA O SÉCULO XXI**

Partindo das diretrizes governamentais gerais estabelecidas pelo DEAT e pelo SANP, cada um dos parques nacionais sul-africanos estabelece objetivos específicos em suas regiões de atuação, de acordo com as demandas e necessidades específicas de cada região. Em algumas delas, o isolamento geográfico e a ausência de interesse econômico na região coloca o parque nacional em posição de grande importância e influência, pois se trata do grande (e em alguns casos do único) agente econômico, determinando com maior força até mesmo que as autoridades políticas, as diretrizes sociais e ambientais para a região.

No caso da região do Kruger, tal isolamento deixou há muito de existir, tanto pela popularidade do parque nacional em si, alavancando uma série de investimentos na região, mas também pela presença maciça de reservas privadas e outras empresas relacionadas à indústria turística. Independente da questão da área preservada pelo parque, é correto afirmar que a sua simples existência gera uma influência significativa em todos os outros setores da sociedade. O parque nacional funciona, portanto, como um pólo de irradiação de políticas econômicas, sociais e ambientais para a região, legitimando na prática as políticas de desenvolvimento sustentável do governo.

Embora as reservas privadas gozem de plena autonomia administrativa, diversos parâmetros ambientais são controlados e fiscalizados pelo governo, em parceria com as autoridades do parque nacional. Há um rígido controle da população e densidade de animais, zoonoses, desmatamento, atividades desenvolvidas na área da reserva e observação da capacidade de carga estabelecida. Socialmente, as reservas privadas absorvem grande parte dos trabalhadores rurais da região e complementam, financeira e logisticamente, iniciativas nas áreas da saúde e educação originadas no SANP. E em termos econômicos, as reservas privadas, através de uma receita por hóspede proporcionalmente maior que a do parque nacional, permitem uma alíquota de impostos significativa, que através de uma alocação otimizada de recursos, geram um ciclo de investimentos na infra-estrutura e marketing turístico da região, bem como investimentos e manutenção do KNP.

Todos os projetos do governo sul-africano relacionados ao desenvolvimento sustentável estão subordinados a um dos seguintes setores, com focos claros e determinados:

patrimônio cultural, educação ambiental, fortalecimento econômico e facilitador da comunidade. Vamos exemplificar o que vem sendo realizado em cada um dos setores.

O patrimônio cultural do Kruger conta com 254 sítios de herança cultural documentados e muitos outros sem nenhum registro, sobrevivendo apenas na memória coletiva. Muitas histórias do período de *apartheid*, em que os chamados “guerreiros da liberdade” (*freedom fighters*) usavam territórios do Kruger para se organizar ou se esconder, estão sendo recuperados. Dois dos mais importantes sítios arqueológicos de comunidades pré-históricas do mundo se encontram no Kruger. Um deles é Thulamela, que após uma série de escavações e recuperações feitas em cooperação com a Universidade de Witwatersrand, foi reaberto ao público em 1996, incluindo uma nova trilha educacional, centro didático, auditório e um museu. O outro sítio é Masorini, local onde viveram os ancestrais das tribos Malaŋji. Segundo Derrick Mashale, um ecologista social que atua na área norte do parque, as primeiras escavações de Masorini foram feitas exclusivamente pelos brancos e as interpretações dadas ao material encontrado foram de acordo com a perspectiva dos brancos. Atualmente, Mashale trabalha com os descendentes diretos no sentido de encontrar novos significados para o material descoberto e engajar as comunidades no trabalho de preservar o conhecimento tradicional e corrigir algumas discrepâncias causadas pela interpretação distorcida dos brancos.

No setor de educação ambiental, o grande foco está nas escolas das comunidades adjacentes, através da nomeação de um atuante comitê de educação ambiental que coordena os esforços na área. Todas as escolas próximas ao parque contam com um “Clube do Meio-Ambiente”, onde o comitê organiza regularmente visitas dos alunos ao parque, que são conduzidas visando o aprendizado de temas específicos, como erosão do solo e agricultura de subsistência. Estas crianças e jovens têm a obrigação, controlada por seus professores e pelos membros do comitê, de levar os ensinamentos obtidos às suas comunidades, inclusive no sentido de instruir os mais velhos. Os “clubes do meio-ambiente” vêm se constituindo em um grande sucesso, pois os jovens mostram-se extremamente engajados no processo durante a vida escolar, herdando o gosto pelo parque e pelo conservacionismo após seu término e recebem maciço apoio das comunidades, que recebem com bons olhos as iniciativas de plantio de pequenas lavouras comunitárias e árvores para combater a erosão e o desmatamento. Além das iniciativas junto às escolas das comunidades locais, qualquer escola, de qualquer região do planeta, recebe aulas de conservação ambiental gratuitas nas instalações do Kruger National Park.

As iniciativas na área de fortalecimento econômico estão concentradas no incentivo voltado às comunidades em determinadas áreas de atuação, como a produção de artesanato, legumes e verduras frescas para o abastecimento dos parques, e grupos folclóricos de dança e teatro locais. O volume de vendas das lojas do Kruger é significativo, da ordem de US\$ 6.000.000 no ano 2000. Pode-se concluir que boa parte desta renda é revertida para as comunidades que não só fornecem artesanato, mas boa parte dos vegetais frescos, que antes de serem vendidos ao parque já foram utilizados como alimentação básica nas comunidades. Estas vendas são feitas através de cooperativas e os resultados mostram grandes conquistas em termos de organização da produção, aumento da produtividade e dos lucros. Devemos ressaltar também que o padrão de qualidade dos produtos oferecidos dentro do parque é rigoroso, mesmo porque o consumidor final destes produtos muitas vezes é o exigente turista estrangeiro, em especial de origem européia. Diversas pesquisas vêm sendo feitas no sentido de aumentar este fortalecimento econômico para outras áreas, como o estabelecimento de uma operadora de safáris com jipes abertos por membros das comunidades locais.

Quando falamos em facilitadores da comunidade, devemos compreender a total independência relativa ao setor de fortalecimento econômico, que não favorece ou assiste as comunidades em um sentido paternalista, mas sim estabelece canais de negociação e comercialização. Por outro lado, o facilitador da comunidade assume que o parque, em algum momento, prejudicou determinada comunidade e através deste setor procura empreender iniciativas que possam compensar, ao longo do tempo, estas perdas. O melhor exemplo é o co-gerenciamento de uma reserva privada na região de Pafuri, norte do Kruger, com a comunidade Makuleke. A terra desta região, que nos anos de apartheid foi subtraída da comunidade e adicionada aos limites do parque, não foi devolvida, mas um contrato de longo prazo prevê a co-gestão desta reserva particular, dentro do parque, pelo SANP e pela comunidade Makuleke. A terra em si não foi devolvida e permanece incorporada ao parque, mas os rendimentos da reserva serão apropriados pela comunidade bem como o treinamento da população nas diversas atividades relacionadas ao funcionamento da mesma. A longo prazo, os ganhos para os elementos da comunidade Makuleke certamente serão maiores que se a terra fosse simplesmente devolvida a eles, e a região permanece na área de proteção do SANP.

O Kruger National Park é uma referência mundial em termos de turismo ecológico e safari. Para se adequar a padrões internacionais e melhorar o nível dos serviços oferecidos, foi criado em maio de 1999 o comitê BPI-I (*Business Performance Improvement Initiative*),

com o objetivo de coordenar, monitorar e conduzir projetos administrativos e de reengenharia de processos no parque. No ano de 2000 já haviam 88 projetos registrados pelo BPI-I. Entre estes projetos podemos citar a criação do campo de golfe de Skukuza, um centro de artesanato, a melhoria dos serviços de safári oferecidos (safáris diurnos, noturnos e a criação de safáris guiados a pé) e a reforma da infra-estrutura turística nos rest-camps.

Sob a ótica da exploração turística de uma região de safári, é imprescindível a coexistência entre parques nacionais e reservas privadas, por uma série de fatores:

- segmentação de mercado: os parques nacionais e reservas privadas, ainda que ofereçam atividades similares e tenham apelos comuns, destinam-se a públicos diferentes e oferecem experiências distintas. Para um adequado mix de produtos turísticos relacionados à natureza, ambos devem estar presentes no mercado.
- marketing integrado: cada reserva possui obviamente as suas estratégias específicas de marketing, mas a reputação de uma macro-região traz dividendos para todo o conjunto. A força conjunta do KNP e das reservas privadas da região em feiras, eventos internacionais e esforços publicitários governamentais e privados conferem à região presença no imaginário de todos os consumidores potenciais e sinergia nas iniciativas mercadológicas.
- alocação otimizada de recursos e impostos: a presença de turistas em reservas privadas aumenta a arrecadação de impostos por parte do governo e permite a realocação de parte destes recursos na estrutura do KNP e na infra-estrutura da região, bem como em iniciativas de marketing integrado.
- biodiversidade e proteção ambiental: a atuação em conjunto permite melhor distribuição das populações, controle de zoonoses e manutenção do equilíbrio ecossistêmico.

Sob a ótica da sustentabilidade, a coexistência determina uma situação na qual o governo atua diretamente através das diretrizes dos parques nacionais, que atuam como entidades reguladoras e normativas das reservas privadas. Entretanto, as estatísticas referentes a critérios de sustentabilidade ainda são escassas fora do âmbito dos parques nacionais. Mathieson e Wall (1982) observam que os critérios econômicos são mais facilmente avaliados que os ambientais e sócio-culturais. Os resultados econômicos são mensurados através de índices com critérios objetivos enquanto análises sócio-culturais e

ambientais possuem critérios mais subjetivos, e devido à sua natureza qualitativa, há uma grande disparidade de resultados ao verificarmos análises de diferentes autores.

Para minimizar a ausência e disparidade de dados estatísticos, dentro de um mesmo cluster ou região turística, propomos a utilização de Índices Comparativos de Sustentabilidade (ICS). Tais índices não possuem uma interpretação absoluta se analisados de forma isolada, mas podem adquirir enorme importância para medir dados subjetivos dentro de um conjunto de reservas. Exemplificamos a utilização de ICS no apêndice.

Boullón (1993) observa que, em áreas naturais, as opções de acomodação para turistas devem passar por uma rigorosa análise relativa a:

- quantidade, permanência e sazonalidade da demanda
- conduta e hábitos da demanda

A quantificação da demanda deve verificar igualmente os seguintes fatores:

- determinação da demanda anual
- fixação da permanência média de cada visitante
- sazonalidade da permanência
- determinação do período máximo de permanência
- verificação do impacto ambiental das presenças médias e máximas

A partir destes dados, estabelece cálculos matemáticos para elaboração de estimativas diárias de capacidade teórica de um atrativo natural, capacidade efetiva diária e demanda máxima anual, cruzando dados da oferta e demanda turística de uma mesma região.

Segundo Ruschmann (1997), o turismo sustentável incrementará os custos de seu desenvolvimento, que se reverterão no aumento do preço das viagens para os turistas. A determinação da capacidade de carga dos espaços turísticos limitará o acesso das pessoas em determinadas áreas, o que gerará uma demanda maior que a oferta que, conseqüentemente, aumentará os preços para os visitantes. Por isso, o turista de massa não terá acesso a esses espaços e o turista de elite voltará a predominar nesse contexto. É exatamente esse processo que se observa nas reservas privadas. A demanda represada pelos altos preços acaba migrando ao parque nacional.

Para cada país ou região, as variáveis são absolutamente distintas e merecem sempre um tratamento particular e único. Entretanto, a coexistência entre parques nacionais e

reservas privadas, em regiões de preservação natural, surge como uma doutrina determinante para permitir o equilíbrio entre exploração turística e sustentabilidade.

Na África do Sul, tal doutrina permitiu que o país rapidamente se transformasse em um dos mais procurados destinos de viagens de lazer do hemisfério sul e o mais procurado destino de safári do mundo. Os resultados econômicos são favoráveis tanto para iniciativa privada quanto para o governo, possibilitando investimentos sociais e ambientais. Devido ao sucesso alcançado, o modelo utilizado na região extrapolou as fronteiras políticas. No dia 9 de dezembro de 2002 foi assinado em Xai-Xai, Moçambique, o Tratado de Criação do *Great Limpopo Transfrontier Park* (GLTP). Os presidentes da África do Sul, Zimbábue e Moçambique deram o primeiro passo para criar a maior área de preservação natural do planeta, com a previsão de se alcançar a extensão de 35.000 km<sup>2</sup> na primeira fase e 100.000 km<sup>2</sup> na fase final, incluindo parques nacionais e reservas privadas nos três países. O projeto prevê absoluta inexistência das fronteiras entre os três países na área do parque, mas o principal ponto do tratado trata sobre a utilização conjunta dos mesmos princípios de exploração turística e sustentabilidade, através da coexistência dos parques nacionais e reservas privadas.

Mesmo com todas as dificuldades e desafios que o continente africano enfrenta, temos aqui o exemplo de um modelo de gerenciamento e gestão para regiões de preservação natural que pode ser considerado uma referência para todo o planeta. Esperamos que a América do Sul, e em especial o Brasil, com todo o seu indiscutível potencial turístico e natural, possa pelo menos ter o bom-senso de se espelhar em modelos existentes, entre eles o sul-africano, e adaptá-los a nossa realidade, no sentido de construir uma doutrina de sustentabilidade e exploração turística consistentes e voltadas ao longo prazo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENI, Mário Carlos. *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo: Ed. Senac, 1998.
- BAPTISTA, Mário. *Turismo: Competitividade Sustentável*. Lisboa: Verbo, 1997.
- BOULLÓN, Roberto. *Ecoturismo, Sistemas Naturales y Urbanos*. Buenos Aires, 1993.
- BOYER, Marc. *Le Tourisme*. Paris: Seuil, 1972.
- CEBALLOS-LASCURÁIN. *Tourism, Ecotourism and Protected Areas: the State of Nature-based Tourism around the World and Guidelines for its development*. IUCN, Gland, 1996.
- DEPARTMENT OF ENVIRONMENTAL AFFAIRS. *Building the Foundation for Sustainable Development in South Africa*. Pretoria, 1992.
- DEPARTMENT OF ENVIRONMENTAL AFFAIRS AND TOURISM. *Environment South Africa*. Pretoria, 1995.
- DEPARTMENT OF ENVIRONMENTAL AFFAIRS AND TOURISM. *White Paper for Development & Promotion of Tourism in South Africa*. Pretoria, 1996.
- DEPARTMENT OF ENVIRONMENTAL AFFAIRS AND TOURISM. *Institutional Guidelines for Public Sector Tourism Development and Promotion in South Africa*. Pretoria, 1999.
- DEPARTMENT OF ENVIRONMENTAL AFFAIRS AND TOURISM. *Draft White Paper for Sustainable Coastal Development in South Africa*. Cape Town, 1999.
- EADINGTON, W.R. & SMITH, V.L. *Tourism Alternatives*. England, 1994.
- EMBRATUR / IBAMA. *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*. Brasília: G.T. Interministerial, MICT / MMA, 1994.
- EPE – European Partners for the Environment. *Towards Shared Responsibility – A Workbook for implementing Sustainability*. E.P., Belgium.
- EUGENE, Pierre. *Le Tourisme – Destructeur ou Protecteur de L’environnement ?* Paris, 1980.
- EVER, Shirley. *Beyond the Green Horizon: a Discussion Paper on Principles for Sustainable Tourism*. Washington: Tourism Concern / WWF, 1992.

- FLEURY, André L. *Dinâmicas Organizacionais em Mercados Eletrônicos*. São Paulo: Atlas, 2001.
- FOURASTIÉ, Jean. *Les Trente Glorieuses ou la Révolution Invisible de 1946 a 1975*. Paris: Foyoral, 1979.
- GEORGE, Richard. *Marketing South African Tourism and Hospitality*. Cape Town: Oxford University Press, 2001.
- KEYSER, Heidi. *Tourism Development*. Cape Town: Oxford University Press, 2002.
- KRIPPENDORF, Jost. *The Holiday Makers*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1984.
- LAGE, Beatriz H.G. & MILONE, Paulo Cesar. *Economia do Turismo*. São Paulo: Atlas, 2000a.
- LAGE, Beatriz H.G. & MILONE, Paulo César. *Turismo: Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, 2000b.
- LINDBERG, Kreg & HAWKINS, Donald. *Ecoturismo, um Guia para Planejamento e Gestão*. São Paulo: Ed. Senac, 1995.
- MATHIESON, Alister e WALL, Geoffrey. *Tourism: Economic, Physical and Social Impacts*. London: Longman, 1982.
- MCINTOSH, Robert P. *The Background of Ecology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1965.
- PEARCE, Douglas. *Desarrollo Turístico – su Planificación y Ubicación Geográficas*. Mexico: Trillas, 1991.
- PELLEGRINI FILHO, Américo. *Ecologia, Cultura e Turismo*. Campinas: Papyrus, 1993.
- PIGRAM, J. J. *Sustainable Tourism Policy Considerations*. Londres: Journal of Tourism Studies, 1990.
- POON, A. *Competitive Strategies for a New Tourism*. In: Cooper, C. Progress in Tourism, Recreation and Hospitality Management. Londres: Belhaven Press, 1989.
- RUSCHMANN, Doris. *Turismo e Planejamento Sustentável*. Campinas: Papyrus, 1997.
- SEATON, A.W. *Quality Tourism Sustained – A Small Island Case from the Shetland*. Berna: Aiest, 1991.
- SOO ANN, L. *Tourism Builds a Smokeless Economic Base*. Kyoto, 1973.

- SOUTH AFRICAN NATIONAL PARKS. *Visions of Change*. Pretoria, 2000.
- SOUTH AFRICAN NATIONAL PARKS. *Annual Report 1999 / 2000*. Pretoria, 2000.
- SWARBROOKE, John. *Turismo Sustentável: Conceitos e Impacto Ambiental*. São Paulo: Aleph, 2000a.
- SWARBROOKE, John. *Turismo Sustentável: Meio Ambiente e Economia*. São Paulo: Aleph, 2000b.
- SWARBROOKE, John. *Turismo Sustentável: Gestão e Marketing*. São Paulo: Aleph, 2000c.
- THEUNS, H.L. *International Tourism in Developing Countries – Conditions and Effects*. In: *Revue de Tourisme*. Berna: Aiest, 1983
- WEARING, Stephen & NEIL, John. *Ecotourism: Impacts, Potentials and Possibilities*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1999.
- WHELLER, B. *Is Progressive Tourism Appropriate ?* Guilford: University of Surrey, 1991.
- WTTC. *Southern African Development Community's Travel & Tourism Economic Driver for the 21<sup>st</sup> Century*. Londres, 1999.

## APÊNDICE 1 – DADOS CONSOLIDADOS DOS CAPÍTULOS 3 E 4

Tabela A: Kruger National Park – Rest-camps

<b>Rest-camp</b>	<b>RMN</b>	<b>CMN</b>	<b>RMMN</b>
Berg-en-dal & Malelane	US\$ 10.704,00	460	US\$ 23,27
Crocodile Bridge	US\$ 2.185,20	80	US\$ 27,31
Letaba	US\$ 10.240,70	362	US\$ 28,29
Lower Sabie	US\$ 8.739,60	314	US\$ 27,83
Mopani	US\$ 11.261,30	304	US\$ 37,04
Olifants	US\$ 8.658,20	236	US\$ 36,69
Orpen, Maroela & Tamboti	US\$ 3.236,00	180	US\$ 17,98
Pretoriuskop	US\$ 8.846,40	416	US\$ 21,26
Punda Maria	US\$ 2.635,20	152	US\$ 17,33
Satara	US\$ 15.759,20	536	US\$ 29,40
Shingwedzi	US\$ 5.774,80	268	US\$ 21,55
Skukuza	US\$ 23.074,50	756	US\$ 30,52
<b>TOTAL</b>	<b>US\$ 111.115,10</b>	<b>4064</b>	<b>US\$ 27,34</b>

Tabela B: Kruger National Park – Bushveld Camps

<b>Bushveld Camp</b>	<b>RMN</b>	<b>CMN</b>	<b>RMMN</b>
Bateleur	US\$ 991,20	28	US\$ 35,40
Biyamiti	US\$ 2.020,00	70	US\$ 28,85
Shimuvini	US\$ 2.020,00	70	US\$ 28,85
Sirheni	US\$ 2.020,00	70	US\$ 28,85
Talamati	US\$ 2.040,80	71	US\$ 28,74
<b>TOTAL</b>	<b>US\$ 9.092,00</b>	<b>309</b>	<b>US\$ 29,42</b>

Tabela C: Kruger National Park – Bush Lodges

<b>Bush Lodge</b>	<b>RMN</b>	<b>CMN</b>	<b>RMMN</b>
Boulders	US\$ 416,60	12	US\$ 34,72
Roodewal	US\$ 588,20	19	US\$ 30,95
<b>TOTAL</b>	<b>US\$ 1004,80</b>	<b>31</b>	<b>US\$ 32,41</b>

Tabela D: Kruger National Park – Consolidado

<b>Kruger National Park</b>	<b>RMN</b>	<b>CMN</b>	<b>RMMN</b>
Rest-camps	US\$ 111.115,10	4064	US\$ 27,34
Bushveld Camps	US\$ 9.092,00	309	US\$ 29,42
Bush Lodges	US\$ 1004,80	31	US\$ 32,41
<b>TOTAL</b>	<b>US\$ 121.211,90</b>	<b>4404</b>	<b>US\$ 27,52</b>

Tabela E: Reservas Privadas

<b>Reserva</b>	<b>RMN</b>	<b>CMN</b>	<b>RMMN</b>
Akeru Safari Lodge	US\$ 5.220,00	18	US\$ 290,00
Bongani Mountain Lodge	US\$ 10.500,00	60	US\$ 175,00
Chitwa Chitwa Game Reserve	US\$ 9.620,00	22	US\$ 437,27
Djuma Game Reserve	US\$ 17.600,00	42	US\$ 419,04
Edeni Game Reserve	US\$ 27.090,00	98	US\$ 276,42
Elephant Plains Game Lodge	US\$ 5.430,00	22	US\$ 246,82
Exeter Game Lodge	US\$ 46.440,00	72	US\$ 645,00
Ezulwini Game Lodge	US\$ 6.240,00	22	US\$ 283,64
Gomo Gomo Game Lodge	US\$ 4.920,00	24	US\$ 205,00
Gwalagwala Game Lodge	US\$ 1.850,00	10	US\$ 185,00
Hannah Lodge	US\$ 11.016,00	136	US\$ 81,00
Hongonyi Private G. Lodge	US\$ 3.900,00	30	US\$ 130,00
Iketla Lodge	US\$ 1.210,00	10	US\$ 121,00
Ingwe Game Lodge	US\$ 12.008,00	46	US\$ 261,04
Inyati Game Lodge	US\$ 8.840,00	20	US\$ 442,00
Kapama Game Reserve	US\$ 28.100,00	76	US\$ 369,74
Kings Camp	US\$ 9.360,00	20	US\$ 468,00
Kuname River Lodge	US\$ 2.900,00	10	US\$ 290,00
Kwa Madwala Game Reserve	US\$ 10.504,00	32	US\$ 328,25
Leopard Hill Game Reserve	US\$ 13.920,00	16	US\$ 870,00
Lesheba Wilderness	US\$ 2.600,00	14	US\$ 185,71
Londolozzi Game Reserve	US\$ 77.516,00	72	US\$ 1076,61
Lukimbi Safari Lodge	US\$ 18.800,00	28	US\$ 671,43
Mohlabetsi Safari Camp	US\$ 4.884,00	22	US\$ 222,00
Makalali Game Reserve	US\$ 42.384,00	48	US\$ 883,00
Mala Mala Game Reserve	US\$ 29.500,00	50	US\$ 590,00
Motswari Game Lodge	US\$ 8.400,00	30	US\$ 280,00
N'gala Private Game Reserve	US\$ 37.286,00	52	US\$ 717,04
Phuza Moya Game Reserve	US\$ 2.736,00	12	US\$ 228,00
Royal Malewane G. Reserve	US\$ 25.880,00	20	US\$ 1294,00
Savanna Private G. Reserve	US\$ 7.544,00	14	US\$ 538,86
Sabi Sabi Game Reserve	US\$ 76.796,00	92	US\$ 834,74
Sediba Private Game Reserve	US\$ 13.440,00	20	US\$ 672,00
Singita Game Reserve	US\$ 90.792,00	78	US\$ 1164,00
Tanda Tula Safari Camp	US\$ 11.000,00	20	US\$ 550,00
Tangala Safari Camp	US\$ 2.250,00	10	US\$ 225,00
Thornybush Game Reserve	US\$ 33.100,00	94	US\$ 352,00
Tshukudu Game Lodge	US\$ 10.080,00	48	US\$ 210,00
Ulusaba Game Reserve	US\$ 35.622,00	36	US\$ 989,50
Zuma Zuma Game Lodge	US\$ 9.120,00	24	US\$ 380,00
<b>TOTAL</b>	<b>US\$ 776.398,00</b>	<b>1570</b>	<b>US\$ 18588,10</b>

As tabelas A a E foram elaboradas com base nas tabelas dos capítulos 3 e 4, que por sua vez consideraram o número total de unidades de acomodação disponíveis em cada rest-camp do KNP ou reserva privada, bem como o valor médio de cada diária. Os valores considerados na pesquisa consideram as tarifas médias, por pessoa, finais ao consumidor, ponderação de sazonalidade e ocupação em quartos duplos.

Devemos observar que a primeira vantagem em se obter tais dados é que são números obtidos do lado da oferta do serviço, sem nenhuma restrição ou necessidade de maquiagem. O ferramental básico que necessitamos para chegar a tais estatísticas é bastante simples: a quantidade total de leitos disponíveis e o valor médio cobrado por cada um deles.

A quantidade total de leitos disponíveis revela alguns dados importantes. Sob a ótica ecológica, a capacidade de carga que deve ser considerada pelos valores máximos. Sob a ótica social, há uma relação direta entre o número de leitos e a quantidade de empregos criados. Sob a ótica econômica, a capacidade do estabelecimento influencia diretamente no fluxo circular de renda da região e no efeito multiplicador. Assim sendo, consideramos que a base das estatísticas que serão apresentadas deve considerar a capacidade máxima, e não indicadores como ocupação média. A capacidade máxima ofertada é uma variável controlada pelo ofertante. A taxa de ocupação não.

O segundo dado considerado, o valor médio das diárias, também é um dado originado pela oferta, certamente com as correções do mercado, mas determinado pelo ofertante. Conforme citado, fizemos ponderações de sazonalidade, tipos de quarto e tarifas de mercado, mas são dados livres de cada estabelecimento.

Com base nestes dados, nos capítulos 3 e 4 chegamos à definição de duas estatísticas intermediárias para a nossa análise:

.RMN (receita máxima por noite): valor total arrecadado por noite pelo estabelecimento, considerando ocupação máxima e tarifas ponderadas, ou ainda, valor total arrecadado em um ano pelo estabelecimento, considerando ocupação máxima, dividido por 365 (para se obter o efeito da ponderação de sazonalidade, que já foi feita).

.CMN (capacidade máxima por noite): número absoluto total de pessoas que o estabelecimento pode hospedar regularmente em uma noite.

As tabelas acima utilizam-se destas estatísticas intermediárias para chegar ao valor da RMMN, a receita média máxima por noite, dada pela divisão entre RMN e CMN. A RMMN também é um valor intermediário, que servirá como base para Índices Comparativos de Sustentabilidade (ICS). Tais índices não possuem uma interpretação absoluta se analisados de forma isolada, mas podem adquirir enorme importância para medir dados subjetivos dentro de um conjunto de reservas.

Um alto valor de RMN, analisado de forma isolada, evidencia que o estabelecimento possui uma grande estrutura, podendo receber grande número de hóspedes simultaneamente, ou ainda que suas tarifas médias são elevadas. Tomemos os exemplos do rest-camp de Skukuza, no KNP, e da reserva privada Royal Malewane. Ambos possuem um valor de RMN próximo a US\$ 25.000,00. Entretanto, Skukuza pode receber um máximo de 756 hóspedes, enquanto Royal Malewane recebe somente 20.

Analisando sob um prisma econômico, podemos afirmar que é mais simples gerenciar uma reserva que possa receber 20 hóspedes do que uma que receba 756, gerando a mesma receita. Ecologicamente também podemos afirmar, empiricamente, que 20 turistas impactam menos no meio-ambiente que 756. Mas analisando sob a ótica social, 756 turistas geram mais empregos para a região, e ao mesmo tempo democratiza-se o acesso à atividade turística.

Assim sendo, podemos utilizar o valor de RMMN para classificar o grau de sofisticação ou exclusividade de uma reserva, conceito subjetivo que não encontra uma valoração numérica. A tabela F abaixo mostra as tabelas D e E em ordem crescente de RMMN, e o resultado numérico é fiel à realidade, ainda que o conceito continue sendo subjetivo.

Tabela F: Valores Crescentes de RMMN

<b>Reserva</b>	<b>RMN</b>	<b>CMN</b>	<b>RMMN</b>
Rest-camps KNP	US\$ 111.115,10	4064	US\$ 27,34
Bushveld Camps KNP	US\$ 9.092,00	309	US\$ 29,42
Bush Lodges KNP	US\$ 1004,80	31	US\$ 32,41
Hannah Lodge	US\$ 11.016,00	136	US\$ 81,00
Iketla Lodge	US\$ 1.210,00	10	US\$ 121,00
Hongonyi Private Game Lodge	US\$ 3.900,00	30	US\$ 130,00
Bongani Mountain Lodge	US\$ 10.500,00	60	US\$ 175,00
Gwalagwala Game Lodge	US\$ 1.850,00	10	US\$ 185,00
Lesheba Wilderness	US\$ 2.600,00	14	US\$ 185,71
Gomo Gomo Game Lodge	US\$ 4.920,00	24	US\$ 205,00
Tshukudu Game Lodge	US\$ 10.080,00	48	US\$ 210,00
Mohlabetsi Safari Camp	US\$ 4.884,00	22	US\$ 222,00
Tangala Safari Camp	US\$ 2.250,00	10	US\$ 225,00
Phuza Moya Game Reserve	US\$ 2.736,00	12	US\$ 228,00
Elephant Plains Game Lodge	US\$ 5.430,00	22	US\$ 246,82
Ingwe Game Lodge	US\$ 12.008,00	46	US\$ 261,04
Edeni Game Reserve	US\$ 27.090,00	98	US\$ 276,42
Motswari Game Lodge	US\$ 8.400,00	30	US\$ 280,00
Ezulwini Game Lodge	US\$ 6.240,00	22	US\$ 283,64
Kuname River Lodge	US\$ 2.900,00	10	US\$ 290,00
Akeru Safari Lodge	US\$ 5.220,00	18	US\$ 290,00
Kwa Madwala Game Reserve	US\$ 10.504,00	32	US\$ 328,25
Thornybush Game Reserve	US\$ 33.100,00	94	US\$ 352,00
Kapama Game Reserve	US\$ 28.100,00	76	US\$ 369,74
Zuma Zuma Game Lodge	US\$ 9.120,00	24	US\$ 380,00
Djuma Game Reserve	US\$ 17.600,00	42	US\$ 419,04
Chitwa Chitwa Game Reserve	US\$ 9.620,00	22	US\$ 437,27
Inyati Game Lodge	US\$ 8.840,00	20	US\$ 442,00
Kings Camp	US\$ 9.360,00	20	US\$ 468,00
Savanna Game Reserve	US\$ 7.544,00	14	US\$ 538,86
Tanda Tula Safari Camp	US\$ 11.000,00	20	US\$ 550,00
Mala Mala Game Reserve	US\$ 29.500,00	50	US\$ 590,00
Exeter Game Lodge	US\$ 46.440,00	72	US\$ 645,00
Lukimbi Safari Lodge	US\$ 18.800,00	28	US\$ 671,43
Sediba Private Game Reserve	US\$ 13.440,00	20	US\$ 672,00
N'gala Private Game Reserve	US\$ 37.286,00	52	US\$ 717,04
Sabi Sabi Game Reserve	US\$ 76.796,00	92	US\$ 834,74
Leopard Hill Game Reserve	US\$ 13.920,00	16	US\$ 870,00
Makalali Game Reserve	US\$ 42.384,00	48	US\$ 883,00
Ulusaba Game Reserve	US\$ 35.622,00	36	US\$ 989,50
Londolozzi Game Reserve	US\$ 77.516,00	72	US\$ 1076,61
Singita Game Reserve	US\$ 90.792,00	78	US\$ 1164,00
Royal Malewane G. Reserve	US\$ 25.880,00	20	US\$ 1294,00

Analogamente, entretanto, podemos incluir e cruzar nestas análises dados diversos de acordo com os pilares fundamentais da sustentabilidade, ilustrando a utilização prática dos Índices Comparativos de Sustentabilidade (ICS):

- ambientais: extensão territorial das reservas, populações de determinadas espécies, consumo de água, resíduos sólidos etc.
- sociais: número de empregos diretos e indiretos, recursos destinados a comunidades vizinhas, programas de capacitação etc.
- econômicos: tributos, gastos com propaganda, pagamento dos fatores etc.

A utilização isolada destes índices certamente não permite conclusões definitivas sobre um parque ou reserva, mas a comparação e análise em termos gerais pode fornecer valiosos elementos para ajudar o consumidor na decisão por um ou outro estabelecimento, bem como para órgãos de fiscalização e controle do governo. Transformar a retórica da sustentabilidade em elementos palpáveis e mensuráveis à população média é um dos maiores desafios da atualidade.

## APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO (PESQUISA ANALÍTICA DA DEMANDA)

### ACADEMIC RESEARCH

**This survey has academic purposes only. Please choose only one answer for each question. You will need about three minutes to answer the questions. Thanks in advance for your precious collaboration.**

**1. Which continent / region do you live ?**

- South Africa
- Africa (all other countries)
- America
- Asia
- Europe
- Oceania

**2. Which is your average family income ?**

- less than US\$ 1000
- between US\$ 1001 e 2500
- between US\$ 2501 e 5000
- between US\$ 5001 e 10.000
- over US\$ 10.001

**3. Which is the instruction level of your group or family leader ?**

- basic
- medium
- superior

**4. Travel Companion**

- alone
- couple
- group or family (no more than 6)
- group or family (more than 7)

**5. Travel Arrangements**

- school, group or association (except travel companies)
- travel agency or tour operator
- individual
- other

**6. Main motivation for this trip**

- safari
- any other activity

**7. Main reason for choosing this national park or private game reserve**

- price
- location
- infra-structure
- international reputation
- gastronomy
- safari quality
- friends reference
- travel agent reference
- other

**8. Total nights in this trip**

- 2 to 4
- 5 to 8
- 9 to 12
- 13 to 16
- more than 17

**9. Total safari nights in this trip**

- only 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6 or more

**10. Total nights in this national park / game reserve**

- only 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6 or more

**11. Was this one your first safari experience ?**

- yes
- no

**12. Was this one your first safari experience in South Africa ?**

- yes
- no

**13. Are you leaving a national park or a game reserve ?**

- a national park
- a game reserve

**14. Would you repeat a safari experience ?**

- yes
- no

**15. Would you repeat the same national park / game reserve next time ?**

- yes
- no

**Thanks a lot once again and have a safe trip.**

## APÊNDICE 3 – RESULTADOS (PESQUISA ANALÍTICA DA DEMANDA)

### Kruger National Park (Pretoriuskop)

#### I – Dados pessoais

##### 1. Procedência geográfica

<b>Procedência geográfica</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
África do Sul	41,12%	74
Europa	28,88%	52
África	12,77%	23
América	7,77%	14
Ásia	7,23%	13
Oceania	2,23%	4

##### 2. Renda familiar mensal média

<b>Renda familiar mensal</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
entre US\$ 2501 e 5000	29,44%	53
entre US\$ 5001 e 10000	27,22%	49
entre US\$ 1001 e 2500	25,56%	46
abaixo US\$ 1000	13,33%	24
acima US\$ 10001	4,45%	8

##### 3. Nível de escolaridade do chefe da família ou grupo

<b>Nível de escolaridade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
médio	53,89%	97
superior	33,89%	61
básico	12,22%	22

#### II – Informação de viagem

##### 4. Companhia na viagem

<b>Companhia na viagem</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
grupo (7 ou +)	50,56%	91
casal	23,89%	43
grupo ou família (até 6)	22,22%	40
desacompanhados	3,33%	6

5. Organização da viagem

<b>Organização da viagem</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
individual	33,33%	60
grupo*	32,78%	59
agência ou operadora	27,22%	49
outros	6,67%	12

\*excluídas empresas de turismo

6. Motivação principal nesta viagem

<b>Motivação principal</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
safári	78,33%	141
outros	21,67%	39

7. Fator decisivo para escolha do parque / reserva

<b>Escolha do Parque</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
Preço	22,78%	41
Reputação Internacional	20,56%	37
Qualidade do safári	16,11%	29
Localização	16,11%	29
Infra-estrutura	10,00%	18
Outros	5,00%	9
Gastronomia	4,44%	8
Indicação de amigos	3,89%	7
Indicação da agência	1,11%	2

8. Noites de viagem

<b>Noites de viagem</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
Entre 5 e 8	32,22%	58
Entre 2 e 4	20,00%	36
Entre 9 e 12	19,44%	35
Entre 12 e 16	16,11%	29
Acima de 16	12,22%	22

9. Noites de safari na viagem

Noites de safari	Porcentagem (%)	Amostras F (n=180)
3	32,78%	59
2	25,56%	46
4	21,11%	38
5	12,22%	22
6 ou +	5,00%	9
1	3,33%	6

10. Noites neste parque

Noites neste parque	Porcentagem (%)	Amostras F (n=180)
2	30,56%	55
3	28,89%	52
4	16,11%	29
5	12,78%	23
1	7,78%	14
6 ou +	3,89%	7

III - A experiência de safári e a sensação posterior

11. Esta foi sua primeira experiência em safári ?

Primeira experiência em safári	Porcentagem (%)	Amostras F (n=180)
Sim	52,78%	95
não	47,22%	75

12. Esta foi sua primeira experiência em safári na África do Sul ?

Primeira experiência na África do Sul	Porcentagem (%)	Amostras F (n=180)
Sim	65,56%	118
não	34,44%	62

13. A sua estadia que acaba de se encerrar foi em um parque nacional ou em uma reserva privada ?

Parque nacional ou reserva privada	Porcentagem (%)	Amostras F (n=180)
parque nacional	92,22%	166
reserva privada	7,78%	14

14. Repetiria a experiência de safári ?

<b>Repetiria a experiência</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
Sim	78,33%	141
não	21,67%	39

15. Repetiria a experiência no mesmo parque / reserva ?

<b>No mesmo parque</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
não	52,78%	95
Sim	47,22%	85

## **Resultados – Tshukudu Game Lodge**

I – Dados pessoais

1. Procedência geográfica

<b>Procedência geográfica</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
Europa	29,44%	53
África do Sul	23,33%	42
América	19,44%	35
Ásia	17,23%	31
Oceania	5,56%	10
África	5,00%	9

2. Renda familiar mensal média

<b>Renda familiar mensal</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
entre US\$ 5001 e 10000	60,56%	109
acima US\$ 10001	25,00%	45
entre US\$ 2501 e 5000	11,67%	21
entre US\$ 1001 e 2500	2,22%	4
abaixo US\$ 1000	0,55%	1

3. Nível de escolaridade do chefe da família ou grupo

<b>Nível de escolaridade</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
superior	51,67%	93
médio	42,22%	76
básico	6,11%	11

II – Informação de viagem

4. Companhia na viagem

<b>Companhia na viagem</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
casal	37,22%	67
grupo ou família (até 6)	35,56%	64
grupo (7 ou +)	18,89%	34
desacompanhados	8,33%	15

5. Organização da viagem

<b>Organização da viagem</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
agência ou operadora	37,78%	68
individual	36,11%	65
grupo*	20,55%	37
outros	5,56%	10

\*excluídas empresas de turismo

6. Motivação principal nesta viagem

<b>Motivação principal</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
safári	59,44%	107
outros	40,56%	73

7. Fator decisivo para escolha do parque ou reserva

<b>Escolha do Parque</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
Indicação da agência	17,78%	32
Indicação de amigos	13,89%	25
Qualidade do safári	13,33%	24
Localização	12,22%	22
Preço	11,67%	21
Gastronomia	10,55%	19
Infra-estrutura	6,67%	12
Reputação Internacional	6,11%	11
Outros	7,78%	14

8. Noites de viagem

<b>Noites de viagem</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
Entre 5 e 8	27,23%	49
Entre 9 e 12	24,44%	44
Entre 2 e 4	21,67%	39
Entre 12 e 16	13,33%	24
Acima de 16	13,33%	24

9. Noites de safari na viagem

<b>Noites de safari</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
2	50,55%	91
3	26,67%	48
4	13,89%	25
1	7,22%	13
5	1,67%	3
6 ou +	0	0

10. Noites neste parque

<b>Noites neste parque</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
2	60,56%	109
3	20,55%	37
1	11,67%	21
4	6,67%	12
5	0,55%	1
6 ou +	0	0

### III - A experiência de safári e a sensação posterior

11. Esta foi sua primeira experiência em safári ?

<b>Primeira experiência em safári</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
Sim	77,22%	139
não	22,78%	41

12. Esta foi sua primeira experiência em safári na África do Sul ?

<b>Primeira experiência na África do Sul</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
Sim	82,22%	148
não	17,78%	32

13. A sua estadia que acaba de se encerrar foi em um parque nacional ou em uma reserva privada ?

<b>Parque nacional ou reserva privada</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
parque nacional	20%	36
reserva privada	80%	144

14. Repetiria a experiência de safári ?

<b>Repetiria a experiência</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
Sim	84,44%	152
não	15,56%	28

15. Repetiria a experiência no mesmo parque ou reserva ?

<b>No mesmo parque</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Amostras F (n=180)</b>
Sim	70,55%	127
não	29,45%	53

## Análise Comparativa

### I – Dados Pessoais

#### 1. Procedência geográfica

<b>Procedência geográfica</b>	<b>Parque nacional</b>	<b>Reserva privada</b>
África do Sul	41,12%	23,33%
Europa	28,88%	29,44%
África	12,77%	5%
América	7,77%	19,44%
Ásia	7,23%	17,23%
Oceania	2,23%	5,56%

#### 2. Renda familiar mensal média

<b>Renda familiar mensal</b>	<b>Parque nacional</b>	<b>Reserva privada</b>
entre US\$ 2501 e 5000	29,44%	11,67%
entre US\$ 5001 e 10000	27,22%	60,56%
entre US\$ 1001 e 2500	25,56%	2,22%
abaixo US\$ 1000	13,33%	0,55%
acima US\$ 10001	4,45%	25%

#### 3. Nível de escolaridade do chefe da família ou grupo

<b>Nível de escolaridade</b>	<b>Parque nacional</b>	<b>Reserva privada</b>
médio	53,89%	42,22%
superior	33,89%	51,67%
básico	12,22%	6,11%

### II – Informação de viagem

#### 4. Companhia na viagem

<b>Companhia na viagem</b>	<b>Parque nacional</b>	<b>Reserva privada</b>
grupo (7 ou +)	50,56%	18,89%
Casal	23,89%	37,22%
grupo ou família (até 6)	22,22%	35,56%
desacompanhados	3,33%	8,33%

5. Organização da viagem

<b>Organização da viagem</b>	<b>Parque nacional</b>	<b>Reserva privada</b>
Individual	33,33%	36,11%
grupo*	32,78%	20,55%
agência / operadora	27,22%	37,78%
outros	6,67%	5,56%

\*excluídas empresas de turismo

6. Motivação principal nesta viagem

<b>Motivação principal</b>	<b>Parque nacional</b>	<b>Reserva privada</b>
Safári	78,33%	59,44%
Outros	21,67%	40,56%

7. Fator decisivo para escolha do parque ou reserva

<b>Escolha do Parque</b>	<b>Parque nacional</b>	<b>Reserva privada</b>
Preço	22,78%	11,67%
Reputação Internacional	20,56%	6,11%
Qualidade do safári	16,11%	13,33%
Localização	16,11%	12,22%
Infra-estrutura	10,00%	6,67%
Outros	5,00%	7,78%
Gastronomia	4,44%	10,55%
Indicação de amigos	3,89%	13,89%
Indicação da agência	1,11%	17,78%

8. Noites de viagem

<b>Noites de viagem</b>	<b>Parque nacional</b>	<b>Reserva privada</b>
Entre 5 e 8	32,22%	27,23%
Entre 2 e 4	20%	21,67%
Entre 9 e 12	19,44%	24,44%
Entre 12 e 16	16,11%	13,33%
Acima de 16	12,22%	13,33%

9. Noites de safari na viagem

Noites de safari	Parque nacional	Reserva privada
3	32,78%	26,67%
2	25,56%	50,55%
4	21,11%	13,89%
5	12,22%	1,67%
6 ou +	5%	0
1	3,33%	7,22%

10. Noites neste parque

Noites neste parque	Parque nacional	Reserva privada
2	30,56%	60,56%
3	28,89%	20,55%
4	16,11%	6,67%
5	12,78%	0,55%
1	7,78%	11,67%
6 ou +	3,89%	0

III - A experiência de safári e a sensação posterior

11. Esta foi sua primeira experiência em safári ?

Primeira experiência em safári	Parque nacional	Reserva privada
Sim	52,78%	77,22%
Não	47,22%	22,78%

12. Esta foi sua primeira experiência em safári na África do Sul ?

Primeira experiência na África do Sul	Parque nacional	Reserva privada
Sim	65,56%	82,22%
Não	34,44%	17,78%

13. A sua estadia que acaba de se encerrar foi em um parque nacional ou em uma reserva privada ?

Parque nacional ou reserva privada	Parque nacional	Reserva privada
parque nacional	92,22%	20%
reserva privada	7,78%	80%

14. Repetiria a experiência de safári ?

<b>Repetiria a experiência</b>	<b>Parque nacional</b>	<b>Reserva privada</b>
Sim	78,33%	84,44%
Não	21,67%	15,56%

15. Repetiria a experiência no mesmo parque / reserva ?

<b>No mesmo parque</b>	<b>Parque nacional</b>	<b>Reserva privada</b>
Não	52,78%	29,45%
Sim	47,22%	70,55%

## **ANEXO 1 – ACORDO DE DURBAN (V WORLD PARKS CONGRESS)**

8 to 17 September, 2003

### **Our Global Commitment for People and Earth's Protected Areas**

We, the 3,000 participants of the V World Parks Congress, celebrate, voice concern and call for urgent action on protected areas. We bear witness to those places most inspirational and spiritual, most critical to the survival of species and ecosystems, most crucial in safeguarding food, air and water, most essential in stabilizing climate, most unique in cultural and natural heritage and therefore most deserving of humankind's special care. We urge action for the benefit of protected areas so that their benefits may be conserved and equitably shared.

### **Who We Are**

We are a gathering of resource managers, scientists, civil servants, and industry leaders. We include leaders of non-governmental organizations—both large and small, of international bodies and grassroots groups. We include indigenous and mobile peoples and local communities. We are men and women of younger and older generations, hailing from major urban centers and small communities across 154 countries. We share experience from the Earth's wildest frontiers and its most degraded lands. We carry the voices of countless concerned people from every corner of the world.

### **The Rapidly Changing World**

All around us we see profound transformations: climate change, fragmentation of landscapes and seascapes and the spread of invasive alien species. We see growing populations, globalization, urbanization, decentralization, and rising demands for food, fiber, fuel and water. We see loss of biological and cultural diversity and failing ecosystems that serve as vital organs of the Earth. We see 3,000,000,000 people in poverty, gripped by daily struggles for survival. We see the changing faces of global and community leaders, too often too burdened by societal demands to nurture Earth's life support systems.

### **A New Paradigm for Protected Areas**

In this changing world, we need a fresh and innovative approach to protected areas and their role in broader conservation and development agendas. This approach demands the maintenance and enhancement of our core conservation goals, equitably integrating them with the interests of all affected people. In this way the synergy between conservation, the

maintenance of life support systems and sustainable development is forged. We see protected areas as vital means to achieve this synergy efficiently and cost-effectively. We see protected areas as providers of benefits beyond boundaries—beyond their boundaries on a map, beyond the boundaries of nation-states, across societies, genders and generations.

### **Cause for Celebration**

We celebrate the miracle of the diversity of nature and of cultures that possess the wealth, the wisdom and knowledge to enable conservation and sustainable use.

We celebrate protected areas as places where we conserve biodiversity—for its inherent value, for its value as a public good and as a local livelihood resource.

We celebrate protected areas as providers of ecosystem goods and services, as irreplaceable sources of fresh water, fish stocks and flood protection and as buffers against climate change.

We celebrate protected areas as refuge for life in the face of rapid, perhaps cataclysmic, ecological shifts.

We celebrate protected areas as contributors to poverty reduction and economic development and as creators and sustainers of livelihoods.

We celebrate protected areas as living classrooms—special places where people connect to their roots, where cultures, values and knowledge systems carry on through generations.

We celebrate protected areas as promoters of friendship and peace, as the common ground for nations that share in the proliferation of transboundary parks.

We celebrate one of the greatest collective land use commitments in the history of humankind—a worldwide system of some 100,000 protected areas and a tripling of the world's protected areas over the last twenty years.

And we celebrate the conservation successes of local communities, indigenous peoples, governments, private individuals and volunteer organizations and their efforts to make protected areas places of natural, cultural and spiritual convergence.

### **Cause for Concern**

We voice concern that many areas of irreplaceable and immediately threatened biological diversity have not yet been protected.

We voice concern that many places which have been conserved over the ages by local communities, mobile and indigenous peoples are not given recognition, protection and support.

We voice concern that wild and natural areas outside of protected areas have shrunk by half in the last twenty years, and that biological diversity, in turn, is on the brink of mass extinction.

We voice concern that many proclaimed protected areas exist more on paper than in practice, especially in developing nations and in the marine realm.

We voice concern that while 12% of the world's land area now enjoys protection, less than 1% of the world's oceans, seas and coasts have protected status, exposing fisheries and rich storehouses of biodiversity to overexploitation.

We voice concern that freshwater ecosystems—natural reservoirs for a non-negotiable element for life on Earth—are largely unprotected.

We voice concern that protected areas are often islands in a sea of degradation, ignoring natural life lines drawn through river basins, migratory corridors and fertile ocean currents.

We voice concern that development plans do not include attention to protected areas.

We voice concern that many costs of protected areas are borne locally—particularly by poor communities—while benefits accrue globally and remain underappreciated.

We voice concern that while conservation funds are promoted as available, they often prove inaccessible and are sometimes misdirected.

We voice concern that perverse subsidies encourage overexploitation of resources in and around protected areas.

We voice concern that existing protected areas suffer an annual funding gap of some US\$25 billion, excluding additional resources required to expand protected area systems.

We voice concern that many protected area practitioners lack access to technology, knowledge, lessons learned and best practice models for effective and adaptive management.

We voice concern that the capacity of our younger generations to participate in the new protected area agenda is insufficient.

We voice concern that human-induced climate change threatens to reverse our past achievements and jeopardize future efforts and that the world has not started substantial reduction in greenhouse gas emissions.

We voice concern that we face a closing window of opportunity, that if we fail to act now we will miss our last chance to pass our rich natural and cultural heritage onto future generations.

### **Call for Commitment and Action**

We urge commitment to the irreplaceable role of protected areas in the implementation of the Millennium Development Declaration, the Johannesburg Plan of Implementation, the Convention on Biological Diversity, the Convention to Combat Desertification, the Ramsar Convention, the World Heritage Convention and other global agreements.

We urge commitment to ensure that globalization and trade agreements do not hinder the capacity of protected areas to achieve their core aims.

We urge commitment to establish and strengthen policy, legal and institutional frameworks for protected area systems that are accountable and transparent.

We urge commitment to expand and strengthen worldwide systems of protected areas, prioritized on the basis of imminent threat to biodiversity, natural and cultural heritage.

We urge commitment to safeguard representative ecosystems, habitats and species, so filling gaps in conserving the irreplaceable building blocks of Earth's natural order.

We urge commitment to build resilience into the selection, design and management of protected area networks, so insuring their survival in the face of human-induced climate change.

We urge commitment to mainstream protected areas within overall development agendas, engaging support from broad cross-sections of government, communities and the private sector.

We urge commitment to the mobilization of financial and technical resources to implement the African Protected Area Initiative and the African Protected Area Trust Fund.

We urge commitment by extractive industries to fulfill their responsibilities for the careful stewardship of protected areas.

We urge commitment to the integral relationship of people with protected areas, fully incorporating the rights, interests and aspirations of both women and men.

We urge commitment to involve local communities, indigenous and mobile peoples in the creation, proclamation and management of protected areas.

We urge commitment to engage and enlist younger generations in the stewardship of protected areas, recognizing that they have legitimate stakes in the future of those areas.

We urge commitment to ensuring that people who benefit from or are impacted by protected areas have the opportunity to participate in relevant decision-making on a fair and equitable basis in full respect of their human and social rights.

We urge commitment to protected area management that strives to reduce, and in no way exacerbates, poverty.

We urge commitment to protected area management that shares benefits with indigenous peoples and local communities.

We urge commitment to innovation in protected area management including adaptive, collaborative and co-management strategies.

We urge commitment to recognize, strengthen, protect and support community conservation areas.

We urge commitment to the provision of substantial additional financial, infrastructural and material resources for maintaining and enhancing protected area systems.

We urge commitment to the economic valuation of protected areas in recognition of their significance to local, national and global economies so as to motivate increased investment and funding.

We urge commitment to innovative and diversified income generation strategies, thereby securing predictable financial returns for payment to the stewards of ecosystems goods and services.

We urge commitment to redirect perverse subsidies toward support mechanisms for protected areas.

We urge commitment to build the capacity of protected area managers, including through cutting-edge information services and technology transfer.

We urge commitment to value and use all knowledge systems on protected areas, both scientific and traditionally based.

We urge commitment to communications and education to improve and broaden support for protected areas.

### **Our Pledge**

Our strongest commitments will fail if we neglect to maintain avenues for open dialogue. Such dialogue thrives in a climate of humility, credibility and trust. Towards this end we pledge to facilitate understanding and collaboration. We pledge to engage and embrace all constituencies. We pledge to share our vision that a sustainable future for humankind depends on a caring partnership with nature.

We pledge to bequeath protected areas, as precious heritage, to future generations.

## **ANEXO 2 – DECLARAÇÃO DE JOHANNESBURG SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (WORLD SUMMIT ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT)**

4 September 2002

### **From our origins to the future**

1. We, the representatives of the peoples of the world, assembled at the World Summit on Sustainable Development in Johannesburg, South Africa from 2-4 September 2002, reaffirm our commitment to sustainable development.
2. We commit ourselves to build a humane, equitable and caring global society cognizant of the need for human dignity for all.
3. At the beginning of this Summit, the children of the world spoke to us in a simple yet clear voice that the future belongs to them, and accordingly challenged all of us to ensure that through our actions they will inherit a world free of the indignity and indecency occasioned by poverty, environmental degradation and patterns of unsustainable development.
4. As part of our response to these children, who represent our collective future, all of us, coming from every corner of the world, informed by different life experiences, are united and moved by a deeply-felt sense that we urgently need to create a new and brighter world of hope.
5. Accordingly, we assume a collective responsibility to advance and strengthen the interdependent and mutually reinforcing pillars of sustainable development -- economic development, social development and environmental protection -- at local, national, regional and global levels.
6. From this Continent, the Cradle of Humanity we declare, through the Plan of Implementation and this Declaration, our responsibility to one another, to the greater community of life and to our children.
7. Recognizing that humankind is at a crossroad, we have united in a common resolve to make a determined effort to respond positively to the need to produce a practical and visible plan that should bring about poverty eradication and human development.

### **From Stockholm to Rio de Janeiro to Johannesburg**

8. Thirty years ago, in Stockholm, we agreed on the urgent need to respond to the problem of environmental deterioration. Ten years ago, at the United Nations Conference on Environment and Development, held in Rio de Janeiro, we agreed that the protection of the environment, and social and economic development are fundamental to sustainable

development, based on the Rio Principles. To achieve such development, we adopted the global programme, Agenda 21, and the Rio Declaration, to which we reaffirm our commitment. The Rio Summit was a significant milestone that set a new agenda for sustainable development.

9. Between Rio and Johannesburg the world's nations met in several major conferences under the guidance of the United Nations, including the Monterrey Conference on Finance for Development, as well as the Doha Ministerial Conference. These conferences defined for the world a comprehensive vision for the future of humanity.

10. At the Johannesburg Summit we achieved much in bringing together a rich tapestry of peoples and views in a constructive search for a common path, towards a world that respects and implements the vision of sustainable development. Johannesburg also confirmed that significant progress has been made towards achieving a global consensus and partnership amongst all the people of our planet.

### **The challenges we face**

11. We recognize that poverty eradication, changing consumption and production patterns, and protecting and managing the natural resource base for economic and social development are overarching objectives of, and essential requirements for sustainable development.

12. The deep fault line that divides human society between the rich and the poor and the ever-increasing gap between the developed and developing worlds pose a major threat to global prosperity, security and stability.

13. The global environment continues to suffer. Loss of biodiversity continues, fish stocks continue to be depleted, desertification claims more and more fertile land, the adverse effects of climate change are already evident, natural disasters are more frequent and more devastating and developing countries more vulnerable, and air, water and marine pollution continue to rob millions of a decent life.

14. Globalization has added a new dimension to these challenges. The rapid integration of markets, mobility of capital and significant increases in investment flows around the world have opened new challenges and opportunities for the pursuit of sustainable development. But the benefits and costs of globalization are unevenly distributed, with developing countries facing special difficulties in meeting this challenge.

15. We risk the entrenchment of these global disparities and unless we act in a manner that fundamentally changes their lives, the poor of the world may lose confidence in their representatives and the democratic systems to which we remain committed, seeing their representatives as nothing more than sounding brass or tinkling cymbals.

## **Our commitment to sustainable development**

16. We are determined to ensure that our rich diversity, which is our collective strength, will be used for constructive partnership for change and for the achievement of the common goal of sustainable development.

17. Recognizing the importance of building human solidarity, we urge the promotion of dialogue and cooperation among the world's civilizations and peoples, irrespective of race, disabilities, religion, language, culture and tradition.

18. We welcome the Johannesburg Summit focus on the indivisibility of human dignity and are resolved through decisions on targets, timetables and partnerships to speedily increase access to basic requirements such as clean water, sanitation, adequate shelter, energy, health care, food security and the protection of bio-diversity. At the same time, we will work together to assist one another to have access to financial resources, benefit from the opening of markets, ensure capacity building, use modern technology to bring about development, and make sure that there is technology transfer, human resource development, education and training to banish forever underdevelopment.

19. We reaffirm our pledge to place particular focus on, and give priority attention to, the fight against the worldwide conditions that pose severe threats to the sustainable development of our people. Among these conditions are: chronic hunger; malnutrition; foreign occupation; armed conflicts; illicit drug problems; organized crime; corruption; natural disasters; illicit arms trafficking; trafficking in persons; terrorism; intolerance and incitement to racial, ethnic, religious and other hatreds; xenophobia; and endemic, communicable and chronic diseases, in particular HIV/AIDS, malaria and tuberculosis.

20. We are committed to ensure that women's empowerment and emancipation, and gender equality are integrated in all activities encompassed within Agenda 21, the Millennium Development Goals and the Johannesburg Plan of Implementation.

21. We recognize the reality that global society has the means and is endowed with the resources to address the challenges of poverty eradication and sustainable development confronting all humanity. Together we will take extra steps to ensure that these available resources are used to the benefit of humanity.

22. In this regard, to contribute to the achievement of our development goals and targets, we urge developed countries that have not done so to make concrete efforts towards the internationally agreed levels of Official Development Assistance.

23. We welcome and support the emergence of stronger regional groupings and alliances, such as the New Partnership for Africa's Development (NEPAD), to promote regional cooperation, improved international co-operation and promote sustainable development.
24. We shall continue to pay special attention to the developmental needs of Small Island Developing States and the Least Developed Countries.
25. We reaffirm the vital role of the indigenous peoples in sustainable development.
26. We recognize sustainable development requires a long-term perspective and broad-based participation in policy formulation, decision-making and implementation at all levels. As social partners we will continue to work for stable partnerships with all major groups respecting the independent, important roles of each of these.
27. We agree that in pursuit of their legitimate activities the private sector, both large and small companies, have a duty to contribute to the evolution of equitable and sustainable communities and societies.
28. We also agree to provide assistance to increase income generating employment opportunities, taking into account the International Labour Organization (ILO) Declaration of Fundamental Principles and Rights at Work.
29. We agree that there is a need for private sector corporations to enforce corporate accountability. This should take place within a transparent and stable regulatory environment.
30. We undertake to strengthen and improve governance at all levels, for the effective implementation of Agenda 21, the Millennium Development Goals and the Johannesburg Plan of Implementation.

**Multilateralism is the future**

31. To achieve our goals of sustainable development, we need more effective, democratic and accountable international and multilateral institutions.
32. We reaffirm our commitment to the principles and purposes of the UN Charter and international law as well as the strengthening of multi-lateralism. We support the leadership role of the United Nations as the most universal and representative organization in the world, which is best placed to promote sustainable development.
33. We further commit ourselves to monitor progress at regular intervals towards the achievement of our sustainable development goals and objectives.

**Making it happen!**

34. We are in agreement that this must be an inclusive process, involving all the major groups and governments that participated in the historic Johannesburg Summit.

35. We commit ourselves to act together, united by a common determination to save our planet, promote human development and achieve universal prosperity and peace.

36. We commit ourselves to the Johannesburg Plan of Implementation and to expedite the achievement of the time-bound, socio-economic and environmental targets contained therein.

37. From the African continent, the Cradle of Humankind, we solemnly pledge to the peoples of the world, and the generations that will surely inherit this earth, that we are determined to ensure that our collective hope for sustainable development is realized.

We express our deepest gratitude to the people and the Government of South Africa for their generous hospitality and excellent arrangements made for the World Summit on Sustainable Development.

## ANEXO 3 – ACORDO DE DESENVOLVIMENTO PARQUE TRANS-FRONTEIRAS

### AGREEMENT<sup>1</sup> ON THE DEVELOPMENT OF THE GAZA-KRUGER-GONAREZHOU TRANSFRONTIER PARK

#### BETWEEN

THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF MOZAMBIQUE,  
THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA, AND  
THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF ZIMBABWE

---

#### TABLE OF CONTENTS

<u>Preamble</u>	
<u>Article 1</u>	Establishment of a Transfrontier Park
<u>Article 2</u>	Name of the Transfrontier Park
<u>Article 3</u>	Transfrontier Park Objectives
<u>Article 4</u>	Processes and Procedures
<u>Article 5</u>	Co-operation
<u>Article 6</u>	Implementation
<u>Article 7</u>	Institutional Framework for International Collaboration
<u>Article 8</u>	The Trilateral Ministerial Committee
<u>Article 9</u>	The Technical Committee
<u>Article 10</u>	The Co-ordinating Party
<u>Article 11</u>	The Working Group
<u>Article 12</u>	Financing for Committees
<u>Article 13</u>	Settlement of Disputes
<u>Article 14</u>	Entry into Force
<u>Article 15</u>	Amendments to Agreement
<u>Article 16</u>	Termination of Agreement

---

## ***PREAMBLE***

The Government of the Republic of Mozambique, the Government of the Republic of South Africa and the Government of the Republic of Zimbabwe (hereinafter jointly referred to as "the Parties" and in the singular as "a Party")

RECOGNISING the principle of sovereign equality and territorial integrity of their states;

CONSCIOUS of the benefits to be derived from close co-operation and the maintenance of friendly relations with each other;

ACKNOWLEDGING the necessity to conserve the environment for the benefit of all the people of Southern Africa;

RECALLING that the countries promoting the Transfrontier Park (hereinafter also referred to as "the Park") initiative are signatories or Parties to the Convention on Biological Diversity (Rio de Janeiro, 1992), United Nations Convention to Combat Desertification (Paris, 1994), SADC Wildlife & Law Enforcement Protocol (Maputo, 1999), the Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Flora and Fauna (CITES) (Washington, 1973); as well as other Conventions and Agreements of relevance, and

DESIRING to promote ecosystem integrity, biodiversity conservation and sustainable socio-economic development across international boundaries;

HEREBY AGREE AS FOLLOWS:

---

## ***ARTICLE 1***

### **Establishment of a Transfrontier Park**

1. The Parties hereby agree to jointly establish and develop a Transfrontier Park which will integrate for conservation and ecotourism purposes the areas detailed in Sub-article (2) below.

2. It is agreed that the Transfrontier Park will include the areas as follows:

(a) In Mozambique, the area known as -

(i) Coutada 16

(b) In South Africa, the areas known as -

(i) Kruger National Park; and

(ii) The Makuleke Region administered as part of the Kruger National Park.

(c) In Zimbabwe, the areas known as -

- (i) Gonarezhou National Park;
- (ii) Malipati Safari Area;
- (iii) Manjinji Pan Sanctuary; and
- (iv) the community areas linking Gonarezhou to the Kruger National Park further south.

3. It is agreed that an area adjacent to the GKG Transfrontier Park, comprising compatible conservation areas but not lending themselves to integration with the GKG Transfrontier Park, will be managed as the GKG Transfrontier Conservation Area (hereinafter referred to as the "GKG TFCA"). In Mozambique these areas will include the Banhine and Zinave National Parks, the Massingir and Corumana areas, as well as the interlinking regions as reflected in the accompanying map. In South Africa and Zimbabwe it is proposed that areas forming part of the GKG TFCA would include the various private and provincial reserves bordering the GKG Transfrontier Park.

---

## ***ARTICLE 2***

### **Name of the Transfrontier Park**

The term "Gaza-Kruger-Gonarezhou Transfrontier Park", hereinafter referred to as "the GKG Transfrontier Park", shall be an interim name to refer to the area under discussion, and a more permanent name shall be arrived at through a process of public participation as jointly determined by the Parties.

---

## ***ARTICLE 3***

### **Transfrontier Park Objectives**

The objectives of the creation of the GKG Transfrontier Park shall be:

1. to foster transnational collaboration and co-operation among the Parties in implementing ecosystem management through the establishment, development and management of the Transfrontier Park;
2. to promote alliances in the management of biological natural resources by encouraging social, economic and other partnerships among the Parties, Private Sector, Local Communities and NGOs;
3. to enhance ecosystem integrity and natural ecological processes by harmonising environmental management procedures across international boundaries and striving to remove artificial barriers impeding the natural movement of animals;
4. to develop frameworks and strategies whereby local communities can participate in, and tangibly benefit from, the management and sustainable use of natural resources that occur within the Transfrontier Park;
5. to facilitate the establishment and maintenance of a subregional economic base by way of appropriate development frameworks, strategies and work plans; and
6. to develop trans-border ecotourism as a means for fostering regional socio-economic development.

#### ***ARTICLE 4***

##### **Processes and Procedures**

1. The sovereign rights of each Party shall be respected, and no Party shall impose decisions on another.
2. The process of planning and implementation of the Transfrontier Park shall be done through joint decision-making by accredited country representatives.
3. Each Party shall ensure that full stakeholder participation is engaged in within their respective countries, so that broad social and political acceptance is achieved for the process.
4. The Parties undertake to follow relevant regional treaties and international protocols in the development and management of the Transfrontier Park.

---

#### ***ARTICLE 5***

##### **Co-operation**

1. The Parties undertake to ensure that the various areas committed for Transfrontier Park development within this Agreement, shall be managed in accordance with the broad objectives as outlined in Article 3 of this Agreement, and in particular with the Management Plan that will jointly be developed and agreed upon between the Competent Authorities designated by each respective Party as defined in Article 6.
  2. The Parties undertake to:
    - (a) consult, assist and support each other in the implementation of this Agreement;
    - (b) promote integrated and co-ordinated management of the Transfrontier Park for their optimal benefit;
    - (c) use their best endeavours to harmonise legislation and policies to facilitate integrated and complementary conservation and socio-economic development activities;
    - (d) ensure that during development of the Transfrontier Park effective measures are implemented to address issues relating to customs and immigration, security and border control, public health, wildlife diseases and other matters which affect relations between the Parties;
    - (e) synchronize where possible related development actions in areas bordering each other; and
    - (f) from time to time, enter into further agreements which may be required to give effect to the spirit and intent of this Agreement.
-

**ARTICLE 6**  
**Implementation**

1. The Competent Authorities responsible for the implementation of this Agreement shall be:

(a) on behalf of the Government of the Republic of Mozambique, the *Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia* (hereinafter referred to as the "DNFFB"), designated through the Ministry of Agriculture and Rural Development;

(b) on behalf of the Government of the Republic of South Africa the South African National Parks (hereinafter referred to as the "SANP"), designated through the Ministry of Environmental Affairs and Tourism; and

(c) on behalf of the Government of the Republic of Zimbabwe, the Department of National Parks and Wild Life Management (hereinafter referred to as the "DNPWLM"), designated through the Ministry of Environment and Tourism.

2. The parties shall delegate such powers and functions to their respective Competent Authorities as are required for the co-ordination of activities leading to the establishment, development and management of the Transfrontier Park.

---

**ARTICLE 7**

**Institutional Framework for International Collaboration**

1. For purposes of executing this Agreement the following bodies are hereby established:

(a) the GKG Transfrontier Park Trilateral Ministerial Committee (hereinafter referred to as "the Trilateral Ministerial Committee");

(b) the GKG Transfrontier Park Technical Committee (hereinafter referred to as "the Technical Committee");

(c) the GKG Transfrontier Park Co-ordinating Party (hereinafter referred to as "the Co-ordinating Party"); and

(d) the GKG Transfrontier Park Working Group (hereinafter referred as "the Working Group").

2. Other committees may be established should the need arise.

---

**ARTICLE 8**

**The Trilateral Ministerial Committee**

1. The Trilateral Ministerial Committee shall consist of the Ministers designated and mandated by the respective Parties.

2. The Trilateral Ministerial Committee shall:

(a) be responsible for overall policy guidance in the development of the Transfrontier Park;

- (b) be chaired on a rotational basis;
  - (c) meet at least once a year; and
  - (d) monitor progress in the implementation of the action plans for the Transfrontier Park.
3. The decisions of the Trilateral Ministerial Committee shall be by consensus.

---

**ARTICLE 9**

**The Technical Committee**

1. The Technical Committee shall consist of senior representatives of the Competent Authorities and/or their respective Ministries from Mozambique, South Africa and Zimbabwe.
2. The Technical Committee shall be responsible for:
- (a) interpreting the political directives of the Trilateral Ministerial Committee into a set of operational guidelines and policies;
  - (b) approving action plans for the development and management of the Transfrontier Park;
  - (c) harmonising the expectations and aims of the Parties with respect to the establishment, development and management of the Transfrontier Park;
  - (d) monitoring the implementation process of the establishment, development and management of the Transfrontier Park; and
  - (e) preparing reports and other appropriate documentation for the Trilateral Ministerial Committee.
3. The Technical Committee shall:
- (a) be chaired on a rotational basis; and
  - (b) meet at least twice a year, or more frequently, depending on the urgency of the issues tabled for discussion.
4. Decisions of the Technical Committee shall be by consensus.

---

**ARTICLE 10**

**The Co-ordinating Party**

1. It is hereby agreed that a specific Party be designated on a rotational basis as Co-ordinating Party in order to promote accountability and sustained momentum in the Transfrontier Park implementation process.
2. The Co-ordinating Party shall be appointed for a period of two years, and will commence upon Tri-nation ministerial signature of this Agreement.

3. A Party may elect to forfeit its designation as Co-ordinating Party depending on circumstance, in which event the function will rotate to the next Party eligible.
4. The Co-ordinating Party shall be recommended by the Technical Committee, but final designation shall be by the Trilateral Ministerial Committee.
5. The Co-ordinating Party shall:
  - (a) coordinate the activities associated with the planning and implementation of the GKG Transfrontier Park;
  - (b) ensure that an effective Working Group is established, with full representation by all the Parties and that a working programme focussed on achieving the objectives of the GKG Transfrontier Park is sustained;
  - (c) co-ordinate the drafting and implementation of an effective Action Plan for achieving the objectives of the GKG Transfrontier Park, with full participation of relevant stakeholders;
  - (d) promote appropriate processes and procedures which are in accordance with relevant regional treaties and international protocols, during the planning and implementation of the GKG Transfrontier Park;
  - (e) prepare reports on key resolutions and directives emanating from the Trilateral Ministerial and Technical Committees;
  - (f) facilitate the convening of various Committee meetings; and
  - (g) and liaise with all the Parties in identifying joint activities that require funding and identify sources for funding.

---

## ***ARTICLE 11***

### **The Working Group**

1. The Working Group shall be composed of representatives appointed by the Competent Authorities of the Parties and/or representatives delegated by the relevant Ministries of the Parties.
2. The Working Group shall:
  - (a) be responsible for implementation of the Action Plan as developed and guided by the Technical Committee;
  - (b) ensure full participation by all appropriate stakeholders in the preparation of policy recommendations, resource management plans, and other relevant documents relating to the GKG Transfrontier Park;
  - (c) liaise and collaborate with other relevant regional initiatives, such as the Maputo Development Corridor, in the establishment, development and management of the Transfrontier Park; and
  - (d) provide feedback and progress reports to the Technical Committee.

3. The Working Group shall have no decision-making authority, but shall make recommendations to and receive guidance and supervision from the Technical Committee regarding its activities.

---

## ***ARTICLE 12***

### **Financing for Committees**

1. The Technical Committee shall be responsible for identifying financial needs and sourcing such funds as are required to achieve the objectives of this Agreement. Such sourcing of funds will be done either directly or indirectly from the Competent Authorities of each Party, donor agencies, aid agencies, or other means approved by prior consent of the Ministers or their approved delegates forming part of the Trilateral Ministerial Committee.
2. As a general principal the Technical Committee will not become involved in the direct administration of funds, but will leave such matters either to the donor agencies or aid agencies themselves, or the Financial Departments or equivalent structures within each of the Competent Authorities of the three Parties. However, this arrangement is in no way meant to detract from the ability of the Technical Committee to decide and prioritize on financial needs, and decision-making regarding expenditure required for purposes aimed at achieving the objectives of the Agreement.

---

## ***ARTICLE 13***

### **Settlement of Disputes**

1. In the event of any dispute arising between the Parties as to the interpretation, application or performance of this Agreement including its existence, validity or termination, such dispute shall be settled amicably through consultation and negotiation between the Parties, or be referred for mediation.
2. Should the dispute not be resolved in the manner referred to above, any Party may submit the dispute to final and binding arbitration in accordance with the Permanent Court of Arbitration Optional Rules for Arbitrating Between Two States, as in effect on the date of signature of this Agreement.
3. The appointing authority shall be the Secretary-General of the Permanent Court of Arbitration in The Hague.

---

## ***ARTICLE 14***

### **Entry into Force**

1. This Agreement shall enter into force on the date on which each Party has notified one another in writing, through the diplomatic channel, of its compliance with the constitutional requirements necessary for the implementation of this Agreement. The date of entry into force shall be the date of the last notification.
2. In the event of any one Party not signing this Agreement, the remaining signatory Parties shall remain bound by the intent and spirit of this Agreement.

---

## ***ARTICLE 15***

### **Amendments to Agreement**

1. This Agreement may be amended by mutual consent of the Parties through an Exchange of Notes between the Parties through diplomatic channel.
2. Any amendment to this Agreement shall be in writing and signed by all Parties.

**ARTICLE 16**

**Termination of Agreement**

This Agreement shall remain in force until terminated by any of the Parties giving one year's written notice in advance to the other Parties through diplomatic channels.

---

IN WITNESS WHEREOF the undersigned, being duly authorised by their respective Governments, have signed and sealed this Agreement in English.

FOR THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF MOZAMBIQUE

---

FOR THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF SOUTH AFRICA

---

FOR THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF ZIMBABWE

---

## **GLOSSÁRIO**

Afrikaans – idioma falado pelos afrikaners

Afrikaner – sul-africanos brancos, em geral de origem holandesa, alemã ou francesa

AIEST – Association Internationale d’Experts Scientifique du Tourisme)

Apartheid – regime social, político e ideológico, baseado no racismo, que vigorou na África do Sul entre 1948 e 1990

bush lodges – campos de pernoite secundários no KNP, com menos facilidades e infraestrutura que os bushveld camps

bushveld camps – campos de pernoite secundários no KNP, com menos facilidades e infraestrutura que os rest-camps

Charter – voo fretado, não regular

Check-in – processo de registro e entrada de um hóspede em hotel ou meio de acomodação

Check-out - processo de baixa e saída de um hóspede em hotel ou outro meio de acomodação

DEAT – Department of Environmental Affairs and Tourism

Hub – aeroporto que serve como base de operações e conexões para uma determinada companhia aérea ou um conjunto de companhias.

IUCN – International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources (The World Conservation Union)

Kruger Área – região do Kruger, que informalmente engloba o parque nacional e reservas privadas adjacentes

Kruger National Park ou KNP – Parque Nacional Kruger

Limpopo – província sul-africana onde se localiza a porção centro-norte do KNP

Lowveld – região específica da província de Mpumalanga

Mpumalanga – província sul-africana onde se localiza a porção centro- sul do KNP

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

Pretoriuskop – um dos rest-camps do KNP

Rack rate – tarifa de balcão

Rangers – guias especializados em safári

rest-camp – áreas de apoio, alimentação e pernoite localizados em pontos diversos do KNP

SADC – Southern African Development Community (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)

San – povos pré-históricos que habitavam a região sul do continente africano

SANP ou SANParks – abreviação de South African National Parks, entidade que gerencia os 20 parques nacionais sul-africanos.

SAT ou South African Tourism – entidade do governo que coordena as políticas comerciais do turismo sul-africano no exterior.

Transvaal – uma das províncias da África do Sul entre 1910 e 1994

Tshukudu – reserva privada de safari